



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DA TERRA AO PRATO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE AUTOCONSUMO  
EM UM ASSENTAMENTO RURAL**

**HENRIQUE CARMONA DUVAL**

**Araras**

**2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DA TERRA AO PRATO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE AUTOCONSUMO  
EM UM ASSENTAMENTO RURAL**

**HENRIQUE CARMONA DUVAL**

**ORIENTADOR: PROFa. Dra. NORMA FELICIDADE LOPES DA S. VALENCIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

D983ta

Duval, Henrique Carmona.

Da terra ao prato : um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural / Henrique Carmona Duval. -- São Carlos : UFSCar, 2010.  
194 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Agroecologia. 2. Autoconsumo - produção. 3. Agricultura familiar. 4. Assentamentos rurais. 5. Segurança alimentar. 6. Antropologia rural. I. Título.

CDD: 630 (20<sup>a</sup>)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
DE

**Henrique Carmona Duval**

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

BANCA EXAMINADORA:

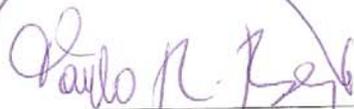


---

Profa. Dra. NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALÊNCIO

ORIENTADORA

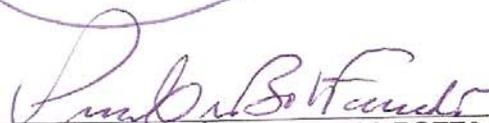
CECH/UFSCar



---

Prof. Dr. PAULO ROBERTO BESKOW

PPGADR/UFSCar



---

Profa. Dra. VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE

CENTRO UNIVERSITÁRIO ARARAQUARA

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Felipe, meu filho.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao nosso Pai e à nossa Mãe eternos.

À minha querida família; às mulheres da minha vida: Regina, Júlia e Vilma, ao meu pai Rogério e, mui carinhosamente, à minha vó Carmen, vô Luiz e Lula;

À professora Norma, por ter me acolhido no PPGADR e pela contínua e efetiva contribuição à minha formação científica.

Às professoras do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), por todo seu trabalho conjunto. Dulce Whitaker, pela orientação em minha iniciação científica e, especialmente, Vera Botta, pelo acompanhamento e pelas orientações no cotidiano.

Aos integrantes do Nupedor, incluindo as meninas da secretaria do mestrado da Uniara, com os quais sempre compartilhei de muita amizade, além de práticas de pesquisa.

Aos queridos amigos que fazem parte da minha vida, pela grande amizade e companheirismo: Celso, Camila, Michel, Riã, Jeane, João, Juliana, Fernando, Thauana, Daniel e Val.

Ao Centro Universitário de Araraquara – Uniara, pela bolsa que me manteve no grupo e contribuiu para que este trabalho fosse realizado.

Às famílias assentadas rurais da região de Araraquara, com as quais sempre aprendi muito, e especialmente àquelas que forneceram os materiais para a presente pesquisa.

Aos meus amigos e colegas do mestrado, pelas discussões, aprendizados e momentos de alegria. De maneira muito especial à Raquel e ao Oscar, pela amizade e pelo abrigo na primeira república “agroecológica” de Araras; aos amigos Felipe, Luciane, Marina e Carmen.

Aos professores Manoel Baltasar da Costa, Oriowaldo Queda e Sérgio Gertel, pela amizade e pelas sugestões ao longo do trabalho.

Ao corpo docente e funcionários do PPG em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

## SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE TABELAS .....	i
ÍNDICE DE FIGURAS .....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
1 INTRODUÇÃO .....	01
1.1 Apresentação.....	01
1.2 A Importância do Olhar Etnográfico para a Agricultura Familiar.....	07
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	24
2.1 A Formação da Categoria Social do Assentado: fragmentos de sua história.....	24
2.2 Trajetória: as mudanças na vida e no <i>habitus</i> de assentados rurais ....	30
2.3 Assentamento Monte Alegre: ponto de chegada e de partida.....	36
2.4 Caracterização do Universo Empírico: o espaço da investigação.....	42

2.5 A Presença da Cana no Assentamento.....	52
2.6 Análise Sociológica do Caso pela Noção de <i>Habitus</i> .....	57
2.7 As Expressões do <i>Habitus</i> na Agricultura Familiar.....	61
3 MATERIAIS E MÉTODOS .....	69
3.1 A Construção da Pesquisa e Seus Protagonistas.....	69
3.2 Metodologia da Bola de Neve: questionário semi-estruturado e montagem de cadernos de campo.....	72
3.3 Diário de Campo e Fotografia: espaços e lugares.....	76
3.4 Desenhos e Cardápios: as marcas da identidade.....	78
3.5 Os Fios da Metodologia Escolhida.....	90
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	95
4.1 Atividade Agrícola, Alimento e Comida: os ingredientes do viver nos assentamentos.....	95
4.2 Memória e <i>Habitus</i> na Construção do Lugar no Assentamento Rural...	111
4.3 Soberania e Segurança Alimentar: expressão da liberdade?.....	122
4.4 Autoconsumo: a face oculta da soberania alimentar.....	128
4.5 Autoconsumo e as Redes de Invisibilidade.....	143
4.6 Cálculo do Autoconsumo: mensurar o imensurável.....	154
4.7 Autoconsumo em Assentamentos Rurais.....	157
4.8 O Lugar do Autoconsumo: questão de gênero.....	169
5 CONCLUSÕES .....	182
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	188

## ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1. Distribuição de famílias por núcleo e município no assentamento Monte Alegre.....	48
Tabela 2. Quais os primeiros cultivos no assentamento.....	102
Tabela 3. Cardápios da família do Sr. Bellintani.....	105
Tabela 4. Cardápios da família do Sr. Terêncio.....	106
Tabela 5. Cardápios da família do Sr. Marcílio.....	108
Tabela 6. Cardápios da família do Sr. Geraldo.....	109
Tabela 7. Quando houve mais fartura de alimentos.....	114
Tabela 8. Principais itens comprados em supermercados que compõem a alimentação na origem e no assentamento e o custo estimado.....	119
Tabela 9. Destino da matéria orgânica .....	129
Tabela 10. Presença de criações.....	130
Tabela 11. Inventário de lotes .....	137
Tabela 12. Destino de grãos para autoconsumo .....	148
Tabela 13. Destino raízes para autoconsumo.....	148
Tabela 14. Destino criações para autoconsumo.....	149
Tabela 15. Destino frutas para autoconsumo .....	149
Tabela 16. Destino hortaliças para autoconsumo.....	149
Tabela 17. Destino legumes para autoconsumo.....	149
Tabela 18. Destino temperos para autoconsumo.....	150
Tabela 19. Destino plantas medicinais para autoconsumo .....	150
Tabela 20. Do que produz, o que é destinado ao consumo familiar .....	159
Tabela 21. Quanto é coberto financeiramente com produção própria.....	161
Tabela 22. Percentual de autoconsumo.....	161
Tabela 23. Autoconsumo de frutas.....	162
Tabela 24. Autoconsumo de criações.....	162
Tabela 25. Autoconsumo de raízes.....	162
Tabela 26. Autoconsumo de grãos.....	163
Tabela 27. Autoconsumo de hortaliças.....	163

Tabela 28. Autoconsumo de legumes.....	163
Tabela 29. Autoconsumo de temperos.....	163
Tabela 30. Autoconsumo de plantas medicinais.....	164
Tabela 31. Divisão do trabalho nas comunidades pesqueiras.....	170
Tabela 32. Divisão do trabalho nas comunidades agrícolas.....	171
Tabela 33. Quem cuida da produção.....	178

**ÍNDICE DE FIGURAS**

	Pág.
Figura 1. Imagem aérea do Assentamento Monte Alegre.....	50
Figura 2. Localização da sub-bacia do Ribeirão Monte Alegre e do Assentamento.....	51
Figura 3. Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 1999-2000.....	83
Figura 4. Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 2000-2001.....	84
Figura 5. Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 2001-2002.....	85
Figura 6. Mapa do lote do Sr. Agrício.....	86
Figura 7. Pirâmide alimentar.....	98
Figura 8. Exemplos de organização de sistemas para consumo doméstico.....	98
Figura 9. Primeiro desenho do lote do Sr. Bellintani.....	103
Figura 10. Desenho atual do lote do Sr. Bellintani.....	104
Figura 11. Microbacia do córrego Monte Alegre.....	134
Figura 12. Primeiro desenho do lote do Sr. Marcílio.....	135
Figura 13. Desenho atual do lote do Sr. Marcílio.....	136

## **DA TERRA AO PRATO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE AUTOCONSUMO EM UM ASSENTAMENTO RURAL**

**Autor: HENRIQUE CARMONA DUVAL**

**Orientador: Profa. Dra. NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO**

### **RESUMO**

A produção de alimentos na agricultura familiar, para fins de autoconsumo, vem recebendo mais atenção, tanto por parte da reflexão acadêmica das Ciências Sociais como também por parte do poder executivo em vários níveis. Esse tipo de produção está intimamente ligado a formas de reprodução social, mas sua avaliação, para além da dimensão econômica, ainda está repleta de invisibilidades. Na presente pesquisa, procurou-se fazer uma investigação sociológica qualitativa da produção de autoconsumo entre famílias assentadas rurais da fazenda Monte Alegre, na região de Araraquara/SP. Procedeu-se a uma análise integrada dos sistemas agrícolas para a obtenção de alimentos, do trabalho familiar e, por fim, do prato de comida das famílias assentadas, conectando a luta pelo direito à terra e a autonomia do corpo, o trabalho não alienado e a coesão familiar, dimensões materiais e simbólicas da vida social. Além de um questionário semi-estruturado que abordou as principais hipóteses do trabalho, lançou-se mão de outros procedimentos metodológicos, tais como caminhadas e observação direta, registro em diário de campo, coleta de cardápios, desenhos, inventários e ainda a fotodocumentação dos lotes. O material coletado junto às famílias indica que, após um período em que elas sofreram expropriação no campo, em virtude da modernização agrícola, a luta pela terra e o estabelecimento produtivo no lote possibilitou que voltassem a produzir seus próprios alimentos, valendo-se de técnicas, paisagens e cardápios de uma memória remanescente da vida rural, antes de serem expropriadas. As famílias assentadas voltam a produzir mediante seu esforço direto, a partir de práticas agrícolas tradicionais, alimentos que, transformados em comida, retomam aspectos de sua identidade social como agricultoras – agora, porém, inseridos em uma nova condição social. Conclui-se que tais práticas mudam a relação das famílias com a terra, que passa a ser vista como fonte primária de obtenção de nutrientes e possibilitam experiências em agricultura sustentável, gerando uma cesta alimentar diversa que se relaciona com os gostos e preferências familiares e com a segurança e a soberania alimentar da família.

## **FROM THE FARMING TO THE DISH: A STUDY OF FOOD AND SELF CONSUMPTION PRACTICES IN A RURAL SETTLEMENT**

**Author: HENRIQUE CARMONA DUVAL**

**Adviser: Profa. Dra. NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALENCIO**

### **ABSTRACT**

Issues surrounding food production within the family agriculture system, where they grow their own food for self-consumption, are being focused by the academic reflection of Social Sciences as well as across all levels of government. This production system is strongly associated with the process of social reproduction but its evaluation, beyond the economic dimension, remains unclear. This research seeks to develop a qualitative sociological investigation on the food production for self-consumption among rural families settled in *Monte Alegre* farm, in the region of *Araraquara*, State of *São Paulo*. It was carried out an integrated analysis on the agricultural systems used in farming and growing food, involving family labor, and eventually, the dish of food of the settled families. Such analysis also included the fight for land and the autonomy as human being, the non-forced labor and family cohesion and the material and symbolic dimensions of social life. In order to collect data, a semi-structured questionnaire was completed headed to the main work assumptions; moreover it was applied methodological procedures, such as journeys and direct observation, daily field record, collection of menus, drawings, inventories, and also the photo-documentation of the lands. The records collected from the families indicate that, after a period where they had suffered expropriation of their territories, occurred by the agricultural modernization, the fight for land and the productive farming establishment in the land granted them another opportunity to grow their own food, reproducing techniques, landscapes and menus from a remaining memory of the agricultural life they experienced before the mentioned expropriation. The settled families recommence producing by their own efforts, supported on traditional agriculture practices, and the result is that growing food turned into provisions allowed them to recover the aspects of their social identity as food growers and producers, however, in a new social status. It can be concluded that employing such practices, it is possible to change the relations between family and land, which can be seen as a primary source of nutrients, as well as they allow experiments around sustainable agriculture, providing an assorted food basket that meets family's tastes and preferences, assuring food safety and guaranteeing the rights to food sovereignty.

## **1 INTRODUÇÃO**

### **1.1 Apresentação**

A presente dissertação advém de uma trajetória de pesquisa em Sociologia Rural que já acumula mais de 20 anos, encetada pelos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor – Unesp/Uniara) desde 1989. Essa pesquisa começou antes mesmo da instalação dos primeiros núcleos de assentamentos na região de Araraquara, com estudos sobre os trabalhadores volantes nos canaviais, os “bóias-frias”. A proletarianização desses trabalhadores, que levou muitos deles a ver na luta pela terra uma saída para melhores condições de vida, a organização social desse enfrentamento à monocultura via reforma agrária, a constituição e o desenvolvimento dos assentamentos rurais são partes de um processo social que proporcionou cenários para estudos sociológicos.

Minha participação no grupo começou logo nos primeiros anos de graduação em Ciências Sociais, como bolsista desde o ano de 2001. Todo referencial teórico e metodológico adotado aqui tem inspiração ou é diretamente ligado a essa trajetória de pesquisa. Nesse grupo de pesquisa, além do acesso a um conjunto de publicações, me foi proporcionado o contato com pesquisadores que por ele passaram e que já haviam explorado a fundo as possibilidades da pesquisa em assentamentos.

O primeiro grande projeto<sup>1</sup> realizado no âmbito do Nupedor resultou no primeiro censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo<sup>2</sup>. Nos dados censitários, apareceram os primeiros “retratos” dos assentamentos de Araraquara; a principal técnica de coleta de informações foi um questionário que abrangia várias esferas da vida das famílias assentadas (produção/productividade, saúde, educação, infra-estrutura etc.). Além das informações mais objetivas a respeito da vida em construção nos assentamentos, desde antes mesmo do censo, a pesquisa se mostrava disposta a entender os assentamentos e os assentados em suas origens, trajetórias e modos de vida, tomando-os não como realidades estáticas, mas como processos sociais.

Por isso, além de dados censitários, se fez e se faz necessário a busca das falas dos assentados (e dos diferentes membros da família assentada rural) através da observação direta e participativa. Ou seja, além dos questionários, é necessário empregar técnicas de pesquisa, como o diário de campo, a fotografia, o desenho, a entrevista gravada, a tomada de depoimentos espontâneos, a filmagem, dentre outras, quando se está a campo. O registro etnográfico por meio do diário de campo foi, durante toda a trajetória da pesquisa do Nupedor, uma técnica privilegiada de coleta de informações, de forma que muito já se avançou nesse sentido no âmbito do grupo. Tal procedimento mereceu, na introdução do presente trabalho, uma seção especial, dada sua importância para a minha formação e para o próprio trabalho. Idas a campo regulares, com seus devidos registros em diários de campo, são técnicas sempre privilegiadas pelas coordenadoras do Nupedor e constituem a base da formação dos pesquisadores bolsistas que por ele passaram e estão passando, nessa “inesgotável aventura sociológica” que é a pesquisa em assentamentos rurais.

---

<sup>1</sup> Trata-se do projeto **Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo**, sob coordenação da Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e Sônia Maria P.P. Bergamasco, projeto igualmente com apoio da FINEP e FUNDUNESP. Duração 1989-1995, sendo financiado como auxílio-integrado pelo CNPq entre 1993 e 1995.

<sup>2</sup> FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995.

Após a pesquisa censitária, o Nupedor teve outros dois projetos auxílio-integrado (CNPq) consecutivos<sup>3</sup>. Minha entrada no grupo se deu nessa fase de transição de projetos, fase de prestação de contas e renovando as motivações dos integrantes do grupo para voltar a campo. Era época de captar aspectos relacionados ao convívio dos assentados com o meio ambiente, em decorrência do processo de sua integração às economias regionais. Sem dúvidas, uma fase propícia aos estudos de caráter multidisciplinar, com membros da equipe estudando os assentamentos sob diversas perspectivas teóricas, partindo de premissas das teorias da complexidade: entendendo os assentamentos como processos sociais complexos, como também procurando integrar sua análise à teia da vida<sup>4</sup>.

Logo na minha primeira ida a campo, chamou-me atenção a fartura de alimentos que as famílias assentadas possuem, bem como a relação diferenciada que elas têm com a comida em comparação ao que se vê na cidade. Bastava chegarmos a um lote que já nos eram oferecidos café, biscoitos e pães caseiros; nas caminhadas pelos lotes parávamos embaixo de pés de fruta para farta degustação, e muitas vezes nos convidavam para almoçar na hora, outras vezes os almoços eram marcados conosco para outro dia, sempre levávamos muitas coisas das roças para nossas casas. Durante os almoços nos assentamentos, percebíamos que a maioria das coisas era fruto do próprio lote, poucas coisas vinham da cidade. Ao retornar à universidade, nos víamos com sacolas cheias de produtos agrícolas que os assentados haviam nos dado. Nossos colegas achavam que voltávamos de uma feira ou algo parecido, algo estranho porque a universidade é longe do centro da cidade. Logo percebiam que estávamos muito radiantes para quem volta de uma feira. Tamanha era a fartura, que distribuíamos entre os nossos tudo

---

<sup>3</sup> **Assentamentos Rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades**, Auxílio-Integrado CNPq, 1996-1999, sob coordenação conjunta das Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Terezinha D'Aquino; **Inserção dos Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente**, Auxílio-Integrado CNPq, 1999-2003, sob coordenação conjunta das Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.

<sup>4</sup> Referência à teoria sistêmica de Fritjof Capra.

aquilo que ganhávamos no assentamento e, nas épocas de ocupação estudantil do campus, os alimentos que trazíamos garantiam boas refeições.

Comecei a perceber que nos lotes agrícolas ocorre uma construção de território tendo em vista a produção de alimentos, fato que se reflete também no prato da família à mesa. Uma construção que sempre me remetia à diversificação e à sustentabilidade. Além disso, isso chamou atenção para a seguinte questão: como considerar uma família como pobre se ela possui tamanha fartura de alimentos e tamanha generosidade?

Logo que entrei para o grupo, essa e outras impressões que tinha a campo eram compartilhadas nas memoráveis reuniões do grupo junto com a professora Dulce Whitaker. Era um momento de receber treinamento para as idas a campo, orientando nossos olhares para a compreensão da família assentada e para a construção do território, bem como nos treinando para as montagens dos diários de campo. Durante as reuniões, as discussões das informações obtidas em campo pelos bolsistas que iam em grupo aos assentamentos forneceram a mais nítida impressão do valor dos assentamentos como objetos científicos complexos. Cada membro do grupo tinha uma impressão do que era vivenciado, de forma que, nas reuniões, formávamos painéis de impressões variadas sobre as mesmas situações presenciadas, mostrando o caleidoscópio de situações encontradas nos assentamentos e que, de fato, eles são objetos de estudo não apenas para aventuras sociológicas, mas também para pesquisadores de inúmeras áreas do conhecimento (nessa época tínhamos um grupo de bolsistas majoritariamente da área das ciências sociais, mas também economistas, pedagogos, uma ecóloga e, além desses, havia poetas e artistas plásticos).

Meu interesse maior como bolsista do grupo foi no acompanhamento de uma alternativa produtiva que se apresentou à época, que envolvia algumas famílias assentadas rurais numa produção agrícola natural, junto a técnicos da Fundação Mokit Okada. Alguns assentados que se interessaram em participar do plantio receberam orientações e por algum tempo foram ligados a uma associação de produtores naturais da região. Seus produtos eram vendidos em feiras na cidade de Araraquara e também por uma rede de consumidores que

faziam pedidos à associação, que lhes entregava cestas de produtos diversificados em casa. A participação dos assentados junto a essa associação não deu certo por várias razões, sendo a principal delas a falta de entendimento entre os coordenadores da associação e os assentados. Por fim, todos os assentados que fizeram parte dessa estratégia produtiva acabaram deixando a associação e ela própria se extinguiu na região de Araraquara. O acompanhamento dessa alternativa produtiva, no entanto, foi fundamental para que eu começasse a enxergar que os princípios da produção natural (entendidos como agroecológicos) estão presentes nas produções de autoconsumo<sup>5</sup>.

Continuando, a trajetória do Nupedor seguiu com dois novos projetos financiados pelo CNPq, sendo que a partir de 2004 permaneci no grupo coordenado pela professora Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante<sup>6</sup>. Houve espaço, nos dois projetos subsequentes, para a atualização dos perfis dos núcleos de assentamentos de Araraquara, nos levando a investigar como os assentados se inserem marginalmente à trama composta pelos demais atores regionais. Exemplos disso são claramente expressos na (pouca) importância dada à agricultura familiar (dentro dela, os assentamentos) frente à agricultura patronal em nossa região. As regulares idas a campo que fiz para fins dessas atualizações forneceram subsídios empíricos que, muito além da amostragem que se apresenta no primeiro capítulo, me possibilitaram fazer muitas das afirmativas presentes ao longo desse trabalho.

Alguns aspectos presentes nos estudos do Nupedor são análises comparativas entre os assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre,

---

<sup>5</sup> Esse episódio foi o tema de minha monografia de bacharelado (DUVAL, 2005), certamente o trabalho que inspirou minha vinda ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar.

<sup>6</sup> São os projetos, ambos coordenados pela profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante: **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**, Auxílio-Integrado CNPq, 2004-2007, com a participação dos Professores Doutores Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Luis Antonio Barone; e **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo)**, Bolsa Produtividade CNPq, 2007-2010, com a participação do Prof. Dr. Luiz Antonio Barone. Este projeto tem íntima relação com a pesquisa desenvolvida pela Profa. Dra. Dulce Consuelo A. Whitaker (**As idades da vida: estudos de representações sociais sobre juventude, envelhecimento e modos de vida em assentamentos de reforma agrária**, Bolsa Produtividade CNPq).

ambos no município de Araraquara. Em tais comparações, o Monte Alegre sempre apresentou pior quadro no que se refere à qualidade do solo, das estradas, escola, financiamentos, rede elétrica etc. Essa perspectiva comparativa passou agora a abranger os assentamentos de Araraquara e outros, na região do Pontal do Paranapanema, no projeto atualmente vigente.

Outra questão, sempre presente (e que não poderia deixar de estar neste trabalho), diz respeito ao plantio de cana agroindustrial nos lotes dos assentamentos. Trata-se da alternativa produtiva vista desde o início da década de 1990 como a salvação dos assentamentos, através de consórcios e parcerias entre assentados e agroindústrias da região. A figura do usineiro sempre representou a cultura da dádiva, que levaria os pobres assentados à salvação econômica. Além da cana, sempre estiveram presentes nas análises de pesquisadores do Nupedor outros projetos em parceria com o setor privado, supostamente apresentados pelos órgãos gestores como maneiras de se conseguir desenvolvimento econômico nos assentamentos. Por outro lado, também sempre se apresentou um quadro de endividamento em função de financiamentos que os assentados acessam para implantar projetos técnicos que, no mais das vezes, servem para pagar o próprio financiamento e nada mais.

A primeira premissa que se apreende dessa pesquisa, em toda essa trajetória, é que, no meio rural, as práticas sociais se refletem no uso do espaço enquanto manejo agrícola. Tal uso, embora diferente e incomparável ao que se faz no espaço urbano, não se dissocia desse, porque ambos estão conectados por aquilo que chamamos antes de práticas sociais. Vários atores sociais estão em um campo, assim como concebeu Bourdieu, no qual a perspectiva de cada ator está em relação à dos outros e, através da mediação entre eles, o espaço (urbano e rural, inclusive o próprio assentamento) é definido.

As relações sociais travadas no campo dos rumos dos assentamentos rurais estão longe de serem lógicas e lineares; pelo contrário, entende-se que esse campo é uma trama de tensões, porque os interesses ali ora coincidem, ora não. Então, se entendidos como assunto técnico, os assentamentos rurais

são resultado da técnica social, baseada no poder político e econômico, como também na cultura (MARTINS, 1975).

Os objetivos da presente pesquisa sociológica, no campo da agroecologia, estão relacionados à agricultura produtora de alimentos para o autoconsumo familiar no assentamento Monte Alegre. O estudo dos sistemas de produção dos próprios alimentos é feito pelo viés da cultura e da mediação com atores regionais externos aos assentamentos. O principal objetivo foi demonstrar o uso agrícola que as famílias fazem da terra, para dela tirar os alimentos, tendo por base seus gostos e preferências adquiridos cultural e historicamente, operacionalizados pelo *habitus*, que é entendido aqui como um fator endógeno ao agroecossistema. Algumas hipóteses relacionadas a isso são: que a produção de autoconsumo dá identidade aos assentados rurais ou que, através dela, recriam-se tradições que vêm de épocas quando eram de fato agricultores; que a lógica da agricultura comercial e mesmo empresarial – como no caso da cana-de-açúcar – convive no mesmo espaço do lote com a produção de autoconsumo, em relação de competição ou não; que a presença de um sistema agrícola de autoconsumo garante soberania e segurança alimentar para uma família; que esse sistema é ligado a práticas e princípios agroecológicos; que representa capacidade de poupança à família assentada; e que o trabalho da mulher é fundamental para este tipo de produção.

Afora esses objetivos e hipóteses, pretendeu-se aqui buscar a compreender como, e em que condições, o assentado rural se reconstrói enquanto um agricultor, procurando explicitar alguns pontos que julgamos essenciais para que projetos técnicos e de extensão sejam a eles direcionados, como também oferecer subsídios a políticas públicas. Foram preocupações que nortearam o estudo no sentido daquilo que acreditamos ser útil em termos de geração de conhecimento em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, a partir de uma perspectiva sociológica.

## **1.2 A Importância do Olhar Etnográfico para a Agricultura Familiar**

Na literatura de estudos sociais sobre grupos rurais, citados ao longo desta introdução, nota-se a grande importância das técnicas de pesquisa

etnográficas. Elas figuram dentre estratégias de pesquisa pelas quais busca-se penetrar mais a fundo na compreensão da realidade, por meio da investigação de um contexto local. A partir do contexto local e do trabalho de campo com grupos humanos específicos é que a pesquisa etnográfica se torna possível. No presente trabalho, as observações de campo e a descrição dos pequenos aspectos da vida cotidiana do grupo estudado ligam-se à história de constituição regional, buscando assim aprofundar a análise de aspectos do modo de vida em estudo e das conseqüências da modernização agrícola sofridas por trabalhadores rurais. O valor do qualitativo em termos de técnicas de pesquisa e de dados que ajudam a compreender essa realidade estudada adquire relevância e mescla-se a outros dados, quantitativos e histórico-regionais.

Dados qualitativos são aqui considerados aqueles obtidos pelo registro etnográfico. Segundo Fonseca (2000), sua obtenção ocorre durante conversas de várias horas, nas quais parece que se está perdendo tempo, mas é quando o entrevistado fala do seu cotidiano e o pesquisador está atento para compreendê-lo, captá-lo e descrevê-lo. Para a antropóloga, nesse tipo de trabalho se faz essencial a busca por construir categorias analíticas “alternativas de vida social que foge da lógica prevista e previsível da modernidade” (p.7). Para tanto, o principal método de pesquisa é descritivo. A observação direta, ou *estar* em campo, resulta nas impressões, buscada por tal reconstrução, além disso, baseada nos moldes do próprio pesquisador e da teoria.

Todo o “perder tempo”, quando se está em campo, é relativo a ouvir e buscar compreender o que é a categoria analítica que se constrói. O trabalho de campo é um momento essencial nessa construção, para se apreender com o sujeito pesquisado sua lógica particular num meio capitalista, no qual o pesquisador também está inserido.

Conforme formulou Garcia Jr. (1983), sobre suas pesquisas de campo: “A qualidade dos dados não depende de maior realização de entrevistas (...) formular questões relevantes dependia do conhecimento que pudéssemos adquirir sobre esta vida” (p.13). Nesse ponto, contou muito a experiência

anterior do autor no presente trabalho de campo. Mesmo visitando assentados que ainda não eram conhecidos durante o mestrado, o conhecimento prévio com que contava sobre a fazenda Monte Alegre como um todo me auxiliou no trabalho de campo. Além disso, ficou a impressão de que a qualidade dos dados depende muito da confiabilidade que o pesquisador adquire junto aos sujeitos. Num primeiro momento, isto não é tão fácil para o pesquisador como é para o extensionista.

O trabalho de campo é essencial para captar o cotidiano; é necessário antes conhecer e depois ouvir a lógica da família rural por ela mesma. Igualmente importante se percebeu o retorno, ou a re-entrevista, para mais conversas. Após as entrevistas iniciais, os assentados demonstraram reflexões sobre as questões abordadas antes e voltavam a elas em outros momentos, quando retornamos ao lote. Este também um fator de fortalecimento da confiança no pesquisador, percebido então como aquele que vem da cidade e tem interesse em acompanhar a realidade da vida ali enfrentada, que faz visitas para saber como estão as coisas na família e na comunidade<sup>7</sup>.

Para Whitaker (2002), os pesquisadores que se aventuram a estudar o homem que vive no campo devem, antes de qualquer coisa, cuidar de quebrar seus preconceitos contra o espaço rural. O “atraso” que o modo de vida ali possa representar aos olhos de alguém que vive na cidade interpõe obstáculos à sua compreensão, ainda se compreendemos a dinâmica desse rural modernizado. Na hora do trabalho de campo, a maneira pela qual percebemos as coisas pode nos deixar cegos para vários aspectos; por exemplo, as percepções alheias acerca da natureza, já que somos urbanos e não entendemos a natureza da mesma forma que o homem que vive no meio rural. Há de fato uma grande diferença no cotidiano de quem vive na cidade ou no assentamento, com relação ao uso e percepção sobre recursos naturais (como os rios, a terra, fauna e flora nativas etc.), ou com relação ao descarte de lixo. Trata-se de ambientes cuja tecnificação não se mostra de forma tão evidente, como nos centros urbanos cobertos de asfalto e concreto – dois dos principais

---

<sup>7</sup> No caso da presente pesquisa, isso foi conseguido pelo fato de fazer parte das técnicas de pesquisa a solicitação ao agricultor da elaboração de desenhos do lote e cardápios da família, que foram buscados posteriormente.

exemplos de recursos da base física (ou da natureza) transformados pela técnica, a ponto de não mais enxergar-se o recurso por trás da técnica. Além disso, ali não há tamanha densidade demográfica a ponto de percebermos a artificialização da natureza<sup>8</sup>.

Nesse sentido, os dados de campo valem muito para a pesquisa quando se leva em conta a alteridade; isto é, o pesquisador busca compreender o outro como alguém que está no mundo de forma diferente dele e de outras formas já pré-concebidas. Trata-se sempre do esforço de compreender outro modo de ver e de estar no mundo. Em nosso caso, tem-se em vista especialmente a relação do outro com seu alimento, da família que volta a ter contato intenso com a natureza e que planta, colhe e prepara sua alimentação. Conforme Baraona (1994), é importante para o pesquisador (e, diríamos, também ao extensionista) procurar entender os agricultores “por dentro”, ou seja, a partir das formas de pensar e agir que eles têm em seu meio. Suas representações e práticas ambientais são intensas porque a preservação da natureza lhes garante diretamente a sobrevivência e a complementaridade. No caso dos assentados rurais, voltar à terra significa lembrar que a natureza tem alma e restabelecer com ela relações de trocas. Mas será que a eles é possível a preservação ambiental ao menos para retirar seus alimentos?

Se neste trabalho antropológico se efetua a busca por compreender modos de vida que fogem às formas lineares facilmente previstas (ou que são formuladas) na construção social moderna, procurando captar “algo da experiência das pessoas” (FONSECA, 2000), procura-se também ir além das falas e chegar-se às práticas sociais. Assim é que o estudo passa de um mero esforço descritivo e adquire sentido sociológico, de análise sobre o funcionamento desse tipo de agrupamento rural em seu meio social. São

---

<sup>8</sup> Isso não livra os espaços rurais da racionalidade baseada na técnica, assim como concebe Santos (1998). Para autores que evitam a separação dos espaços em rurais e urbanos, acredita-se que ambos fazem parte de um mesmo tecido social sujeito a sofrer novas imposições desta racionalidade. No assentamento rural, por exemplo, isso está presente no entorno e nos próprios lotes cobertos de cana agroindustrial, bem como numa agricultura praticada com base nas técnicas da Revolução Verde e seus avanços, com fins de abastecer em escala as usinas de álcool e açúcar e o próprio mercado consumidor urbano. Na sociedade, essa nova racionalidade se expressa também nos valores sociais, nos componentes que movem os sujeitos no espaço social, sejam rurais ou urbanos. Assim, a renda proveniente da cana ou de outros produtos mais especializados garante o *status quo* do assentado rural, mas lhe cria outros problemas.

analisados, também, outros aspectos baseados nas relações com o entorno econômico e nas relações travadas com outros agentes sociais. Veremos mais à frente que, mesmo tratando-se de um tipo de organização social cuja lógica de funcionamento não é baseada exclusivamente em relações capitalistas, esses grupos nunca estão isolados de outras relações com o sistema capitalista, imbuídos de uma racionalidade que tem por base a técnica.

O método etnográfico recebe críticas por ser particularista e, possivelmente, determinar algo que está fora do tempo e do espaço, mas se apresenta como um resquício anacronicamente oposto à tendência da cultura globalizada (FONSECA, 2000)<sup>9</sup>. Somado à análise das relações travadas em outras esferas sociais e junto a outros agentes sociais, com os quais os sujeitos pesquisados se relacionam, a tendência metodológica sobre assentamentos adotada aqui é a da compreensão de que, nesses espaços, ocorre uma singular reconstrução de modos de vida (FERRANTE, 1994). Uma reconstrução que certamente tem base nas experiências pretéritas das pessoas enquanto agricultores, mas tendo-se em vista a influência exercida pelas novas condições históricas e pressão dos agentes externos aos assentados, que os empurram para tal racionalidade baseada na técnica. Cada assentamento tem uma construção específica, conforme a região onde está e, para aumentar o caleidoscópio das singularidades, os assentados têm origens e trajetórias igualmente singulares quando olhamos para os aspectos microssociológicos de suas histórias de vida.

Portanto, nessa metodologia qualitativa que busca compreender tal construção, se privilegia, além dos dados mais gerais, a pesquisa do cotidiano num grupo que não precisa ser estatisticamente grande, na qual se valoriza os esforços para obter dados com técnicas etnográficas após horas de trabalho de campo, intensa observação e vigilância epistemológica. A descrição da história e dos aspectos de vida de uma família, ou de um grupo de famílias que vive de forma homogênea, sob condições pré-determinadas e que desenvolvem maneiras específicas de enfrentá-las, pode trazer à tona dados relevantes para compreender aspectos mais gerais do grupo. Assim, Cândido (1979) afirma

---

<sup>9</sup> Tem sido aplicado não só em estudos rurais, mas também em estudos sobre a formação de bairros urbanos e ambientes corporativos.

que, ao se referir ao “caipira” que responde diretamente às questões de sua pesquisa, está se referindo ao grupo do qual ele faz parte.

A técnica de pesquisa que possibilitou, no presente trabalho, a obtenção desses dados etnográficos é comumente chamada Diário de Campo. Na verdade, é um pequeno caderno de bolso, que nos acompanha no trabalho de campo e no qual são registradas passagens das visitas às famílias assentadas rurais. Nesse diário, são colocadas rapidamente as passagens de uma visita a uma família, de forma que tais registros possibilitem em momentos posteriores ao trabalho de campo o recordar as situações, quando passamos a descrevê-las com mais detalhes e a ligá-las a outros fatos. Em nosso grupo de pesquisa, essa montagem convencionou-se chamar de Cadernos de Campo, como um produto final de um dia de trabalho de campo no qual todo grupo participa e discute do planejamento à coleta das informações. Conforme expresso em Whitaker (2002) e em Ferrante (2004a), além de outros artigos publicados na revista Retratos de Assentamentos, na trajetória de pesquisa do Nupedor essa técnica sempre foi priorizada para a coleta de informações e já permitiu que bolsistas fizessem seus registros de forma associada a poesias, desenhos, fotos e vídeos.

Muito utilizado por pesquisadores, principalmente no campo da Antropologia, o diário de campo pode ser útil para ilustrar passagens de textos com referências empíricas claras sobre aquilo que se estuda, como também pode ser um meio de se fazer registros sobre os objetos de estudo, em momentos que não necessariamente se está em campo (momentos que a memória sobre aquilo é ativada). O pesquisador, tal como o artista, nunca deixa de o ser mesmo quando não está exercendo propriamente seu trabalho. Ele leva consigo algo no qual pode registrar, mesmo nos lugares e situações menos esperadas, seus *insights*.

Tomamos, como exemplo, uma passagem de Brandão (1982): em uma de suas viagens de avião, o pesquisador teceu comentários que ligavam fatos vivenciados no momento da viagem ao que estudava em terra firme, elaborando reflexões sobre sua própria vida. Esse autor faz seus registros sob a forma de alegoria, fazendo poemas em série sobre determinado assunto.

Cada série leva um título que representa um tema sobre o qual se relaciona uma série de poemas, cada qual também identificado com um título. O autor começa, antes do título do poema, com a data do escrito e, após o título, informa o nome da cidade ou a ocasião na qual foi feito. Tais seqüências, às vezes, adquirem um sentido diferente daquilo que suas palavras dizem na aparência, ou seja, algo de extremo entendimento pessoal, fazendo-se uso de linguagem figurada. A passagem citada a seguir se refere a um desses poemas, que compõe uma série intitulada “Teoria”:

*25 de setembro de 1981*  
**a prática da pesquisa**  
*(num vôo entre Brasília e São Luís)*  
 Que pedaços do mundo que observo  
 habitarão partes de mim que os vejo?  
 Qual seiva de uma flor vermelha  
 das manhãs de agosto, que florida  
 no entremeio dos Gerais de Minas  
 terá a mesma tinta de uma vida  
 que corre no rio de minhas veias?  
 (BRANDÃO, 1982, p.80)

É um instrumento que possibilita aos pesquisadores registrarem suas impressões sobre aquilo com que eles estão trabalhando, quando as mesmas são impulsionadas por estímulos que, aparentemente, estão longe, inclusive geograficamente, de tal realidade. Desta forma, permite criar uma sensação de unidade entre as situações cotidianas vivenciadas pelo pesquisador com aquilo que ele pesquisa, e até mesmo uma unidade entre ele próprio e aquilo que se pesquisa.

Além disso, Brandão usa suas séries de poemas para descrever situações cotidianas de seus informantes, ligando-as a aspectos mais gerais de suas vidas. Parece que há, em algumas passagens neste livro (BRANDÃO, 1982), o pleno entendimento da situação do grupo estudado expresso sob a forma de poemas, quando ele é capaz de lidar com os aspectos mais específicos da vida, ligando-os a situações de conjuntura nacional e mesmo às teorias da complexidade. Observe-se esse aspecto na citação de mais dois poemas, ambos extraídos da seção “Diário Camponês”:

14 de junho de 1979

**situações de plantar e colher**

São José de Mossâmedes

1.

o jeito goiano de plantar com a mão  
o que o mato dá sem mágoa  
e o cerrado sem cobrar:  
pequi, caju, mangaba, madeira, mel de abelha  
dados de graça, catados com a mão cheia  
dos repentines de amor da natureza  
que não cabem no *arrendo* nem *na meia*  
e não põem placa de “vende” na parede.

2.

a lei paulista de plantar com o arado  
o que a roça dá com avareza  
e o dono cobra à vista:  
milho, feijão, arroz, soja e aguardente  
“dados” em fero trato feito *à meia*  
sob o dedo do poder do fazendeiro  
que existe às custas do trabalho alheio  
em casa grande de fazenda e tulha cheia.  
(BRANDÃO, 1982, p. 18-19)

13 de fevereiro de 1979

**a consciência de classe**

Cidade de Goiás

Enquanto lavrava a golpes  
de machado o poste de aroeira  
o preto lenhador chamado Berto,  
nascido no Faina, perto de Cavalo Queimado,  
apontava com o dedo o dono  
ao longe da serraria e dizia assim:  
“camisa dele quem dá é o meu trabalho”.  
Se diz que o machado do preto  
era o mais afiado e certo do lugar.  
E a fala também.  
(BRANDÃO, 1982, p.20)

Nessas duas passagens ocorre algo muito eficiente em termos explicativos, em poucas palavras e de uma forma poética. Na primeira, uma comparação entre o modo de conseguir alguns itens de subsistência em Goiás, através da maior dependência da natureza e do Cerrado, sem custo algum. Ali, não há práticas de arrendamento da terra e nem de se pagar a meia para poder explorá-la, afinal a natureza não cobra por seus produtos nem ninguém tem sua propriedade. Em seguida, mostra-se o modo paulista, estado mais urbanizado onde não cabem tais práticas, pois ali há uma lei na qual a terra é

vista como ponto de partida para a produção de valores de troca, que faz seus frutos parecerem amargos. Já no segundo poema, Brandão descreve o trabalho que tem seu informante, especificando lenhador e lenha. Da conversa entre eles surge informação sobre a origem do entrevistado e com ele discute-se sua localização, próxima a outra cidade da região. O entrevistado deu a clara impressão de que é consciente da exploração a que é submetido pelo seu patrão e que, por meio de seu esforço, garante o bem-estar do outro. Por fim, temos a impressão de que o pesquisador pede a outras pessoas uma referência, antes que ele pudesse chegar a um informante mais qualificado.

Outra importante referência ao uso dessa técnica de pesquisa foi encontrada no trabalho de Malinowski (1997), como uma forma de descrever o cotidiano enfrentado pelo pesquisador durante suas viagens de campo. O autor passou a escrever num diário, que o acompanhava aonde quer que fosse, como ele se sentia no dia, com quem conversava, se o trabalho estava lhe interessando e deixando-o disposto ou não, descrevendo as paisagens por onde passou e dando ao seu leitor uma noção daquilo que estava sendo vivenciado, das dificuldades e das vaidades do pesquisador frente a seu objeto de pesquisa. Foi usado também para ele “confessar” suas emoções e impressões mais íntimas para si próprio, algo muito mal recebido pela comunidade acadêmica na época do lançamento do livro, no ano de 1966<sup>10</sup>. Enquanto a maioria dos acadêmicos rechaçou a obra publicada a partir dos diários pessoais, alguns pesquisadores mais compreensivos e em momentos póstumos ao seu lançamento deram a entender que um de seus maiores trabalhos (*Os Argonautas do Pacífico Sul*) não seria possível sem que antes todo aquele trabalho de escrever diários de campo fosse feito, provando assim a importância de sua divulgação. Isso porque o pesquisador chegou a fazer um trabalho de reconhecimento internacional e da maior relevância para a Antropologia, porque aproximadamente quatro anos antes se formou um pesquisador também por meio desses registros. No caso de Malinowski, o uso do diário de campo teve maiores implicações na descrição do seu próprio cotidiano quando em épocas que ficou em trabalho de campo.

---

<sup>10</sup> Na apresentação da obra, a esposa de Malinowski assume toda a responsabilidade por sua publicação, que foi feita após a morte do antropólogo.

Em suma, é uma técnica de pesquisa que dá liberdade quanto à forma e conteúdo, bem como pode dar a conhecer ao pesquisador ele mesmo diante de seu trabalho. Antes de ser algo de cunho meramente pessoal, sem relevância para o trabalho em si, é uma técnica que permite aos pesquisadores escrever sobre seus objetos de pesquisa e revisar seus preconceitos inerentes, quando se trata de alguém que sai do conforto de seu meio social mais familiar, que inclui o próprio mundo acadêmico, e adentra ao universo empírico do “desconhecido”.

Vale a pena relatar, também, a importância do diário de campo como técnica que nos deixa à vontade no trabalho de campo. Longe do constrangimento que um gravador possa causar para alguns informantes, limitando seu depoimento, quando se registra passagens das conversas em um diário de campo parece ao informante que o pesquisador está tomando aquela conversa como uma aula e de fato tomando nota. Há também a obrigação, por parte do pesquisador, de ter domínio sobre aquilo que se está conversando e de estar atento, pois dentro de recortes teóricos e de questões a serem abordadas a princípio, pode-se perder informações valiosas. Mesmo que se tenha um roteiro de questões a serem abordadas, as conversas podem chegar a assuntos bem distantes da proposta inicial, muitas vezes em função da vontade de falar do entrevistado e da lógica da situação. Sua interrupção deve ser evitada. O registro em diário de campo permite acompanhar e respeitar essa direção, quando o entrevistado se liberta de perguntas e fala à vontade sobre os aspectos que se ligam à sua explicação e o pesquisador faz suas anotações a posteriori da conversa.

Certamente, ao notar o interesse do pesquisador em acompanhar seu raciocínio lógico, o entrevistado sente-se mais à vontade. Com isso, muitos aspectos subjetivos ganham relevância nas conversas – como, por exemplo, através dos gestos, aspectos sutis que dão a impressão de que ali está acontecendo um entendimento. Com esses aspectos subjetivos, temos a impressão de que há momentos que não precisamos fazer quase nada para a condução da conversa, de forma que o pesquisador pode assumir uma postura como a “escuta ativa” (WHITAKER, 2002). Assim, na postura do pesquisador

em campo pode ser mais importante escutar do que falar, aprender mais do que ensinar.

Para o presente trabalho o diário de campo foi relevante para captar informações, depois transformadas em dados, através da descrição de práticas agrícolas e da transformação do alimento em comida. Muitas vezes, consegue-se fazer isso junto com outros membros da família; por exemplo, quando na conversa surge espaço para a participação da mulher, pois ela detém maior conhecimento nesta área. Notou-se que o lugar escolhido para as conversas eram na cozinha ou num terraço em frente a porta da casa que dá para a cozinha; portanto, de uma forma ou de outra, a mulher sempre estava por perto.

Após a aplicação de um questionário semi-estruturado com questões comuns a todos os assentados que fizeram parte da amostragem, perguntava-se ao assentado se podíamos conhecer o lote e seus sistemas agrícolas, aquilo que é produzido para o consumo da família. Ao andar pelo lote, o assentado se lembrava de coisas que não tinha falado no momento anterior. Nas caminhadas eu portava, além do diário de campo, uma câmera fotográfica digital para registrar principalmente as práticas agroecológicas. Note-se, assim, a diferença do registro etnográfico, que passa a incorporar a tecnologia: certamente Malinowski e mesmo Brandão não tinham, à época de seus respectivos trabalhos, acesso a esse recurso digital que possibilita tantos registros fotográficos para ilustrá-los.

Uma das questões do questionário, por exemplo, era o inventário do lote, com a qual solicitava-se ao assentado relacionar tudo aquilo que há plantado no lote e que serve para o consumo da família. Muitas coisas eram esquecidas por eventualidade ou por ele julgar irrelevante para o pesquisador a existência de algum item, também em função da escala em que é produzida, ficando omitidas<sup>11</sup>. Assim, o diário de campo me permitiu completar o

---

<sup>11</sup> Há um exemplo claro disso quando um assentado não informou, a princípio, a existência de algumas plantas de moranguinho silvestre. De fato, ele não produz moranguinho, pois essa planta dá como se fosse mato em meio ao seu roçado; mas como descobri depois que sua família coleta e faz uso alimentar dos frutos, havia para mim a necessidade de registrar sua presença. Ao relacionar o inventário de seu lote, esse assentado não considerou essa planta porque é uma coisa espontânea em seu lote, que a natureza lhe dá. Mas não temos ao certo a

inventário. Plantas medicinais também tiveram suas funções para a família observadas nessas caminhadas “didáticas”. Além de completar informações não obtidas quando da aplicação do questionário, o diário de campo permitiu o registro dos assuntos que surgiram espontaneamente nas conversas e que fugiam ao tema das perguntas. Assim o foi, por exemplo, com relação às informações referentes às parcerias dos assentados com agroindústrias para o plantio de cana-de-açúcar, um assunto sobre o qual todos querem falar.

O diário de campo foi utilizado de forma associada a outras técnicas de pesquisa (o questionário semi-estruturado, a fotodocumentação, desenhos dos lotes e cardápios da família), como meio de complementar as informações necessárias ao estudo. Tais técnicas associadas permitiram-me uma comparação entre o discurso do assentado com minha observação direta. Há, de fato, algumas informações que geralmente não se consegue com técnicas de pesquisa que não permitem flexibilização na coleta das informações, necessárias em casos de objetos de pesquisa que exigem flexibilização, como é o caso da agricultura familiar.

A fim de evidenciar uma metodologia sensível o bastante que procura lidar com temas relacionados à lógica de funcionamento desse tipo de organização social (agricultura familiar), passamos, a seguir, a discutir alguns trabalhos que dão referências imprescindíveis para esse tipo de estudo.

Se uma das premissas básicas neste sentido é a necessidade de afastar a categorização agricultura de subsistência *versus* de mercado é porque, entre ambas, não há clara distinção quando se trata do estudo da agricultura familiar. Para o agricultor familiar, sempre há dinheiro proveniente da venda de determinados produtos investido naquilo que é para subsistência e vice-versa. Mesmo quando nos referimos exclusivamente à produção de autoconsumo na agricultura familiar, ela também pode entrar numa rede mediada pelo mercado – o que seria a venda de excedentes de alimentos, prioritariamente produzidos para autoconsumo familiar, em mercados. Assim como os produtos agrícolas voltados principalmente aos mercados (à venda) podem ser destinados ao autoconsumo familiar. Esse caráter de alternatividade da agricultura familiar

---

medida que ela contribui, por exemplo, na reposição de nutrientes dos membros da família – de qualquer forma, algo de difícil mensuração.

será retomado posteriormente, para exemplificar a flexibilização que deve haver no estudo da agricultura familiar. No entanto, há que se distinguir as roças de autoconsumo das comerciais, pois elas têm motivações sociais específicas para existirem.

Vale destacar ainda três estudos, já considerados clássicos, que formam a referência metodológica da presente pesquisa: Cândido (1979), Brandão (1981) e Garcia Jr. (1983). Embora feitos em regiões diferentes, ambos são focados em algum tipo de agrupamento rural, cujas “leis internas de funcionamento”<sup>12</sup> guardam muita relação entre si. De forma geral, para todos eles, realizar o estudo de um determinado agrupamento rural, pelos seus modos de vida e formas de reprodução econômica, implica fazer uma análise histórica sobre os processos macro e micro-econômicos que nele interferem. Nos primeiros capítulos desses estudos, há levantamentos históricos de constituição estrutural, marcados por leis e políticas macroeconômicas brasileiras, privilegiando-se uma análise a partir dos planos de desenvolvimento agrícola e seus efeitos em termos regionais.

Por outro lado, após esse primeiro levantamento, leva-se em conta também as condições históricas (num plano regional) das relações de poder, de trabalho e da estrutura fundiária subjacente. Desse modo, vem à tona a discussão dos agrupamentos rurais enquanto categorias sociais e suas especificidades, através da descrição dos meios pelos quais conseguem a subsistência, bem como das dificuldades e das transformações na vida, enfrentadas por essas populações tidas como “pobres rurais” frente ao processo de modernização social.

Portanto, é pertinente tornar presente essa perspectiva histórica, examinando as relações de poder entre as macroestruturas e microestruturas sociais. Segundo Silva (2004), as macroestruturas detêm maior poder de influência sobre as marcas que são deixadas na história; no entanto, as microestruturas conseguem reter uma importante parcela sem a qual a história

---

<sup>12</sup> Referência à teoria de Chayanov voltada a explicar as leis de funcionamento e a lógica camponesa das organizações familiares rurais, usada por muitos autores que identificam algo comum e aplicável a diferentes tipos de comunidades rurais, em diferentes lugares do mundo.

não se realiza. Para a autora, “a história é feita por homens e mulheres, porém em condições determinadas” (p.43)<sup>13</sup>.

Tratando-se este de um estudo sociológico sobre um dado agrupamento rural, numa localidade do interior paulista, é primeiramente interessante a investigação de Cândido (1979). O autor trabalhou com grupos de “caipiras” paulistas do município de Bofete, região de Botucatu, cujos modos de vida os aproximam dos investigados no presente estudo. Trata-se de um estudo focado na compreensão de como o caipira paulista consegue obter, por meio de seu trabalho, um nível socialmente aceito de existência, em relação ao que se come, como se mora, como desenvolve sociabilidade, como se relaciona com seu entorno econômico e ecológico. É um estudo pioneiro na área da “sociologia dos meios de subsistência”, no qual é essencial observar o cotidiano do grupo em estudo.

Já Garcia Jr. (1983) e Brandão (1981) desenvolvem seus trabalhos de campo, respectivamente, em comunidades rurais nos municípios de Bonito e Belém de Maria-PE e Mossâmedes-GO. No entanto, após explicitarem o processo histórico de constituição regional, os dois autores também procuram explicar, como Cândido, os grupos rurais por suas características sociais. Junto à categoria analítica Trabalho da comunidade, discussão que tem como fundo a modernização agrícola, imiscuem-se outras categorias como a alimentação, a religiosidade, as tradições, as relações e normas do que deve ser a conduta social, o mínimo aceito socialmente, dentre outras que marcam um modo de vida próprio, devidamente reforçado como conseqüência e possível a partir da base ecológica onde se assenta.

---

<sup>13</sup> Em seu livro, Silva (2004) exemplifica esta concepção de história com o fato de que quase toda a estrutura agrária da região de Araraquara é concentrada, homogeneizada pelo plantio de cana-de-açúcar, o que representa as marcas da macroestrutura enquanto definidora da história. Mas, existe também o movimento de luta social pela terra, daqueles que não teriam lugar nesta história. É assim que são vistos os trabalhadores expropriados do direito a terra com o incremento da monocultura: os bóias-frias, os acampados e os assentados da reforma agrária, como microestruturas que se fazem presentes em meio à história dominante. São os sujeitos que constroem suas histórias em meio a estruturas sociais pré-determinadas, por exemplo, as leis (Lei de Terras de 1850, Estatuto da Terra de 1964, reapreensão e políticas para a reforma agrária) e as políticas de desenvolvimento econômico (modelo agroexportador) brasileiras, que favorecem a concentração das terras, das riquezas e a proletarização do homem rural.

Nesse contexto, podemos encontrar semelhanças entre esses três estudos no que se refere à explicitação de certas leis gerais de funcionamento, nas quais a produção agrícola de alimentos que as próprias pessoas fazem e transformam em comida é foco privilegiado de análise. Isto acontece mesmo quando as famílias de agricultores pesquisadas enfrentam um processo de urbanização, indo para a cidade definitivamente ou não. Como no caso estudado por Brandão (1981), continuam a produzir uma parte de seus alimentos mesmo morando em cidades, pois notam a diferença da comida da fazenda e a comida da cidade. Portanto, uma das lacunas abertas para o estudo dessas comunidades é o tipo de agricultura praticado para consecução de alimentos próprios e sua própria comida.

A opção de se examinar o tipo de alimentação de um agrupamento humano, suas condições materiais para garantir um mínimo de alimentos ou grande fartura, bem como as práticas e técnicas utilizadas para consecução disso é presente nos três autores supracitados, embora eles encontrem diferentes caminhos metodológicos e interpretativos. Nos três trabalhos é possível encontrar uma seção de pesquisa especialmente dedicada a descrever como é a produção da alimentação, das técnicas agrícolas às culinárias, dos grupos estudados. Tratando-se de grupos com modos de vida rurais e enquadrados numa economia de subsistência e excedentes, suas principais atividades sem dúvidas são as agrícolas. O próprio trabalho que os caracterizam é o agrícola, daí resulta que, como parte desse trabalho, produzem sua própria alimentação. Só que, para além disso, a produção agrícola própria que sai da roça e entra em casa é transformada pela cultura em comida (DA MATTA, 1987). Em seus pratos, não estão apenas os produtos agrícolas, mas toda a tradição em produzir a alimentação conforme gostos e preferências culturalmente adquiridos. Quer se dizer com isso que a alimentação de um grupo adquire valores simbólicos pelo menos tão importantes como são os valores materiais para sua realização.

No âmbito da presente pesquisa, tornou-se relevante descobrir meandros desse processo a partir de informações qualitativas, relativas à importância que tem a alimentação como forma de reprodução social dos

assentados e suas trocas com a natureza, caracterizando os sistemas agrícolas voltadas ao autoconsumo. A produção de alimentos próprios, ou subsistência (como tem sido denominada cientificamente), vem sendo considerada uma categoria de análise superada por uma parte da teoria social, porque não é geradora de valores de troca *a priori*, mas de valores de uso. Outros estudos procuram enquadrar grupos que ainda possuem essa prática como comunidades tradicionais (agrícolas, ribeirinhas, pescadores, indígenas, quilombolas etc.), numa discussão que cresce no reconhecimento de seus direitos, como sujeitos que lutam por eles e que têm descoberto novas ferramentas para isto, visando a preservar certos traços culturais e o meio ambiente, enquanto lutam pela sua reprodução social. Portanto, pode-se partir para análises de diferentes aspectos.

Nosso estudo de caso é feito em comunidade agrícola, mais especificamente em um tipo oriundo da intervenção social que se deu através de políticas de reforma agrária. Por isso, o primeiro capítulo (Revisão da Literatura) é exclusivamente dedicado a compreender metodologicamente essa construção social, na qual formou-se uma comunidade de agricultores em determinada região do estado de São Paulo. Nessa parte do trabalho, há um esforço em caracterizar historicamente a constituição do assentamento e dos sujeitos sociais, para após discorrer sobre o assentamento enquanto universo empírico. Por fim, propõe-se nesse capítulo compreender a categoria social do assentado pela noção de *habitus*.

O segundo capítulo (Material e Métodos) se dedica a descrever a constituição da amostragem a partir de minha experiência pregressa no Nupedor e as técnicas de pesquisa exclusivamente empregadas no presente trabalho. Destaca-se o exercício metodológico de uso associado de diversas técnicas de pesquisa, como os questionários, os desenhos, os cardápios, os diários de campo, os inventários e as fotografias, como meios de se pesquisar mais a fundo a produção do autoconsumo no assentamento.

No terceiro capítulo (Resultados e Discussão), faz-se a discussão sobre o que significa o autoconsumo em comunidades agrícolas, com base em estudos que o valorizam enquanto objeto de pesquisa científica e de política

pública. O valor do alimento produzido na propriedade familiar compreende aspectos da soberania e da segurança alimentar e nutricional, bem como o fortalecimento econômico da propriedade. Para os assentados da reforma agrária, representa ainda uma forma de se manter identidade através das práticas agrícola e culinária. Nessa discussão, exploramos alguns aspectos da produção do autoconsumo e da sua convivência com a lógica empresarial, representada principalmente pela presença da cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Por fim, discutem-se aspectos que julgamos importantes para a existência da produção do autoconsumo no assentamento e como ele acontece em meio a redes de invisibilidades, por exemplo, em relação às redes de trocas de alimentos no interior da comunidade e quanto ao papel das mulheres na produção dos alimentos.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 A Formação da Categoria Social do Assentado: fragmentos de sua história**

Para se discutir a formação da categoria social de assentado rural, se faz necessário algum entendimento sobre as condições históricas no Brasil, que vieram a ocasionar um processo de luta por parte de famílias desejosas de viver na terra. Com a Lei de Terras (1850), o Estado passa a vender terras ao invés de doá-las, diferentemente do sistema que predominara até então, o regime de sesmarias. Quem já era posseiro nessa época e não possuía o título da terra podia ser vítima de expropriação. Com a referida lei, o Estado monopolizou o direito de permitir a um cidadão ser proprietário de terra só para aqueles que a podiam pagar, de forma que era difícil tanto para aqueles trabalhadores que já estavam no Brasil como para os imigrantes. Ou seja, isso favoreceu o estoque de terras daqueles que já eram proprietários. Em São Paulo, era época de forte imigração européia para os cafezais e a lei visava a impedir também a “livre apropriação” de terras, vinculando os novos trabalhadores aos antigos proprietários. Vale lembrar, na maioria dos projetos de colonização do Brasil, os trabalhadores imigrantes chegavam na condição

de devedores e assim permaneciam por muito tempo, sob condições impostas pelo dono da terra<sup>14</sup>.

Segundo Silva (2004), nessa época existiam muitas maneiras de *se estar* na terra, cada qual podendo ser caracterizada conforme os meios de trabalho possíveis, as condições para permanecer na terra, as especificidades regionais. As novas relações de trabalho dão continuidade e redefinem antigas situações, decorrentes da estrutura fundiária concentrada – de relações paternalistas, do acesso à terra sempre mediado por um grande proprietário. Enquanto que nas cidades crescia o trabalhador assalariado em diferentes ofícios especializados, no campo havia o posseiro, o colono, o parceiro, o meeiro, o arrendatário, além de outros tipos de trabalhadores rurais mais regionalizados, como aqueles em regime de cambão (nordesse), peonagem (norte-nordesse) e sitiante (sudesse-sul), sendo este oriundo principalmente de grupos de colonos. Embora com denominações diferentes, algumas linhas mais gerais aproximam todas essas categorias sociais do meio rural brasileiro, populações que ficaram reconhecidas vulgarmente como “pobres do campo” (SILVA, 2004).

A organização do trabalho agrícola de tais populações tinha como característica um tempo determinado pela própria sazonalidade agrícola: o trabalho coletivo numa cultura específica (café, algodão, cana etc.), nos plantios, colheitas e demais períodos nos quais era necessário juntar muita gente para o trabalho. Exemplo disso é a intensa migração de trabalhadores para regiões canavieiras em épocas de colheita, que tem um ciclo de aproximadamente 6 meses. Por outro lado, o sistema de ocupação de terras e de trabalho rural familiar tinha, já em segundo plano, o trabalho de produzir alimentos para seu consumo. Portanto, além do trabalho na monocultura, há sempre trabalho para uma família em sua gleba, a partir da produção de

---

<sup>14</sup> O próximo acontecimento histórico determinante do rumo dos trabalhadores foi a abolição da escravidão (1888), momento em que muitas pessoas poderiam passar a trabalhar “livremente”, se tivessem acesso a terra. Mesmo sendo possível a compra da terra era muito difícil que trabalhadores conseguissem poupar o suficiente para se tornarem proprietários (SILVA, 2004). Então, além do intenso fluxo de imigração, com a abolição formou-se reservas de mão-de-obra que porventura aceitavam difíceis condições de trabalho, principalmente em relação à sua emancipação econômica. A lei de terras de 1850, portanto, veio a preparar um ambiente de restrição de acesso à propriedade de terra, apenas permitindo por meio da compra, para em 1888 ocorrer a abolição da escravatura.

alimentos, que é comandada pelo homem quando nos períodos de entressafra nas *plantations* e por outros membros da família, principalmente pela esposa, à época das safras.

Mesmo em terras alheias arrendadas, era possível ter um contrato para arrendamento que pressupunha que a família arrendatária teria outros sistemas de produção independentes, como criações de animais, demonstrando claramente que isso também era do interesse do proprietário da terra. Isso porque contratos desse tipo têm suas condições ditadas pelo proprietário, que tem maior poder econômico. Caso os arrendatários não conseguissem cumprir o pagamento pelo uso da terra estipulado em contrato, poderiam cobrir parte das despesas de uso da terra entregando seus animais e alimentos aos proprietários.

No caso de colônias de pequenos produtores, talvez encontremos uma situação que mais se aproxima da condição camponesa, quando os membros da comunidade têm a posse da terra. No entanto, considera-se aqui que em outras situações também há traços daquilo que Chayanov considerou a lógica camponesa<sup>15</sup>.

Diante de tantas distinções existentes no caso brasileiro, observamos que a todas essas categorias sociais era possível o cultivo de alimentos. Aliás, os mesmos alimentos que serviam à família que os cultivava também alimentavam o proprietário de terras e a própria cidade, de forma que não existia tanta diferença entre aquilo de que se alimentavam os trabalhadores e o proprietário da terra. Embora a venda dos excedentes de alimentos fosse de direito da família que os cultivava, o que gerava uma fonte de renda alternativa,

---

<sup>15</sup> Sem pretender esgotar as distinções e especificidades regionais existentes no Brasil, podemos considerar como posseiros aqueles que ocupam uma terra, sob consentimento ou não do proprietário (às vezes terras públicas), mas quando inquiridos, são forçados a se tornar trabalhadores do proprietário ou podem ser expulsos. Colonos, originalmente vindos de outros estados ou países, moram em fazendas cujo foco é um cultivo principal (como o café, em São Paulo). A família cede alguns membros, geralmente homens, para o trabalho “principal”, que é a produção da fazenda, enquanto outros membros, geralmente mulheres, fazem o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico, o que inclui em grande medida a produção do autoconsumo alimentar. Para tanto, cada família possui um pequeno pedaço de terra, onde pode produzir alimentos (salvo alguns casos). Parceiros e meeiros recebem uma terra para cultivar algo de interesse do proprietário, entregando-lhe parte da produção (previamente acertada). Já os arrendatários são aqueles que pagam em dinheiro para usar a terra (o que não impede de pagar parcelas em produção agrícola) (SILVA, 2004).

ocasionalmente algum proprietário poderia requerer para ele mesmo realizar tal venda nas cidades do entorno. O alcance dessa produção, portanto, estava longe de atingir apenas a esfera nutricional das famílias agricultoras.

No entanto, a produção de alimentos tende a desaparecer quando da intensificação do uso da terra com foco na produtividade, ao passo que aumenta o consumo de alimentos vindos de fora, industrializados. Por isso a produção de autoconsumo está em segundo plano, em relação ao que é produzido em escala industrial, ou ao que é a atividade principal da fazenda<sup>16</sup>.

Na medida em que aumenta a diferença entre o que come o proprietário e seus trabalhadores, aumenta a precarização da vida para os segundos. Apenas aproximadamente a partir da década de 1950, com o começo do processo de industrialização da agricultura (como diz Ehlers (1996), a apropriação industrial da agricultura), os pobres do campo começam a ser realmente privados de permanecerem na terra enquanto agricultores, são forçados a entrar no circuito do trabalho assalariado e marcados por um processo de proletarização (FERRANTE, 1992).

A partir de então, houve intenso esforço para superar a dicotomia do “Brasil rural” e do “Brasil urbano”, como se esses termos correspondessem, respectivamente, ao atrasado e ao moderno. Com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, visava-se a expandir os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos aos rurais, num esforço de “modernizar” os direitos no campo. As mesmas leis trabalhistas vigentes para o trabalhador urbano desde 1943 passam a vigorar para trabalhadores assalariados rurais. Porém, isso não alterou as condições de trabalho daqueles parceiros, meeiros etc.

Como forma de diminuir as despesas da empresa agrícola capitalista, para se tornar menos oneroso ao empregador que pagava 27,1% sobre cada jornada dos trabalhadores permanentes, entraram em cena os trabalhadores temporários – definidos em 1978 sob a lei nº 6019, contrato por no máximo 90 dias, com direitos trabalhistas (SILVA, 2004). O trabalhador temporário

---

<sup>16</sup> Exemplificando este fato citamos Whitaker (2002) e seu esforço por entender a diferença entre as *haciendas* e as *plantations*. Enquanto as primeiras eram fazendas nas quais colonos e patrões moravam e desenvolvia-se um modo de vida rural, as segundas entram em oposição porque não mora mais ninguém no lugar da produção agrícola.

funcionou como uma brecha no sistema da lei que possibilitava ao empregador pagar menos impostos, em função mesmo da sazonalidade do setor agrícola. Por outro lado, a maior parte desse imenso contingente de trabalhadores assalariados rurais conviveu num sistema muito precário para a realização do seu lucro, a partir da venda da sua força de trabalho desta forma sazonal.

Esse novo sistema de pagamento somente em dinheiro (salário/diária) diminuiu o padrão de vida do trabalhador rural, pois este não tem mais terra para morar e produzir alimentos. Isso representou a passagem do fim da possibilidade da provisão alimentar para o começo da dieta condicionada ao orçamento familiar, de onde provinha o sustento, com alimentos cada vez mais industrializados. Sem dúvida, processos ocorridos à sombra dessa mudança trabalhista fizeram que categorias sociais como os meeiros, arrendatários, colonos e sitiantes ficassem cada vez mais submetidos às novas condições de assalariamento. Sem poder se fixar numa terra, as famílias rurais perdem conhecimentos e práticas sobre a produção de alimentos e a própria identidade social. São condições que, como veremos, voltam a ser possíveis no assentamento rural.

Um ano mais tarde, durante a ditadura militar no Brasil, foi criado o Estatuto da Terra (1964), cujo objetivo era a “modernização” do campo. Na verdade, isso veio consolidar a militarização da questão agrária, na qual se criou o Conselho de Segurança Nacional, um órgão repressor da ditadura, para fazer a violência (física e simbólica) contra aqueles que representavam o atraso (SILVA, 2004). O governo continuou fomentando os latifúndios com financiamentos, subsídios e incentivos fiscais. Os resultados, mais uma vez, foram a favor da concentração fundiária, que aumenta, e o poder político desses grupos dominantes se torna mais forte. Nesse ambiente político-institucional não se conseguiu realizar reforma agrária, mas muitos conflitos por terra aconteceram pelo Brasil.

Da parte do governo foi incentivada a adoção da agricultura convencional, um modelo que vinha sendo disseminado pelo mundo principalmente pelo Estados Unidos, com o uso de pacotes tecnológicos (máquinas e insumos importados). A utilização dessas tecnologias fomentou

uma rápida mudança na paisagem e na maneira de produzir, aumentando recordes de produtividade e os desmatamentos, os pastos e *plantations* de *commodities* agrícolas, ao passo que também a expropriação dos camponeses da terra e a exploração dos (agora) trabalhadores rurais assalariados.

Quando ainda em condições de cultivar uma terra, ou exercer um trabalho rural camponês, esses sujeitos o fazem segundo técnicas de plantio consideradas rudimentares frente aos novos padrões produtivos agrícolas. Segundo o estudo de Brandão (1981, p.37 e ss.), os lavradores migrados para a cidade tendem a continuar produzindo seus próprios alimentos no quintal de casa e/ou como meeiros ou arrendatários. Dentre tais lavradores, a maioria privilegia o plantio de arroz, milho e feijão (a base da dieta) nas terras sob seu uso. Já quando exclusivamente assalariados agrícolas, num trabalho sem qualificação nenhuma, a garantia desse mínimo alimentar se torna mais instável pela aquisição monetária. Na cidade, tiveram trabalhos igualmente sem qualificação e de salário mínimo, além de que o alimento comprado também já não é o mesmo. Brandão (1981) distingue comida da fazenda e comida da cidade, de forma que a primeira é sempre mais forte e saudável, nutricional e simbolicamente, mas torna-se escassa.

A cidade é um meio social altamente competitivo e submetido a um sistema de mão-de-obra descartável. Os trabalhadores assalariados agrícolas ficam sujeitos a uma vida na cidade imposta por condições que lhes fogem ao controle, convivendo com trabalhos nos quais se compete para permanecer, quebrando-se pouco a pouco todos os elos do modo de vida camponês. Ao mesmo tempo, a luta pela terra e pelo assentamento é:

“esperança de poder se colocar num lugar seu, onde seu trabalho permita fazer viver decentemente sua família, onde possa projetar um futuro para sua descendência, se dar raízes, um lugar onde possa se formar, onde a marca de seu esforço seja durável” (ROY, 1991, p.28).

Para Brandão (2007), a condição pós-moderna impõe uma racionalidade às pessoas na qual existe a produção de novos saberes e valores. A partir das idéias de Santos (1998), vimos também que essa nova racionalidade não é mais baseada apenas no trabalho-consumo, mas na criação de saberes e

valores que se fazem presentes na construção do sujeito social, atingindo outras esferas de sua vida e o próprio modo de vida dos diferentes grupos sociais, isto é, o mundo que eles constroem.

A modernização agrícola pode ser considerada expressão dessa nova racionalidade, alterando o meio com base na técnica, na aplicação de capital em novas tecnologias, expandindo uma racionalidade de produção em escala global, que transforma calendários agrícolas em calendários técnicos. Embora se acredite estarmos longe de dizer que o modo de produzir tradicional está totalmente ultrapassado, porque o mercado especializado da agricultura modernizada é restrito e várias contra-racionalidades se levantam a todo momento, também não podemos dizer que o tradicional se mantém livre das transformações advindas da nova racionalidade. Nesse sentido, podemos dizer que o movimento social pela reforma agrária representa uma contra-racionalidade, ou pode ser considerado uma via de contestação. Conforme Brandão (2007), as questões agrárias e ambientais, além dos direitos humanos, são todas vias de enfrentamento e resistência, que juntamente com outras vias se somam ou com elas interagem.

## **2.2 Trajetória: as mudanças na vida e no *habitus* de assentados rurais**

Os assentados geralmente têm uma história comum, sofrida em busca da reprodução social, mas que não foi vivida juntos, via de regra, pelo menos até o momento de luta pela terra. E o encontro no assentamento não necessariamente corrige as distorções na cooperação em termos de trabalho, do qual agora precisam novamente para formar uma nova comunidade agrícola.

Ao se perguntar por que essas pessoas se juntam para exigir uma terra, pode-se dizer a partir da história de vida delas que há uma história social em comum. Para Roy,

Itinerários diferentes é certo, mas bastante idênticos no seu conteúdo, de um lugar no campo onde eles nasceram (...), em direção a um outro lugar no campo do mesmo Estado ou de outros Estados. Depois, do campo em direção à cidade. De

uma cidade em direção a outra cidade. E o campo de novo. E de novo a cidade, desta vez por mais tempo (1991, p.27).

Na história e trajetória da maioria deles, há experiências de vida no campo e na cidade, num meio social cada vez mais tecnificado. No campo, geralmente em suas origens, filhos de pequenos proprietários, meeiros ou arrendatários, que passam para o assalariado agrícola, depois para o urbano, lutam pela terra, foram assentados pelo Estado. A maioria deles com baixa escolaridade e saindo da casa dos pais cada vez mais cedo, em direção ao trabalho nas *plantations*, pois as condições de reprodução social lhes são retiradas.

A análise de constituição histórica dos assentados rurais diz respeito às suas origens, trajetórias e lutas sociais. Se essa proposta se refere a uma construção de análise que parte das origens sociais dos sujeitos, de imediato deve-se compreender além das origens, considerando a história um pouco mais atrás, considerando os antepassados das famílias rurais. Os pobres do campo são fruto da intensa miscigenação de índios nativos, povos colonizadores, escravos africanos e imigrantes, principalmente europeus, no interior do território brasileiro. Viveram num lugar onde prevaleceu uma história de concentração fundiária propícia a um fluxo de migração em áreas de expansão, fatores mais intensivos no processo de modernização do campo, iniciado na década de 1950.

Há que se considerar, nessa trajetória de desfiliação social, até que ponto os sujeitos perdem suas raízes rurais. Muitos autores trabalham com a hipótese de desenraizamento, até o ponto de considerar que o assentado é um homem incapaz de tocar a terra. No entanto, voltamos a citar Cândido (1979) quando ele diz que a cultura e a sociabilidade do caipira paulista passam por alterações mais lentas do que o tempo das mudanças técnicas. A cultura está inscrita não apenas nas práticas agrícolas do sujeito, mas num todo no qual, além das práticas, encontra-se um complexo sistema de símbolos, devoção e magia, que comporta elementos objetivos e subjetivos do modo de vida caipira. Isso não significa que não haverá novas possibilidades de reproduzir práticas agrícolas (para além do corte de cana), em sua trajetória de desfiliação social.

Trata-se de populações que de alguma maneira já haviam se fixado num território, já haviam desenvolvido modos de vida específicos, conforme suas adaptações aos meios natural e sócio-econômico. Em muitos casos, possuidores de um peculiar balanço na relação entre suas necessidades sociais e os ecossistemas. Se na longa construção cultural desses povos houve um intenso contato com a natureza, no qual, além da subsistência, foram tiradas lições de conhecimento e crenças, lentamente constituídas, isso pode ser considerado como parte do DNA cultural das pessoas: um conjunto de saberes e práticas que constroem o sujeito e o grupo. Quando se mora num sítio, existem práticas sociais obrigatórias a serem cumpridas. Segundo um assentado entrevistado: “quem não tem uma galinha, quem não tem um porco ou plantação de milho e abóbora, não é assentado”. Ele se refere a uma prática de agricultor que aproveita tanto o milho como a abóbora para alimentar seus animais, uma combinação mais do que consagrada nessa região como prática de sítio. Para ele, o assentado que não tiver pelo menos isso, não pode ser considerado um agricultor familiar. Da mesma forma, quando um vizinho mata um porco e não distribui sua carne entre seus compadres, está assumindo uma atitude que não é normal. Se uma pessoa volta para a terra para trabalhar com agricultura, ela possui um arsenal cultural do qual dispõe para iniciar suas atividades.

Acredita-se que o fluxo migratório pode alterar certos códigos da cultura, na medida em que as práticas não são constantemente retransmitidas e/ou perdem aplicabilidade no cotidiano, mas isso não se aplica de forma absoluta em relação aos conhecimentos, crenças ou hábitos alimentares que, por exemplo, permanecem os mesmos até na cidade. O trabalho na agroindústria pode ser como na esteira de uma fábrica: nele, só se corta cana. Mas, em função da memória, diversos outros conteúdos (como valores, hábitos alimentares, crenças, mitos) de outros tempos, apreendidos na convivência familiar, podem ser reavivados, resultando na prática de mutirões e constituição de redes familiares no assentamento (ANTUNIASSI et.al., 1993).

As trajetórias das famílias assentadas são inúmeras e todas marcadas pela ruptura. Conforme Whitaker e Fiamengue (1995, p.47), as origens são

rurais, na maior parte, ou já houve passagem pelo rural, portanto “ir ao assentamento é voltar à terra”. Nesse processo “não há perda definitiva de práticas tradicionais, que agora são usadas para compor uma nova identidade, harmonizando-as com as exigências da nova situação” (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.63).

O ponto de partida dos assentados é um modo de vida rural que está em vias de se tornar residual. Enquanto seus saberes agrícolas perderam a importância, outras práticas lhes foram impostas nessa trajetória de luta e sobrevivência, na qual as principais estratégias são o trabalho assalariado agrícola e urbano. Querer a terra, para eles, é mais que tê-la para criar valores de troca. É o desejo de tê-la para assim ter identidade e autonomia, se reconhecer e ser reconhecido como aquele que cultiva a terra, que produz alimentos para si e para os outros. Junto a um movimento social, famílias desejosas de ter a terra, imbuídas desses valores, cobram isso do Estado. O assentamento é, portanto, espaço onde as identidades são reconstruídas por uma ação deliberada de lutar pela terra. Segundo Ferrante (1994, p.75), mesmo se considerarmos “o fato de os assentados serem ex-bóias frias, em significativa dimensão, muitos de segunda geração, não significa uma relação de estranhamento frente à terra”.

Porém, num assentamento rural, essa volta à terra nunca assume uma única configuração. Para Ferrante (1994), isso propicia um caleidoscópio de situações diferentes, que podem envolver situações de trabalho familiar no lote e fora do lote, envolvendo todos os membros da família diferentemente em cada período no assentamento. Esse é, portanto, mais um fator que impede que o tomemos como categoria analítica inflexível. O presente estudo é centrado nos sujeitos que se fizeram no assentamento, que têm perfil de agricultura familiar e produzem parte do que consomem, mas tendo em vista que esse não é o único perfil possível, nem que essa situação não mude a cada momento. Com isso, percebe-se que, mesmo com origens e trajetórias sociais semelhantes, mesmo tempo de assentamento, dependência de assalariado externo, cada núcleo de assentamento tem um desempenho

produtivo conforme suas próprias especificidades, que refletem a singularidade de cada sujeito ali inserido.

Por outro lado, podemos considerar que o assentamento rural é uma ação estatal em decorrência da pressão de um movimento organizado de famílias. Tal movimento é organizado por instituições que podem mobilizar famílias para ocupar terras improdutivas e cobrar juridicamente do governo o assentamento delas. A principal razão de existência do grande contingente de pessoas que não têm acesso à terra, no caso do Brasil, é a existência de muita terra sem gente, mas não sem proprietário (ROY, 1991). A questão passa a ser de interesse do Estado, em um determinado momento, quando há pessoas que cobram seus direitos mais elementares como o direito ao trabalho, à moradia e à alimentação, exercendo suas relações de força organizadas por um movimento social. Se não fosse o movimento social das famílias, provavelmente o Estado continuaria a privilegiar apenas a estrutura fundiária concentrada, voltada à agroexportação, mesmo que em detrimento do direito dos pobres rurais e do mercado interno (local/regional) de alimentos.

Para Roy, nessa construção social, vale a pena pensar “sobre um movimento particular, surgido numa conjuntura política específica, que mostra grandes fragilidades já na curta duração, no interior de um movimento geral que a nega” (p.03). Ele se refere ao período de governo Montoro<sup>17</sup>, que, diante da reivindicação por terra da parte dos trabalhadores rurais, durante a década de 1980, o governo paulista implanta um programa fundiário a partir de duas ações: Plano de Valorização de Terras Públicas e Plano de Regularização Fundiária (ANTUNIASSI et.al., 1993). A partir desses planos seriam implantados 38 assentamentos no Estado, no período de 1984 a 1992, sob responsabilidade do DAF (Departamento de Assuntos Fundiários), que depois passou a Instituto de Terra, órgão alocado na Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Porém, mesmo num contexto político-institucional favorável, quando o período desse governo chegou ao fim, os assentamentos criados já apresentavam seus problemas, como veremos a seguir no caso do

---

<sup>17</sup> No período desse governo (1983-1986) foram criados 21 assentamentos em São Paulo, perfazendo um total de 37 mil hectares e 2214 famílias beneficiadas (ROY, 1991, p.5)

assentamento Monte Alegre. De projetos coletivistas incentivados pelas organizações de base (igrejas, sindicatos e movimentos sociais), bem como pelos órgãos gestores, as experiências de assentamentos viriam a expressar em pouco tempo um tipo de “produção familiar privada”. Por isso, Roy sugere que as experiências de reforma agrária refletem “o movimento geral que a nega”. Os planos não atingiram suas metas em número de famílias assentadas, nem em relação à infra-estrutura dos assentamentos, como pode ser observado nos núcleos da fazenda Monte Alegre, ou em relação às estradas, moradias, rede elétrica, irrigação, serviços de saúde, educação, estado do solo.

Tais experiências são comumente marcadas por contradições. A primeira delas diz respeito às pessoas com origens e trajetórias tão singulares, que não tiveram uma trajetória de cooperação vivida juntas, e que vêm a formar uma coletividade improvisada (quando não imposta) pelo Estado e pelas demais instituições envolvidas na luta pela terra. Outra, é que os pequenos produtores são forçados a ingressar no contexto da agricultura empresarial, incorporando técnicas e instrumentos agrônômicos para a produtividade que contrastam com suas próprias práticas agrícolas, se é que ainda as têm. Na maior parte das vezes, as estratégias de produção lhes são estranhas e impostas, inclusive quanto à forma organizacional. Pode-se argumentar, no entanto, que os assentados têm à sua disposição financiamentos para superar suas dificuldades; mas aí surge uma terceira contradição: de pessoas que não tiveram experiência na gestão de recursos financeiros e projetos técnicos, que vêm de mercado do trabalho competitivo e sem qualificação, então toda a sociedade espera que usem e gerenciem recursos de financiamentos sem maiores dificuldades, ainda num contexto de créditos tardios e projetos vindos de “cima”.

No assentamento é formada uma comunidade agrícola de pessoas que, salvo exceções, acabaram de se conhecer, ou começaram a se conhecer melhor. Cada uma das famílias que é assentada, num dado assentamento, carrega consigo as experiências de suas origens e trajetórias, que consideramos aqui repletas de singularidades, ou “aquilo que a história

individual e social desses homens fez deles, subjetiva e objetivamente” (ROY, 1991, p.07). O que há em comum é a opção em largar tudo e tentar uma vida nova como agricultor, a partir das rupturas que já sofreram e das novas exigências da agricultura moderna. Portanto, se sua luta significou liberdade em relação ao momento anterior (como bóia-fria, por exemplo), deve agora adquirir novos saberes e compromissos para essa nova vida como assentado rural. Os assentados partem do que são; mas, ao chegarem ao assentamento, se vêem diante das imposições e mediações internas e externas, obrigando-os a se reconstruírem enquanto sujeitos sociais.

### **2.3 Assentamento Monte Alegre: ponto de chegada e de partida**

A caracterização da estrutura fundiária na região de Araraquara possibilita a análise de como se dão as dificuldades e facilidades enfrentadas pelas famílias assentadas em seus processos produtivos e suas inserções econômicas. Trata-se de uma região de agricultura altamente capitalizada, com a presença de setores a montante e a jusante, que formam o complexo agroindustrial (COSTA et al., 1994, p.17). Isto é, uma região que conta com empresas que fornecem insumos e matéria-prima para as agroindústrias e outras que processam, comercializam e consomem sua produção. Tal complexo foi iniciado ao final da década de 1950, com as fazendas de café, sendo que hoje os seus principais cultivos são cana-de-açúcar e laranja e os principais produtos, respectivamente, álcool e açúcar e suco. Em função disso, o trabalho agrícola que sobrou na região é predominantemente temporário nas safras dessas culturas, mas também vem sendo trocado por tecnologias, como no caso da mecanização das colheitas de cana.

Na época da implantação dos primeiros núcleos de assentamentos nessa região, 3,86% (ou 42 propriedades com mais de 500 ha) abrangiam 47,36% da área total das propriedades, enquanto que 68,55% das propriedades com até 50 ha ocupavam 11,22% da área (LEITE, 1986). Objetivamente, a concentração fundiária se reflete no fato de que, desde o início do assentamento, havia o costume de se trabalhar nas colheitas de cana

e laranja<sup>18</sup>. As estratégias produtivas dos assentados foram caracterizadas pela capacidade de manusear recursos escassos e bens limitados em seus lotes, num novo contexto de vida e em situação de pouca liberdade de escolha, porém ainda dependente do trabalho nas colheitas.

A queda da liberdade dos assentados começou com a implementação de um modelo coletivo logo na primeira safra, por parte de instituições que, ora mais ora menos, interferem nos rumos de seu desenvolvimento, mas cujos interesses nem sempre coincidem e mudam com o tempo (SILVA, 1989). São três tipos de instituições que estavam mais presentes na implantação do assentamento Monte Alegre: a igreja, o movimento social (sindicato) e o órgão gestor (Itesp). As duas primeiras primaram, por diferentes razões, pela construção de uma coletividade: enquanto a igreja tem por ideal construir uma coletividade baseada em valores religiosos, o movimento social a tem por princípio de sua organização<sup>19</sup>. Sem nos debruçarmos sobre as ações específicas dessas instituições, mas tendo em vista que elas também são mediadoras da forma de organização presente no assentamento, passamos a descrever a mediação travada nas ações dos planejadores e técnicos agrícolas. Tal escolha se deve ao fato de se tratar de uma terra pública e o órgão gestor representar o Estado, que por fim é o principal responsável pelas políticas de reforma agrária e de assentamentos.

Eles iniciam um trabalho de incentivo (quando não de imposição) de projetos em “cooperação”<sup>20</sup>, escolha esta legitimada por razões técnicas, que impuseram monoculturas em áreas coletivas, sem que se demarcasse os lotes individuais. Assim, vêm-se vantagens competitivas para a produção no assentamento, pela mais fácil contração de financiamentos, aquisição de máquinas, escoamento da produção. Esse modelo geralmente é pensado para produções comerciais, enquanto se almeja um grande volume de produção, de grande escala e no qual todos devem trabalhar juntos.

---

<sup>18</sup> Segundo Costa et al. (1994), 90% dos assentados trabalhavam nas colheitas da região.

<sup>19</sup> Sobre ações específicas dessas instituições, ver Barone (1996 e 2002) e Maciel (2003).

<sup>20</sup> As aspas servem para lembrar que a suposta cooperação, por mais que tentasse resgatar valores como a solidariedade familiar camponesa, desconstrói o significado que tinha a partilha dos bens materiais como valor de uso, conforme assinalado anteriormente. O uso coletivo da terra não se deu de outra maneira no assentamento senão como valor de troca, pois recebia-se em dinheiro pelo trabalho nessas áreas.

A escolha por esse tipo de cooperação é a forma encontrada para que a produção fosse mais eficaz e racional no primeiro momento, quando os lotes ainda não estavam demarcados. Tal imposição técnica, tentando fazer/formar pessoas iguais por meio de uma lógica produtiva convencional, na prática esbarrou numa realidade diferente. Toda a safra de 1985-86 foi coletiva e o fracasso na colheita repercutiu em brigas por causa da remuneração (horas/trabalho) que cada família recebeu<sup>21</sup>. A figura de um fiscal que controlava essas horas acabou se tornando para eles um ícone do trabalho cativo. Fora isso, as condições tardias de financiamentos, a falta de controle na escolha dos cultivos e nas decisões acerca do processo produtivo e de comercialização foram outros fatores que afundaram a cooperação forçada entre as famílias recém-assentadas (ANTUNIASSI et al., 1993). Fica claro que a área coletiva não era o que os assentados queriam no momento, mas sim uma área onde eles pudessem ter autonomia.

Na safra seguinte, de comum acordo as famílias se organizaram em grupos que elas mesmas escolhiam, sob o consentimento do órgão gestor. Embora os problemas tenham se atenuado, eles não deixaram de existir. A baixa produtividade foi o motor de tais problemas e, por trás deles, o trabalho em áreas coletivas e certas condições ora impostas aos assentados, pois ainda não havia um espaço para a livre deliberação sobre o que a família plantava. A cooperação estava se dando de forma que cada família cedia alguns braços para o trabalho coletivo e com isso ganhavam o dinheiro na venda da colheita.

Já a partir de 1989, o trabalho cooperativo foi organizado de forma mais familiar. Para essa safra ainda foram usadas áreas coletivas para o plantio, conforme projeto técnico, e os grupos geriram separadamente os equipamentos que lhes eram comuns. Segundo Antuniassi et al. (1993), os grupos evoluíram diferentemente, de forma que algumas famílias se reestruturaram e se reorganizaram. Passaram a reivindicar a divisão dos lotes, o que finalmente veio a ocorrer. As autoras acompanharam famílias pioneiras

---

<sup>21</sup> Para Ferrante et al. (1994), a partilha da renda foi desigual, pois umas famílias trabalharam mais que outras, inclusive com mais pessoas, mas no final o montante foi dividido em partes iguais para cada família, o que contribuiu para rachar a “organização” do núcleo II logo na primeira safra.

que, com a divisão dos lotes, conseguiram totalizar até 8 ha contínuos na agrovila e 112 ha dentre os lotes agrícolas, porque, ao invés de sorteio, elas puderam escolher a localização do lote. Dessa forma, selecionando também seus vizinhos, conseguiram explorar a terra de forma coordenada e com cooperação<sup>22</sup>.

Vale lembrar que nem sempre a organização de grupos se dá somente pelos laços consangüíneos. Há grupos formados por agremiações religiosas, bem como famílias que não se encaixam em grupo algum. Para Barone (1996), nesse momento de reconhecimento social acontece a recuperação dos códigos morais da cultura rural, que são retomados e são constituintes da organização e do modo de vida dos assentados. Já as expressões de recusa ao modelo estatal foram observadas por Ferrante (1994), no sentido de que os assentados queriam ser livres para fazer o reordenamento do espaço, queriam independência dos projetos técnicos, enquanto as relações permaneceriam igualmente conflituosas, porém se acomodando com base nos códigos morais.

Segundo dados de Costa et al. (1994), existiram vários tipos de financiamentos, dentre os quais o PROCOR e a Caixa Econômica, com exceção da safra 1990-91, conforme veremos. Os créditos eram utilizados para a compra de calcário, tratores e equipamentos (investimentos) e para financiar o plantio de arroz, milho, soja, mandioca, sorgo, amendoim, bem como aquisição de vacas e bezerros. Mesmo com a possibilidade de obter crédito, esse foi um fator considerado insuficiente para se atingir níveis mais eficientes de produtividade, assim como a baixa capacitação dos assentados em lidar com esses projetos técnicos que envolvem financiamento.

Para comercializar a produção havia facilidades para escoar produtos como arroz, milho, soja e algodão – todos oriundos de projetos técnicos. A

---

<sup>22</sup> Segundo as autoras, que estudaram 16 famílias pioneiras do assentamento Monte Alegre I no período de 1985–1992, demonstra-se que no ano de 1988 elas totalizavam 77 pessoas. Já em 1992, com os desdobramentos das relações, além de outros familiares que à elas se juntaram (eventualmente vindos de outros lugares), tornaram-se 26 famílias nucleares, num total de 107 pessoas, a maioria ligada por parentesco. Neste estudo, demonstram que frente ao não cumprimento das metas da política de assentamentos, as famílias desenvolvem estratégias e se consolidaram tendo por base “as raízes profundas no seu passado de sitiante” (ANTUNIASSI et.al., 1993, p.131), ou seja formando redes familiares e de amizade, trabalho com ajuda de familiares e amigos, troca de alimentos, sementes, implementos, áreas contínuas (lotes vizinhos) etc.

mandioca era comercializada com empresas distantes, de forma que o frete a encarecia. Já o leite era vendido para uma empresa no próprio município (Nestlé). Produtos hortifrutigranjeiros perecíveis não tinham lugar no CEASA do município de Araraquara, mas tinham em feiras nas cidades do entorno, principalmente em Matão.

A produtividade média das principais culturas na safra de 1989-90 (milho, arroz, e algodão) ficava muito aquém do esperado, atingindo 4,41%, 13,9% e 23,4% de suas respectivas produtividades médias. Depois, na safra de 1990-91, cada assentado teve que cultivar aquilo que era possível com seus recursos, pois nesse ano não houve nenhum crédito disponível para esse tipo de “novo” pequeno produtor (COSTA et al., 1994).

A partir da safra 1992-93, houve uma tentativa de diversificação de projetos técnicos, buscando inclusive projetos junto a setores privados (como no caso da sericicultura, do gado leiteiro e das leguminosas), além da produção de mudas de alguns assentados conveniados com o Departamento de Mudas, Matrizes e Sementes do DAF. Nessa mesma safra, conforme Ferrante (1994, p.79), praticamente após 6 anos de implantação houve também um projeto para a distribuição de calcário no assentamento, embora extremamente tardio. Uma ação como a calagem seria necessária para se começar a produção agrícola num solo ácido como aquele, o que logo os assentados aprenderam depois das baixíssimas produtividades das primeiras safras.

Portanto, ao passo que as relações sociais foram tecidas internamente, outros motivos como as imposições acerca do que produzir, a acidez e a conservação do solo, eventos climáticos como secas e vendavais, as condições de comercialização, impuseram sucessivos fracassos em termos produtivos e financeiros. Os créditos e financiamentos não mudaram esse quadro. Pelo contrário, foi observado que o sistema de crédito para as lavouras funcionava inversamente a seus propósitos, pois a produção acabava sendo insuficiente até mesmo para ressarcimento das dívidas, juros e correção monetária.

Segundo Whitaker et al. (1994), quando comparado ao Bela Vista do Chibarro, outro assentamento em Araraquara, o Monte Alegre apresentava

piores condições em relação ao acesso à educação, atendimento médico, qualidade das estradas, transporte público, saneamento e esgoto (apenas fossas, que por sinal ficam próximas aos poços), coleta de lixo, reservatórios de água (que ficaram durante muito tempo fora de funcionamento), rede elétrica precária com transformadores de baixa potência (intermitente e quando sobrecarregada queimava equipamentos<sup>23</sup>) e, o que mais chamou a atenção, a qualidade do solo.

Considerando-se esses fatores, foi assim a constituição da comunidade, em meio a conflitos entre eles, deles com os técnicos, com o sindicato. Com a divisão de lotes de moradia e de produção agrícola para cada família, aparecem as ocupações da terra com autonomia. Foi a partir desse aspecto que Antuniassi et al. identificaram que “para uma comunidade de origem rural, o espaço habilitado não se dissocia da área cultivada (...) no sentido que se organizam num perímetro concebido como espaço de vida” (1993, p.129). A terra de moradia e de trabalho, onde co-existe autoconsumo e comercialização. Nesse espaço é que mora e trabalha a família.

O fato de haver um lote de moradia (ou quintal doméstico) se transformou rapidamente num espaço de onde se retira farta produção de autoconsumo, como observou Whitaker et al. (1994). Isso, somado às novas condições de vida, num lugar onde “o ar é mais puro”, tem mais tranqüilidade em relação ao cuidado com os filhos e permite-lhes ter reprodução social é que tornam a difícil vida no assentamento melhor e mais saudável do que aquela vivida na cidade. Pode-se dizer que nesse espaço se ganha em qualidade de vida, por exemplo, ao discutir a relação alimentação/saúde/meio ambiente como plano de intersecção e que, portanto, a lógica da produtividade não deve reger a análise dos assentamentos isoladamente.

---

<sup>23</sup> A rede elétrica passou por modernização recente mediante pagamento dos assentados, fato que deixa vários deles indignados. Isto porque nos primeiros anos do assentamento houve um acordo para que parte da madeira (eucaliptos) existente na fazenda fosse vendida para o custeio da rede elétrica. Alguns assentados que ficaram a frente desta negociação foram acusados de ficar com o dinheiro. O episódio transformou a confiança entre eles numa permanente desconfiança, principalmente em relação ao comando daqueles que participavam de sindicatos e/ou ocupavam cargos em cooperativas

## 2.4 Caracterização do Universo Empírico: o espaço da investigação

Como vimos, a região de Araraquara é fortemente marcada economicamente pela presença do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A posse da terra é significativamente concentrada, como na maior parte do país, onde poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico.

Em meio a isso, a reforma agrária ocasiona uma transformação sócio-espacial. Os dois primeiros núcleos de assentamento na região são os da fazenda Monte Alegre I e II, localizados no município de Motuca, que foram criados em 1985 após luta dos trabalhadores volantes por melhores salários e condições de trabalho nas greves no município de Guariba/SP e outros da região (BARONE, 1996). O início de suas lutas foi o processo de proletarianização. As greves, cujo início se deu no ano de 1984, são momentos de eclosão de um sentimento de revolta. A falta de acesso a alimentos e à água foram condições reais dos bóias-frias, que acabaram se mobilizando.

Segundo Barone (1996), duas mudanças culminaram na revolta dos bóias-frias, ambas na safra de 1983/84: mudança no sistema de corte de 5 para 7 ruas de cana, que beneficiou os usineiros, mas piorou drasticamente a realização de lucro dos trabalhadores frente ao trabalho despendido; e outra mudança que se deu no cálculo da taxa de água e esgoto, e elevou o valor das contas na cidade de Guariba. Concomitantemente ao fato dos trabalhadores se sentirem prejudicados com a mudança no sistema de corte de cana, seu fornecimento de água ficou mais caro. Trabalhavam mais e mais exaustivamente, não recebiam um valor justo por isso, enquanto suas contas aumentavam e perdiam efetivamente poder aquisitivo.

Foram fatores em cascata que contribuíram para que ocorressem as greves dos bóias-frias, “no acúmulo de dificuldades, tanto na situação de trabalho quanto na manutenção de um nível mínimo de decência para o trabalhador e sua família. Estão dadas as condições para que o ‘o burro jogue

fora toda a carga'<sup>24</sup> (BARONE, 1996, p.51). Nessas greves, houveram episódios como saque de alimentos na cidade, depredação de prédios públicos (dentre os quais o da Sabesp).

Ao atingir tal nível de exploração, os trabalhadores foram tomados pelo sentimento de revolta. Vinham sofrendo um processo de precarização de seus trabalhos ocasionado pela crescente tecnológica nas lavouras agroindustriais, além de terem atrasados seus pagamentos e das péssimas condições de trabalho com o aumento da produtividade.

Grande parte dos assentados pioneiros em assentamentos da região vem dessa luta contra a precarização do trabalho, mas foram assentados em meio ao mar de cana. Por conta da presença do complexo agroindustrial, muitos até hoje são funcionários permanentes e temporários de usinas locais. A maioria dos assentados do Monte Alegre, portanto, já estava na própria região de Araraquara quando do assentamento.

Outras pessoas advêm de um ciclo migratório no interior do território brasileiro. Segundo Antuniassi et al., as pessoas com mais de 50 anos foram sítiantes e aquelas entre 30 e 40 anos eram filhos dos que haviam deixado essa condição e haviam migrado para o Estado de São Paulo. Para as autoras, "Todos viveram a infância e alguns até a adolescência e idade adulta, no meio rural, trabalhando com seus pais nas lavouras do café e do algodão" (1993, p.127).

Nesse assentamento, conforme dados de Ferrante e Bergamasco (1995), aproximadamente 85% das famílias têm origens no meio rural e, em meio ao fluxo migratório, já estavam ou tinham passado pelo estado de São Paulo, lutando pela terra neste Estado. As principais ocupações eram em atividades urbanas como operários, pedreiros e faxineiras ou em atividades agrícolas como safristas, trabalhadores volantes no corte de cana-de-açúcar. A venda de sua força de trabalho por um salário, no mais das vezes, não garantia ao menos a alimentação básica da família, a aquisição de uma cesta de

---

<sup>24</sup> Expressão de um trabalhador rural bóia-fria entrevistado por Barone, sobre os acontecimentos que levaram às greves que tiveram epicentro em Guariba em 1984 e se estenderam por muitas outras localidades, até mesmo em outros Estados, até pelo menos 1989.

alimentos satisfatória. Cerca de 70% das famílias assentadas do Monte Alegre passaram por essa experiência de privação do meio de produção fundamental do agricultor, a terra. Frente à proletarização, foi por causa desse processo de quebra das condições para obter seus meios de subsistência, somado à precarização da vida no trabalho temporário das colheitas, que os conflitos fundiários surgiram, causando posteriormente o movimento social que obrigou a intervenção e regulação estatal.

Se a trajetória das famílias de modo geral se revelou marcada pela mudança, pelo assalariamento, seja ele rural ou urbano, e pela luta social, nela todos viveram situações muito parecidas com o modo de vida de sítiantes, principalmente em suas origens, onde nasceram e foram criados como agricultores na “lavoura branca”, conforme expresso nos depoimentos a seguir:

O sr. Geraldo é nascido em Santa Bárbara do Monte Verde/MG, seus pais eram meeiros e arrendatários de terras. Tinham apenas atividades agrícolas como plantar milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar e principalmente café. Morava numa fazenda em que o trabalho anual se dividia entre a roça e o pasto, seis meses em cada atividade. A fazenda era voltada a produzir comercialmente café e leite.

Ele se lembra que sua alimentação era à base de angu com sal (tipo de mingau), arroz, feijão, milho, mandioca, coisas da horta e carne de galinha (ovos). De fora comprava apenas carne vermelha, açúcar, sal e óleo. Ele foi o único assentado da amostragem a declarar que na infância teve menor acesso ao alimento. Aos 6 anos ele começou a trabalhar na roça.

Antes de ser assentado rural teve bastantes mudanças de vida. De Minas Gerais ele migrou para o Paraná, trabalhou com roças de milho, arroz, feijão, abóbora, girassol, mamona e soja, na condição de arrendatário. Disse que chegava às fazendas e tinha que desbravar a mata virgem – o desmatamento era feito a foice e machado, depois queimava e plantava. Disse que foram 25 anos sofrendo. Precisava de três homens para “derrubar um pau” das florestas nativas. Daí ouviu seu genro dizer que em São Paulo estava juntando dinheiro de rastelo (instrumento utilizado para vares folhas sobre gramado). Foi quando ele veio para a cidade de Guariba/SP cortar cana. Durante a entressafra trabalhou também como guarda noturno. Nesta trajetória ainda teve um ano em que voltou ao Paraná, mas voltou para Guariba. Depois de mais um tempo como bóia-fria veio ocupar a fazenda Monte Alegre (já faz 22 anos). Lembrou-se que acampado comia palmito de gravatá (extraído da mata), caçava bicho (tiú, lagarto), tinha o prefeito Vando Vitorino que

trazia comida para dar ao grupo. Assim foi até conseguirem a terra em 1985.

Ele declarou que quis vir para o assentamento porque não dava mais para comer e comprar remédios com a renda na cidade, precisava melhorar de vida. (Caderno de campo, 23/09/2008).

O sr. Terêncio nasceu na Bahia, numa cidadezinha perto de Feira de Santana, chamada Vila Joanina. Disse que seus pais eram sitiantes e trabalhavam em atividades agrícolas. A principal era criação de gado. Lembrou-se também que plantavam mandioca, feijão, horta, banana, criações de cabrito, carneiro, galinha, galinha de angola, pavão.

A base da alimentação era farinha de mandioca e feijão. Declarou que não compravam nada fora. Havia doces de frutas como laranja, goiaba e abacaxi, produtos de horta, banana, carne de galinha, ovos e leite na alimentação cotidiana.

Aos 8 anos o Terêncio veio morar em Mirandópolis/SP, numa colônia, que ficava numa fazenda onde se plantava 40 mil pés de café. Ele era peão da fazenda e fazia outros trabalhos volantes na colheita de café, principalmente em Araçatuba e região. Depois da colônia passou por muitos outros lugares, sempre procurando um pedaço de terra para cuidar. Ele listou cidades como: Guararapes, Jubiaçu (?), Bento de Abreu, Lavínia, dentre outras, pelas quais passou atrás de trabalho. Até que conseguiu um sítio perto de Promissão que tinha 2 mil pés de café. Ficou lá por aproximadamente 12 anos e fez sua família. Nessa época ele entregava na cidade produtos como leite, uva e melancia. Me contou que as terras eram de um expatão dele, o qual teve que vender repentinamente a fazenda e deixou um pedaço para ele. Depois teve que vender e foi morar na cidade de Promissão com a família toda. Começou trabalhando em oficina mecânica, depois conseguiu arrendar uma outra terra por 2 anos, para plantar algodão. Saiu mais uma vez e voltou a trabalhar com café, em Guaíçara, por mais um ano, onde afirmou ter sido expulso pelo dono e teve que ir embora. Contou em torno de 30 anos entre idas e vindas do campo para a cidade.

Por fim, antes do assentamento, estava na cidade de Matão, trabalhando na Marchezan (implementos agrícolas), ia às fazendas medir curvas de nível. Além desse trabalho, pegou outro como vigia da Mandivel (concessionária de veículos Ford), onde finalmente se aposentou.

Um de seus filhos estava, nessa época, acampado em terras da usina Tamoio, trabalhava com o sindicato. Depois desta ocupação o filho ainda foi para outro acampamento em Pradópolis, mas desistiu de ficar lá por causa do eucalipto. Fez inscrição em nome de seu pai e depois de um tempo saiu este lote. (Caderno de campo, 30/09/2008).

Existe, entre os assentados de maneira geral, um passado na terra, vivido por eles mesmos e também por seus antepassados. O processo de modernização do campo foi o mote da des-territorialização de muitos, perdendo-se sua condição de agricultor familiar, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, para serem assalariados rurais e/ou urbanos, vivências nas quais seu conhecimento agrícola foi relegado. A precarização do trabalho daí imposta engendrou um processo de empobrecimento que repercutiu no tipo e regularidade de acesso a alimentos, gerando uma memória de privação dos meios de produção e exercício de habilidades correspondentes que se reflete nas condições físicas do sujeito e sua família.

Naquilo que distingue os assentados de outros agricultores familiares, há a história de destituição da terra e migrações, onde subjaz a experiência de um assalariamento precário no trabalho sazonal. Naquilo que os aproxima, volta a ser no assentamento o cultivo de determinados alimentos conforme seus gostos e preferências, que foram culturalmente adquiridos e o *habitus* de cada família, do qual ela se vale para manejar o lote agrícola, na temporalidade própria de um fazer tradicional.

O retorno à terra, como assentado rural, é uma situação na qual o *habitus* ligados à prática agrícola pode ser resgatado e reaplicado pelas pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal. As práticas culturais enraizadas das famílias são o motivo para que elas, ao serem assentadas, prioritariamente desenvolvam atividades agrícolas.

Se, por um lado, essa discussão fundamentou a transformação social das pessoas, cabe ainda caracterizar o que foi a transformação espacial que a reforma agrária ocasionou. A fazenda Monte Alegre, na época da implantação do assentamento, era propriedade da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.) e administrada pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), foi por quarenta anos uma monocultura de eucalipto utilizada como insumo para a empresa. Era uma terra pública já não tanto utilizada pela FEPASA, que enfrentava dificuldades em ser mantida pelo Estado e foi reivindicada por não

cumprir função social. A madeira da fazenda estava sendo utilizada para produção de celulose para empresas privadas.

Portanto, o uso dessa fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e posteriormente celulose para empresas privadas. O resultado disso, depois de quarenta anos, foi a homogeneização do espaço, para ser o local de moradia de centenas de famílias. Essas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos de provimento e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhes devolver a um trabalho digno, numa nova temporalidade.

A terra da fazenda Monte Alegre, devastada pela monocultura intensiva de eucalipto, necessita constantemente de correções de acidez e de controle de pragas para produção familiar. O eucalipto foi um tipo de exploração agrícola que contribuiu para que a terra ali ficasse ácida, segundo dados técnicos do Itesp. O fato de que foi uma monocultura desestruturou a microvida existente; cupins e formigas tornaram-se pragas, já que seus inimigos naturais foram exterminados e esses insetos tornaram-se resistentes pelos defensivos agrícolas aplicados constantemente.

Conforme comprovado nas idas a campo, a maioria dos lotes de produção ainda não tem todas as áreas destocadas. Os tocos de eucaliptos que estão no solo são empecilhos à produção de diversos cultivos, bem como são focos de cupins e formigas. Vários foram os assentados que relataram que os tocos em seus lotes foram arrancados “no braço”, por falta de um incentivo público para isso. Por outro lado, todo ano agrícola deve começar com a calcarização dos solos para corrigir a acidez, mas isso tem um elevado custo para os produtores assentados. Isso porque também não houve no assentamento um programa para melhorar a qualidade do solo, ao invés dos projetos técnicos. Para os assentados, o solo da fazenda ainda passa por uma “desintoxicação” dos insumos químicos utilizados nos eucaliptos. Essas são algumas dificuldades que os assentados enfrentam com relação ao solo dos lotes.

Nota-se ainda hoje forte presença de árvores de eucalipto, inclusive em áreas de reserva e proteção permanente da fazenda, como indicativo de uma exploração intensiva. Para começar a trabalhar numa área desgastada pela monocultura de eucalipto tem-se que investir muito dinheiro, fator que inviabiliza o início e a continuidade dos trabalhadores na terra, e que não deve ser negligenciado a quem procura avaliar o desenvolvimento dos produtores.

O assentamento foi criado e é de responsabilidade da Fundação Itesp, que posteriormente criou outros núcleos de assentamento na fazenda, estendendo sua área por mais dois municípios, Araraquara e Matão. Ele foi crescendo a partir de ocupações nas outras áreas da fazenda ainda repletas de eucaliptos que não serviam mais ao Estado.

Com o processo de assentamento das famílias, a área foi dividida em centenas de lotes que passaram a ser ocupados por pessoas, que ali residem e desenvolvem atividades agrícolas. Atualmente, o assentamento conta com seis núcleos de assentamentos, um horto (Silvânia) e ainda com um assentamento muito próximo a ele, no distrito de Bueno de Andrada. São 416 famílias que vivem nesses núcleos, mas cada qual foi criado em diferentes datas, conforme a tabela 1. Cada família possui um lote agrícola de aproximadamente 14 hectares e outro lote de moradia localizado nas agrovilas, com menos de 1 ha<sup>25</sup>.

Tabela 1 – Distribuição de famílias por núcleo e município - Assentamento Monte Alegre.

<b>Projeto de Assentamento</b>	<b>Município</b>	<b>Início</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Domínio da Terra</b>
Bueno de Andrada	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
<b>Total</b>			<b>416 Famílias</b>	

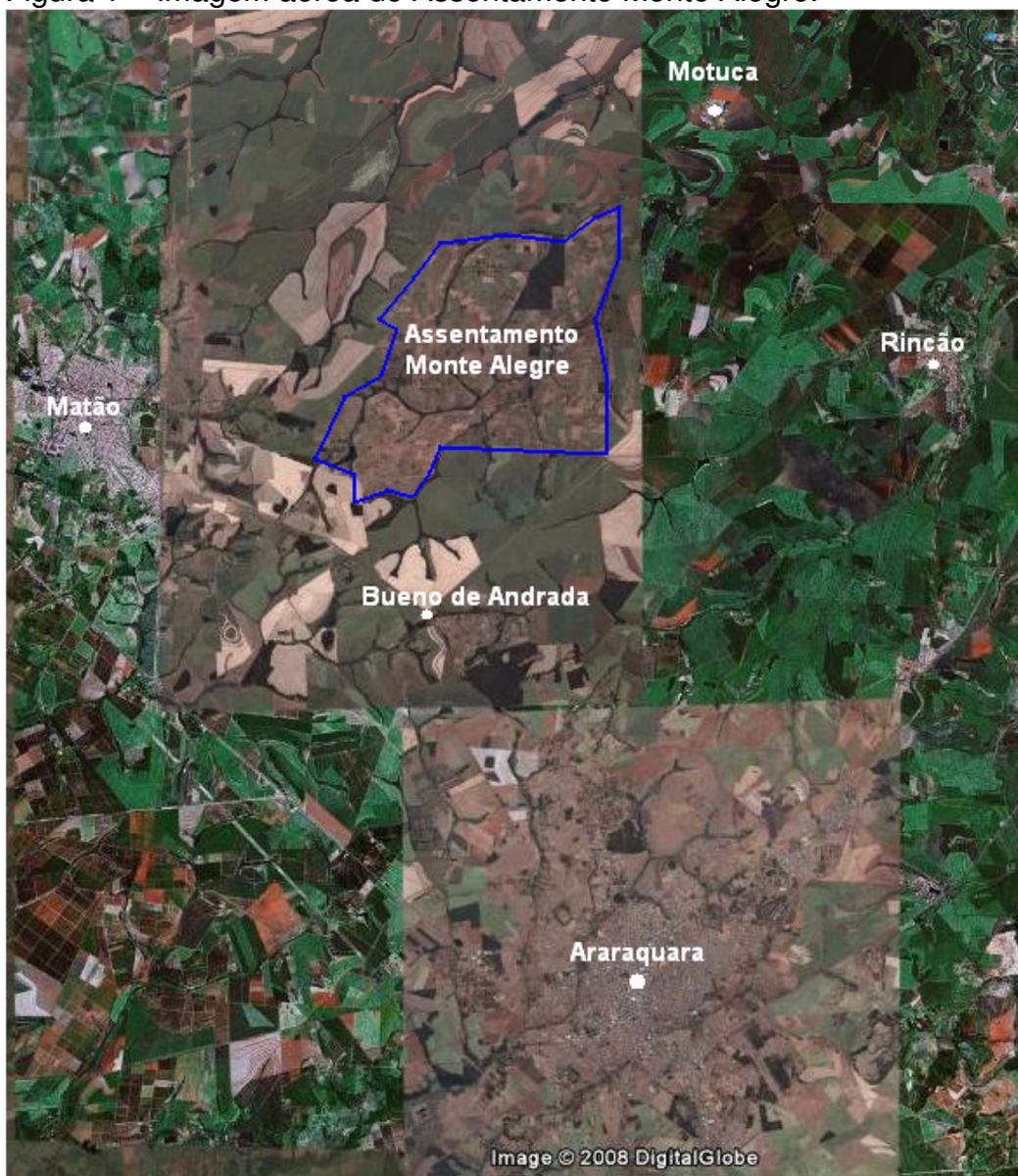
Fonte: Fundação Itesp, 2006.

<sup>25</sup> Com exceção do núcleo 6 (o maior deles), onde não há agrovila.

Segundo mostra a tabela, a data de fundação de cada núcleo de assentamento é diferente e isso interfere diretamente na distinção e na sociabilidade entre pioneiros e os novos assentados, assim como a cada ano saem e entram novas famílias, conforme demonstrado pelos trabalhos de Antuniassi et al. (1993) e Ferrante et al. (1994).

A fazenda tem um total de 6.599,16 hectares, entre lotes agrícolas, agrovilas, áreas de reserva legal e de proteção permanente (APP). Está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão (figura 1), sendo que os dois últimos são municípios menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre o assentamento. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas políticas públicas voltadas ao escoamento da produção nos municípios, da infra-estrutura nas áreas de saúde, educação e transporte, dentre outros fatores que cada município oferece ou tem a participação dos assentados. Para Medeiros e Leite (2004), em certas regiões, especialmente naquelas com menor densidade demográfica e pouco desenvolvimento econômico, a presença dos assentamentos de reforma agrária pode significar uma forte dinamização da economia e da política locais. Quando, por exemplo, eles representam alta porcentagem do colégio eleitoral ou quando a maior parte das pequenas propriedades de um município é de assentamentos, geralmente eles têm grande influência sobre o poder local, o abastecimento e o mercado de preços agrícolas.

Figura 1 – Imagem aérea do Assentamento Monte Alegre.



Fonte: Google, 2008.

Como melhor se percebe na figura 2, a seguir, o assentamento está inserido numa paisagem que continua homogeneizada. A influência dos sistemas de poder atribuída a esse modo concentrador da produção, que predomina no entorno, é algo que não nos foge à análise, mesmo porque é a principal das influências na construção do território no assentamento. Porém, tanto o poder local representado pelas administrações municipais, como as

esferas estadual e federal de poder político e os padrões de organização econômica regional são fatores altamente presentes nessa construção.

Figura 2 – Localização da sub-bacia do Ribeirão Monte Alegre e do Assentamento.



Percebe-se pela figura que, fora da área do assentamento, a paisagem é homogeneizada, enquanto que em seu interior existem mosaicos, ou as pequenas propriedades. Elas recebem forte influência econômica dos complexos agroindustriais que as envolvem, de forma que a dependência dos trabalhadores com relação às usinas perpassa a relação de trabalho que eles e seus familiares têm ou tiveram com elas. Existem nessa região municípios inteiros completamente dependentes do funcionamento das usinas no que se refere à geração de emprego e renda à população<sup>26</sup>. Mesmo os assentados que não trabalham em usinas, que lutam por autonomia em seus lotes, podem sofrer a influência econômica delas e ter dificuldades na convivência social no assentamento.

## **2.5 A presença da cana no assentamento**

Em meio às estratégias possíveis ao desenvolvimento econômico dos assentados, Ferrante et al. (1994) captaram, já na safra 1992/93, a diferença do plantar sozinho ou de forma mais parecida com um tipo de “parceria”<sup>27</sup>, junto a sítiantes de fora do assentamento (no caso, plantava-se soja). Enquanto o assentado que pegou financiamento e plantou por conta própria corria sérios riscos de ficar devedor, o outro afirmou que sua renda possibilitou pagar financiamento contraído e fazer investimentos. Isso porque o arrendatário contava com insumos fornecidos pelo sítiante para facilitar o plantio, a colheita etc., além de contar com o pagamento certo, enquanto que o primeiro dependia de uma série de fatores, como o financiamento sair na hora certa, dificuldades em ter acesso a recursos para manter seu lote produzindo, as dificuldades em comercializar seus produtos após a colheita. São fatores que, somados à falta de incentivos por parte do Estado, foram mostrando um caminho de aquisição de renda para os assentados: as parcerias com agentes regionais externos, ou

---

<sup>26</sup> Cidades-dormitório expressam bem essa idéia, mas os municípios maiores, como Araraquara, também giram suas economias em torno das usinas de cana-de-açúcar.

<sup>27</sup> Esta parceria viria a ser considerada um arrendamento por alguns assentados que diziam que com ela não havia trabalho familiar na terra. Na verdade, as parcerias até hoje podem se confundir com arrendamentos, a principal diferença é que antes se arrendava terra de médios e grandes proprietários, já no assentamento trata-se do lote da própria família (BARONE et al., 2008).

aquilo que liga direta ou indiretamente os assentados rurais em arranjos produtivos regionais na produção de *commodities*.

Desde então, são continuamente registradas e analisadas pelos pesquisadores do Nupedor o assédio dos agentes externos aos assentados, para que eles se tornassem fornecedores de matéria-prima, principalmente pelas empresas e usinas do complexo canavieiro que domina a região (BARONE et al., 2008).

Conforme os estudos supracitados, já ao longo da década de 1990, houve forte pressão das agroindústrias canavieiras regionais para que os assentamentos se pressassem ao plantio de cana enquanto fornecedores de matéria-prima, o que antes era proibido pelo Itesp. Em 1992, o prefeito de Motuca lançou uma proposta na qual 12 dos 16 hectares de cada lote seriam plantados com cana, para salvar economicamente o assentamento. “O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assentava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de ‘tocar a terra’. A omissão do Estado não era discutida” (BARONE et al., 2008, p.26).

Propostas de consórcios entre usinas canavieiras e assentados foram ganhando a adesão de diversos atores regionais, como o próprio Itesp e o Sindicato. Em 1995, entre 70 e 80% dos assentados já estavam dispostos a tentar um projeto-piloto, para plantio de 50% de seus lotes em parceria com a usina.

As propostas, ao longo do tempo, foram se aperfeiçoando, passando de consórcio à parceria. Muitos assentados já vinham plantando cana irregularmente até que, no ano de 2002, diante do quadro de endividamento e conseqüente pressão dos próprios assentados, a Fundação Itesp regularizou o plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos do governo estadual, através da Portaria 075/2002, revogada pela Portaria 077/2004. Esta foi justificada pelo fato de possibilitar aos assentados um “novo” projeto de desenvolvimento, a partir da integração deles com as cadeias agroindustriais regionais. Portanto, esse é um fator que faz com que o lote tenha uma

destinação que será levada em conta na análise das práticas produtivas de autoconsumo.

Segundo os moldes dados pela portaria, a cana vem sendo plantada em metade dos lotes (7 hectares em média) <sup>28</sup>, mediante contrato de cinco anos, com direito na primeira safra, na preparação da terra, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar tocos de eucaliptos que ainda estão no solo e para abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida e veneno para formigas e as mudas. O transporte e pesagem da produção também são a cargo da usina. Todos os serviços de formação do canavial são oferecidos apenas na primeira safra (de 18 meses) e pagos em tonelada de cana, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais os assentados já não contam com esses serviços feitos pela usina. Caso eles precisem de calcário ou adubo para a continuidade do cultivo da cana, têm que desembolsar na hora, ou renegociar a dívida, muitas vezes acessando créditos do PRONAF. Apenas o trato diário e o corte são de exclusiva responsabilidade das famílias, mas por diferentes razões muitos preferem pagar dias de trabalhos a outros para fazerem em seu lugar.

O acompanhamento desta parceria nos lotes pela equipe do Nupedor, com uso de diários de campo, revelou muitos problemas e conflitos que foram gerados no assentamento. Desde o caso de um tratorista da usina que desmanchou curvas de nível de alguns assentados, casos que o mata-mato jogado por turma da usina não ter surtido efeito, ou o cupinicida e o veneno para formigas sendo aplicados com bombas costais, depois que a cana está plantada, revelou um itinerário repleto de falhas. Há assentados que denunciaram ainda o fato de serem roubados por alguns funcionários da usina. Isso ocorre tanto na hora da aplicação de insumos que já vêm prontos nos tratores para os lotes, como na hora da pesagem da cana. Na verdade, dizem que esses são roubos costumeiros.

---

<sup>28</sup> Segundo dados não oficiais, de uma conversa com técnicos do Itesp, aproximadamente 270 lotes agrícolas do assentamento estão envolvidos no plantio de cana atualmente. Se em cada um deles forem destinados 7 hectares para isto, a área total pode chegar a 1890 hectares.

O plantio de cana gerou também expectativas não realizadas de retorno financeiro. Muitos assentados têm procurado sair das parcerias estabelecidas com as usinas<sup>29</sup>. Segundo os registros que vêm sendo feitos, o fato do contrato prender a terra por cinco anos faz com que o assentado assista passivamente a altos e baixos do mercado de açúcar e álcool. Em 2007, a tonelada da cana chegou a valer R\$ 23,00, quase um terço do que se pagava dois anos antes (em torno de R\$ 60,00). Conforme o depoimento de um entrevistado, ao passo que a renda do assentado com a cana diminui pela baixa no preço da tonelada, pela alta nos preços dos insumos que ele tem que comprar e porque está passando a hora de colher, a cana vai chegando nos últimos dois cortes gradativamente com menos força que nos antecedentes. Portanto, a renda auferida pela cana dos assentados está diminuindo, chegando a dar prejuízo em muitos casos e obrigando-os a pegar Pronaf para a continuidade do canavial ou a lutar na justiça para sair da parceria.

Enquanto todo esse processo está acontecendo, a terra sofre, anualmente, um estresse pela queima, recebe uma quantidade muito grande de insumos químicos e mecânicos, e as famílias, sofrendo essas conseqüências em suas casas e lavouras – casos de intoxicação, problemas respiratórios, queima de outras lavouras e matas, dentre outras, são comuns. A cana plantada com expressivo aporte de insumos industriais, que as próprias usinas fornecem, facilita que os assentados adiram e esse tipo de pacote agrícola – as usinas formam os canaviais e há, por parte dos assentados, como se terceirizar todas as outras etapas agrícolas. No entanto, essas facilidades os deixam dependentes economicamente em relação a tais aportes externos e trazem também muitas desvantagens, como apontado. O mutirão, como exemplo de forma de trabalho cooperado entre grupos de assentados, deixa de existir no que concerne ao plantio da cana, pois todo trabalho feito pelos assentados e seus filhos em conjunto com as outras famílias é renumerado por dia de trabalho.

Por outro lado, assentados que não querem plantar a cana desse modo passam a conviver com os efeitos de vizinhança: suas lavouras recebem

---

<sup>29</sup> Segundo Barone et al. (2008), em 2008, 50 assentados do Bela Vista do Chibarro, também na região de Araraquara, entraram com ação judicial para rescindirem contrato com uma usina.

veneno dos canaviais, o fogo atinge seus lotes. São fatores que acirraram as disputas na comunidade, como divisores de água entre os que são contra e a favor, ou entre aqueles que não cedem e aqueles que acabam cedendo ao plantio de cana. Mesmo dentre os que plantam cana ocorrem divergências, principalmente na hora da colheita: a organização do trabalho na hora de cortar cana gera uma disputa todos os anos. Ocorre que passa da hora de colher a cana, ela floresce e isso implica a perda de sacarose e de peso. Segundo alguns assentados, há certos grupos que sempre se beneficiam do corte antes de outros e certamente irão colher menos prejuízos.

Para as usinas, tem aumentado o volume de cana moída, o que é um dos indicadores da grandeza econômica delas. Em lugares praticamente sem possibilidades de expansão para a área plantada, como nessa região, para as usinas têm representado um ótimo negócio produzir cana nos assentamentos. A disputa de quatro usinas em torno da produção no assentamento Monte Alegre demonstra isso, enquanto os assentados se preocupam mais com o custo do frete para entrega da cana, que é um fator decisivo.

Dentre as muitas contradições que poderíamos destacar no presente momento em relação ao que diz a portaria e o que de fato tem acontecido nos lotes, nos atemos ao disposto no artigo 5º da portaria:

O projeto técnico deverá incluir, ainda, o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvido o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada (FUNDAÇÃO ITESP, 2004).

Por mais que a cana ocupe 50% da área de um lote e isso não tire a possibilidade de se plantar alimentos nas outras partes, de fato, não há nos contratos, e muito menos na prática, o incentivo a qualquer espécie agrícola alimentícia nas áreas remanescentes da cana. Isso depende exclusivamente da vontade da família assentada. Tais projetos técnicos de responsabilidade de elaboração das usinas não contemplam esse artigo da portaria e ambos os atores envolvidos nessa parceria não o cobram, mesmo em se tratando de um direito fundamental da família assentada, o da alimentação. As parcerias, por

seu lado, desestimulam o autoconsumo, pois aquele espaço do lote e talvez outros fiquem inviáveis para a produção dos seus próprios alimentos.

## 2.6 Análise Sociológica do Caso pela Noção de *Habitus*<sup>30</sup>

Ao discutir a diferença entre agricultores e assalariados agrícolas, aí reside uma distinção daquilo que se analisa como o tipo de trabalho que exercem para conseguir suas subsistências. Embora sejam, de fato, ofícios radicalmente distintos, em ambos os casos, fala-se de pessoas que estão sempre buscando alternativas para viver a vida. Ambos estão caracterizados socialmente como população pobre rural, que aos poucos se distancia da terra, considerando-se que, ao longo desse período de busca pela subsistência, passam de trabalhos rurais (como de agricultor) a trabalhos agrícolas (como de bóia-fria, assalariados e temporários).

Neste *continuum*, que vai do agricultor familiar (que vem de muitas gerações na terra) ao assalariado agrícola, situa-se o assentado. Sua trajetória de lutas para sobreviver, em meio a sua própria história de proletarização e de retorno à condição de agricultor, tem continuidade também no assentamento. A partir de então, a luta é para se reconhecer e se adaptar às novas condições da vida do agricultor “moderno”, bem como às exigências de convivência e participação num projeto de assentamento.

Segundo a teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu, existem tipos de existência material ou estilos de vida, que são culturalmente construídos e retransmitidos entre as pessoas. A operacionalização das predisposições culturais adquiridas ao longo da vida, nos determinados momentos e lugares, é feita por aquilo que Bourdieu chamou de *habitus*. Ele o define como “sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto” (BOURDIEU, 1989, p.82). O *habitus* é, portanto, o operador prático desse

---

<sup>30</sup> Algumas referências à Bourdieu, feitas ao longo do trabalho, são provenientes do mini-curso sobre Metodologia de Pierre Bourdieu, ministrado por François Bonvin (Unesp-Araquara, 31/10, 14/11, 28/11 e 05/12/2002) e da palestra de abertura do 36. Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos – USP, em 18/05/2009, na qual foi exibido o filme A Sociologia é um Esporte de Combate.

sistema de predisposições culturais, que reinterpreta o que é uma vida (ou uma conduta) aceitável para se organizar o presente, dentro de padrões sociais estipulados historicamente pelos grupos dos quais as pessoas fazem parte.

O *habitus* opera tudo aquilo que está “armazenado” enquanto capital cultural de uma família, mas também permite a incorporação de elementos novos pela experiência dos indivíduos. *Habitus* é a utilização desse capital predisposto nos espaços onde se pensa, fala e age. As práticas sociais de que as pessoas lançam mão para conduzir suas vidas são, desta forma, acionadas. Elas se refletem em todos os aspectos de um determinado estilo de vida. Alguns fatores do *habitus*, por exemplo, são a *exis* corporal – conceito que nomeia seus conhecimentos em jeito de se vestir, se postar/colocar, de andar, de comer, de mastigar etc., conforme seus aprendizados sociais – e o linguajar – como se fala, se fala alto ou baixo, que palavras usa, se usa várias palavras ou se tem um vocabulário mais complexo, tem uma “arte” de falar conforme a classe social ou daquilo que busca apreender da realidade social. Bourdieu destaca a importância da transmissão de capital cultural em família porque é a principal fonte do capital cultural de cada um.

Portanto, Bourdieu considera que a decodificação de uma peça de arte, por parte de uma pessoa comum ou de um *marchand*, é obra desse capital cultural, que é o subjetivo bom gosto e boa capacidade de decodificação de cada um, mas também é relativo à classe social e às condições objetivas de vida. Na arte, como mostra Bourdieu, ter bom gosto é uma questão de saber decifrar a obra; então, o gosto “é a forma generativa que está no princípio do estilo de vida”. Nesse caso, há uma compreensão da peça de arte que lhe é interna e externa. O professor do museu decodifica a mensagem por completo para o público, porque, afinal, tem gente que passa uma hora por semana no museu, outras não e há outras que vivem disso. Assim como, uma comunidade de famílias agricultoras autônomas que, quando olham para sua comida, sabem decifrar o alimento. Se o gosto por decifrar as coisas é comum a um grupo de pessoas, acaba aproximando e tornando coesas as relações pessoais e sociais dentro dele. Afinal, quem gosta do quê? Que espaços são construídos

para quem? Ocorre um reconhecimento social dentre eles? Se existem códigos na arte, é preciso possuir predisposições culturais para saber decifrá-los.

Existe ainda um espaço físico e temporal no qual o *habitus* funciona, e talvez fora dele não funcione. Por exemplo, o assentado rural que volta a morar num sítio, que ainda possui conhecimentos e práticas de sítiantes, ainda lhe é possível usá-los objetivamente, mas não era enquanto ele estava numa periferia urbana. A partir daquilo que cada assentado vai fazer em seu lote ocorre entre eles um reconhecimento social, que se dá pelo código de conduta moral (BARONE, 1996), ou seja, sabe-se reconhecer no outro a mesma prática de sítiante que se tem.

Outro aspecto importante que merece destaque em nossa discussão é o que representava a honra da família até bem pouco tempo atrás: era o “vinho” da casa e não o dinheiro, como hoje em dia. Em uma comunidade, quando uma família se alimentava de tudo aquilo que fazia, conferia-se a ela honra. No rural tinha-se de tudo que eles mesmos produziam, mas esta é uma honra em crise, pois a racionalidade capitalista a transforma. Para um agricultor nos dias de hoje, pode ser mais importante para sua honra o desempenho produtivo de uma lavoura, em termos do retorno financeiro, do que produzir seus alimentos – podendo chegar a comprar fora tudo aquilo que come, achando que essa capacidade de consumir lhe dá honra<sup>31</sup>. Antes, receber seus familiares, vizinhos e amigos e servi-lhes um bom vinho, feito em casa, garantia um bom “falatório” sobre a tal família nas redondezas.

Nas famílias camponesas de outrora, a honra era algo distinto do que é hoje o dinheiro. Havia maior importância nas coisas da casa, nos alimentos que a família produzia, coisas que não diziam respeito à previdência, mas a previsão (cálculo do consumo mensal/anual).

A solidariedade familiar camponesa significa a partilha dos bens materiais como valor de uso, e não como valor de troca (mercadoria). Por exemplo, ao invés de vender um quilo de arroz por certa quantia em dinheiro, poderia ser estabelecida uma troca por alguma outra coisa. Trocavam-se dias

---

<sup>31</sup> Veja-se que, nas cidades, o valor de produzir seus próprios alimentos já se perdeu de forma massiva. Pode-se considerar também a perda da prática culinária, na medida em que mais se compra refeições prontas/congeladas.

de trabalho, ao invés de pagar-se monetariamente o dia de trabalho. A troca de bens de consumo entre famílias se dava a partir de outros valores que não pelo valor monetário, mesmo porque o dinheiro é uma coisa moderna comparando-se com o tempo em que a humanidade pratica agricultura. Durante muito tempo não houve dinheiro, mas, cultivando a terra, tinha-se como prever que não faltariam as coisas necessárias para se reproduzir socialmente.

As transformações contemporâneas da vida em sociedade impuseram algumas condições aos agricultores, tais como ir para “a vila” e sobreviver de um ofício especializado, uma ocupação para outros e/ou produzir uma coisa só. Isto é, alguém que ganha dinheiro e compra as coisas necessárias para se reproduzir socialmente. Assim, passam pela conformação de novas técnicas para morar, comer, estudar, ganhar dinheiro, em suma, viver na cidade. Ninguém mais vende sua força de trabalho se não for por dinheiro.

Na urbanização da vila o homem rural continuou o mesmo, ou se transformou mais lentamente do que as transformações impostas pela técnica, pois ele não perde seus *habitus* assim tão depressa. Na transição rural-urbano, com as migrações humanas de comunidades/fazendas para cidades, o cruzamento dos *habitus* das pessoas reconstrói a honra num outro sentido. Se existe uma honra que tem sua origem no modo de vida trabalho/subsistência, ela lentamente passa a incorporar novas necessidades impostas na vida urbana das cidades (trabalho/moeda)<sup>32</sup>. Se a honra de antes perde sua função social, quem planta sua batata é atrasado, mas quem a compra é moderno. Já quem não come, esse é vagabundo. Quanto mais se consome, em quantidade e diversidade, mais se é moderno.

No assentamento rural enxergamos que a construção social tem a ver com lembranças, *habitus* tradicionais, de um lugar que não se pretende esquecer, no qual se vivia com pouca mercadoria e com mais trocas simbólicas. Certamente, um mundo hoje “ultrapassado”. As condições

---

<sup>32</sup> Para Bourdieu, a sociedade resulta do cruzamento histórico, nos matrimônios, não só de bens materiais, mas também a soma dos *habitus* de cada um. Um filho é a expressão de um cruzamento. Porém, em cada estrato social existem características comportamentais mais marcantes e busca-se o seu reconhecimento nos outros. A partir desta imensa rede de cruzamento de *habitus*, Bourdieu observou como a dominação masculina se desenvolveu, através das relações nas quais a mulher aceita a dominação e como isto veio a se transformar numa série de predisposições historicizadas.

modernas impõem mudanças não só ao trabalho propriamente dito, mas à concepção de mundo dos assentados. Através do trabalho, consegue-se um jeito de êxito social/material que confirma que não se está entre os vagabundos. Esse trabalho e os valores implícitos nele dão razão à existência.

Em outras obras de Bourdieu, segue-se a mesma metodologia para explicar a questão da ruptura, das transformações no *habitus* com a migração para cidades. As pessoas mudam seus esquemas de percepção e cognição, de convivência (principalmente com o meio) e assim modifica a sociedade toda. Então, tenta-se entender como o outro se interioriza, aceitando ou não as coisas: como um sujeito se torna uma coisa ou outra, procurando entender suas condições objetivas, a forma como interioriza essa condição e como se expressa através de seu *habitus*. Portanto, através de experiências históricas nas quais se reconstroem os modos de viver, comer, casar, como nos assentamentos rurais, existem cenários para a observação das transformações dos *habitus*.

## **2.7 As Expressões do *Habitus* na Agricultura Familiar**

Aqui, pretende-se dar a entender como concebemos a pesquisa e a extensão na agricultura familiar, sob o ponto de vista antropológico e considerando a lógica das leis internas de seu funcionamento. Juntamente à explicitação dessa lógica, caracterizá-la no sentido de atualizar certos traços, advindos e adquiridos no seu movimento normal de inserção na sociedade modernizada. Os espaços rurais sofrem regularmente alterações sociais, que os tornaram uma problemática cuja necessidade de compreensão passa pela noção de um “novo rural”, enquanto objeto de análise da Sociologia Rural. Assim, vários estudos têm demonstrado a diversidade de situações que podemos encontrar sob a égide da agricultura familiar, nas quais as estratégias de reprodução social passam pelo fato das pessoas terem várias atividades, inclusive não-agrícolas.

Ganha relevância, nesse campo científico, aportes de outras disciplinas, trazendo aos estudos características transdisciplinares. Essa necessidade é

imposta, em nosso caso, pelo fato dos espaços rurais serem atravessados pela natureza, e esta atravessada pela cultura. Nos espaços rurais está a agricultura familiar, que produz seus alimentos, inserida num meio social no qual pode ser alvo, por exemplo, de políticas públicas para o combate à fome e à miséria, bem como para a sustentabilidade agrícola.

Para a presente pesquisa, foi especialmente importante conhecer o trabalho de Garcia Jr. (1983), por seu esforço de descrever e compreender a lógica camponesa baseado na teoria de Chayanov e o que isto significa em termos de exploração agrícola familiar, uso da terra, técnicas e divisão de trabalho. Esse estudo privilegia a atuação econômica e a subsistência dos pequenos produtores, mas também as transformações que ocorrem em suas vidas a partir de suas relações, enquanto foreiros (pessoas que pagam o foro pelo uso da terra) com os proprietários da terra. Quer dizer, além de um estudo sobre a economia do pequeno produtor rural, contextualizando-o a partir de suas origens sociais e sua história de fixação na terra, como fica sua situação frente às transformações mais gerais da economia.

O autor explica que, mesmo com a mudança de trabalho escravo para o assalariado “livre” no Brasil, a relação trabalhador-patrão não sofre grandes alterações, ou seja, permanece uma relação de muita dependência do primeiro em relação ao segundo. As categorias sociais que povoam o meio rural, dentre as quais podemos encontrar traços de um campesinato brasileiro, continuam não tendo acesso à terra se não for através de uma rede mediada por grandes proprietários, mesmo após o fim da escravidão. Dessa forma, a grande plantação (ou monocultura) se mantém em oposição àqueles que, se tivessem acesso a pelo menos um pedaço de terra, poderiam extrair, mediante trabalho familiar, o produto necessário a sua existência (GARCIA JR, 1983, p.21). Mesmo quando conseguem uma situação de independência em relação à propriedade de terra, como chegam a ter os sitiantes, sempre há a necessidade de trabalho nas grandes plantações, de forma que se torna um hábito o trabalho sazonal nessas para se conseguir, via salários, outros itens necessários à subsistência e mesmo outros alimentos, durante épocas de maior escassez. Isso comumente representa estratégias de provimento

alimentar de uma família durante um ano agrícola, que pode envolver, em maior ou menor medida, a produção própria, a produção comercial e sua comercialização e a venda da força de trabalho, essas duas tidas como estratégias de se conseguir alimentos via aquisição monetária.

Quanto mais moderna vai se transformando a propriedade capitalista, mais difícil vai se tornando a vida dos pequenos produtores. Para os meeiros, no trabalho de Brandão (1981), vão sobrando as piores terras, havendo dificuldades quanto ao acesso a máquinas e insumos que ficam cada vez mais caros e impõem condições de competitividade. Os agricultores são limitados em pequenos pedaços de terra, nos quais passam a enfrentar dificuldades para obter ajuda de familiares e parceiros, pois eles vão para a escola e para trabalhos urbanos. O plantio ali se restringe ao essencial do consumo familiar, sem que se consiga gerar excedentes e assim obter alguma renda a mais.

O estudo das condições de pequenos produtores se torna semelhante, nos casos de Cândido (1979), Brandão (1981) e Garcia Jr. (1983), porque em todos eles verifica-se que os produtores sofrem o mesmo processo de precarização de vida, porque são obrigados a vender sua força de trabalho aos grandes e porque a modernização e expansão da monocultura atinge a todos eles de forma muito semelhante. A mudança para a cidade piora as condições de vida desses trabalhadores rurais, pois não têm mais a terra para viver e trabalhar, ao passo que o salário ou a venda da força de trabalho, na forma de diárias, vai piorando as condições deles atingirem o mínimo aceito socialmente. Situação semelhante enfrentam aqueles que deixam as roças de autoconsumo para produzir apenas cultivos comerciais.

Um dos pontos essenciais do trabalho de Garcia Jr (1983) é a explicitação da lógica do agricultor familiar, que procuramos resumir a seguir. Após demonstrar a relação de dependência dos grandes proprietários, ele procura examinar vários fatores endógenos do funcionamento da propriedade familiar, a partir de um princípio de alternatividade tanto em relação ao trabalho para se obter subsistência como em relação ao caráter da alternatividade da produção, consumo e venda dos alimentos. O autor começa, por exemplo, da divisão (não engessada) do trabalho em casa e roçado, dos papéis do homem

como chefe de família e de sua mulher. Ao passo que o pai tem sempre a responsabilidade e a autoridade para a reprodução social do núcleo familiar, outros membros da família têm disponibilidade para ajudá-lo. Então, ele determina quem ajuda no quê, situações que variam conforme recortes temporais e etários, mas que naturalizam certos papéis no núcleo familiar, como o das mulheres, dos idosos, dos jovens, dos agregados.

O trabalho no roçado pode ser realizado por diversos membros da família, sendo o pai seu chefe e coordenador. Por serem constituídas por laços de parentesco, essas unidades de trabalho familiar são pautadas por relações de trabalho não-capitalistas. Além disso, há regras que estipulam e mantêm certas condições materiais do roçado. Embora o trabalho da mulher e filhos não seja equivalente ao de um diarista, por sua produtividade, ele não é remunerado, o que conta muito na hora de se fazer balanços dos esforços e investimentos para sua continuidade. Dessa forma, mulher e filhos “ajudam” porque seu trabalho não é remunerado. É um esforço “gratuito” que contribui a atingir uma quantidade de trabalho tal que faça frente ao provimento da unidade familiar, sem que se tenha dispêndio financeiro. Isso porque o chefe dela procura conseguir com seus familiares esse trabalho necessário e, só em casos de dificuldade, pagar diária para alguém que não é da família o ajudar, geralmente quando não tem braços suficientes na família, ou quando não se conta com a solidariedade comunitária.

É um sistema evidentemente distinto do capitalista, pois, dentre outras razões, um membro da família não “compra” o acesso aos produtos do roçado com seu trabalho. Suas necessidades energéticas e calóricas teriam que ser repostas mesmo se não trabalhasse no roçado, ou seja, ele poderá se alimentar mesmo se não trabalhar, o que não acontece com o trabalhador assalariado na cidade. Segundo Brandão (1981), na esfera familiar o alimento circula mais livre da racionalidade capitalista, mesmo se levarmos em conta as transformações que esse sistema sofre na modernidade<sup>33</sup>. Em estudo mais recente (MENASCHE et al., 2008), já são identificadas relações monetarizadas

---

<sup>33</sup> No estudo de Brandão (1981), a livre circulação de alimentos fora da esfera familiar só se dá em períodos de grande fartura, por exemplo nas colheitas de milho, quando se fazem as “pamonhadas”, ou em ocasiões festivas, batizados, fessas religiosas etc.

no interior de famílias para controlar o trabalho, ou seja, o pagamento pelo trabalho na forma de salário (comumente medido por diárias no trabalho agrícola) já vem sendo praticado hoje em dia, diferentemente da teoria de Chayanov, quando considerava o montante de riquezas geradas pela família indivizível em salários individuais. Portanto, ao se estudar esse tipo de pequenos produtores rurais, existe a necessidade de compreensão de outros sistemas econômicos diferentes daqueles pautados por relações exclusivamente de assalariamento, mas que necessariamente se articulam ao sistema capitalista e se transformam.

Para Garcia Jr. (1983), a origem de uma unidade familiar se dá comumente no casamento, quando é constituída uma nova casa e um novo roçado, onde mandam mulher e marido, antes tidos como filhos que ajudavam seus pais. É o momento dos filhos assumirem sua emancipação em relação aos pais e passarem a tomar suas próprias decisões. O filho geralmente é incumbido de decidir o que, como e quanto vai produzir, ou seja, fazer ele próprio o balanço dos investimentos e esforços necessários no roçado, cálculo este aprendido com seu pai. Por outro lado, a partir da esfera doméstica, a gerência é feita por sua esposa. Na administração dessa nova unidade familiar, apesar da autonomia em relação aos pais, para a mulher também conta muito aquilo que foi aprendido antes, em sua família de origem. O fator que legitima a autonomia do novo casal é o fato de já terem adquirido o saber-fazer de seus pais (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007), considerados então prontos para casar.

A existência da família depende “da possibilidade de realizar um trabalho no roçado além daquele que será necessariamente queimado pelo consumo periódico familiar” (GARCIA JR, 1983, p.112). Nesse sentido, o roçado se sobressai em importância à própria casa. O trabalho do homem é naturalizado como superior ao da mulher, porque no roçado a família exerce seu trabalho. A esfera doméstica, considerada não-trabalho, é o local de descanso da família.

Como existe a tendência de uma nova unidade familiar ser constituída a partir da divisão de um lote, em terras sob domínio de um dos pais do casal, a solução geralmente é intensificar ao máximo seu uso. Essa estratégia de provimento familiar muitas vezes contrabalança com o esgotamento mais

rápido da terra, mas também pode explicar porque os pequenos produtores têm os maiores índices de produtividade por área, mesmo possuindo as áreas mais inférteis. Seus estilos de vida e imposições sociais os induzem à máxima exploração das possibilidades de uso de insumos locais, de forma que outras experiências empíricas, derivadas de melhorar a eficiência do sistema agrícola como um todo, são feitas.

Essas são estratégias do pequeno agricultor para depender o menos possível de insumos pelos quais tenha que desembolsar recursos financeiros. Assim também acontece quando o chefe de família evita contratar diaristas, para não ter custos monetários, usando ao máximo a mão-de-obra disponível na família. Isso é uma condição básica de reprodução da condição de pequeno produtor frente às condições de mercado. Tais gastos são limitados ao essencialmente necessário, por exemplo, à aquisição das partes metálicas das ferramentas.

A utilização mais intensa de elementos materiais que sejam produto do próprio trabalho familiar permite um maior controle da própria unidade sobre a reposição de suas condições materiais de produção. Tepicht (1973) denomina esta característica do campesinato autoconsumo intermediário. A questão fica mais clara se analisarmos as decisões sobre uso de fertilizantes (GARCIA JR., 1983, p.119).

Assim, o autoconsumo direto pode ser considerado a produção dos alimentos que se consome, enquanto o autoconsumo intermediário são os “elementos materiais que sejam produto do trabalho familiar”, que serão usados na produção dos alimentos. O exemplo do fertilizante se refere ao tempo despendido para preparar/transformar materiais orgânicos provenientes do próprio lote, como estrumes, palhas, folhas secas etc., para fertilizar roças. A pouca terra e recursos disponíveis dão essa característica aos pequenos produtores de, na prática, “usar a fundo as possibilidades de cultivo associado e as de sucessão de cultivos de ciclo curto. Isto não prejudica a produtividade agrícola, pelo contrário, aumenta-se o produto total obtido de uma área em termos físicos e monetários” (GARCIA JR, 1983, p.126), ao passo que torna a produção ali menos custosa em termos monetários.

Vale assinalar ainda outro espaço que antigamente era mais freqüente para este tipo de propriedade familiar, que é denominado de sítio. Um pouco diferente do roçado, no sítio são plantadas as árvores frutíferas, que também podem estar no roçado, mas com finalidades diferentes. Neste elas demarcam o terreno, ou até onde vai a ocupação de uma família. Além disso, seus frutos servem ao consumo da família e, às vezes, também podem ser ali plantadas sistematicamente para comercialização. A rigor, tudo que há plantado no sítio denota o local de plantios permanentes que fincam as raízes da família naquele território, por exemplo em volta das casas. “O sítio representa a ocupação permanente da terra, por oposição à permanência restrita no tempo do roçado” (GARCIA JR, 1983, p.125). Isso não impede que tais espaços coincidam. Ocorre que, com a intensificação no uso do solo, tudo que estiver sob domínio de uma família vira roça, e o sítio foi assim se transformando numa coisa que remete aos tempos passados, mas em ambos espaços estão consorciados vários cultivos, tudo misturado. Esse aspecto caracteriza ainda mais a propriedade de exploração familiar, local onde fica tudo misturado porque tem pouca terra à disposição; em oposição à grande propriedade que, por contar com muito espaço, cada coisa tem seu lugar.

Com essa breve explanação, baseada principalmente no trabalho de Garcia Jr. (1983), procurou-se discutir aspectos fundamentais para a presente pesquisa, que caracterizam a exploração agrícola familiar. Em especial, pretendeu-se deixar claro que não pode haver grande rigidez na busca por defini-las conceitualmente, pelo princípio da alternatividade no modo pelo qual os alimentos são produzidos, consumidos ou vendidos pelas famílias que os plantam. Em ambos os casos existe um valor de uso *a priori*. Mas o produto que é primordialmente feito para autoconsumo pode ir para o mercado, assim como as roças comerciais como algodão, café, banana, milho, cana-de-açúcar etc., também podem gerar produtos para serem usados em casa, como autoconsumo direto ou intermediário (alimentação humana e animal). Na prática, não existe uma oposição tão forte que tal produto seja só para venda ou só para autoconsumo em determinadas etapas, principalmente na hora da

venda, o que de fato nos apresenta dificuldades para se definir o autoconsumo de famílias agricultoras por um viés econômico.

### **3 MATERIAL E MÉTODOS**

#### **3.1 A Construção da Pesquisa e Seus Protagonistas**

A delimitação da amostragem do presente trabalho se baseou em minha experiência em diversas pesquisas nos assentamentos rurais da região de Araraquara, desde 2001, como integrante do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural. Primeiramente, é de se destacar minha participação no grupo de educação e meio ambiente, quando do meu ingresso no Nupedor como bolsista. Sob a orientação da Profa. Dra. Dulce Consuelo Andretta Whitaker, comecei a aprender a usar o registro etnográfico como forma de captar informações nos assentamentos. Ela, em colaboração com seu grupo de bolsistas, estava na iminência de lançar um livro que rapidamente se tornou uma referência em minha formação como pesquisador (WHITAKER, 2002). Conforme demonstrado nesse livro pelos diferentes bolsistas que faziam parte do grupo à época, a principal técnica de pesquisa para coleta de informações do Nupedor é o diário de campo. Cada membro do grupo fazia seus registros de forma muito particular, mas sempre a partir de um recorte teórico específico. E comigo não foi diferente, de forma que desde então comecei a fazer meus registros sobre produção de autoconsumo.

Ao voltar do assentamento, recomenda-se fazer o quanto antes a tarefa de descrever as informações registradas no diário de campo. Como afirmei antes, esse trabalho no Nupedor é considerado montagem de cadernos de campo. Se antes de ir ao assentamento estamos imbuídos de teoria, oriunda

de nossos projetos individuais bem como dos projetos do grupo, ao voltar temos um verdadeiro guia para o rememorar o dia de campo. Então passa-se a descrevê-lo de forma mais inteligível possível para depois discutir as informações junto ao grupo. A memória do pesquisador e uma cuidadosa vigilância epistemológica (no sentido de quebrar os preconceitos que podem haver contra o modo de vida no meio rural) são essenciais para a compreensão da realidade, assim como também o é a confrontação das opiniões individuais junto ao grupo de pesquisadores que vão junto a campo<sup>34</sup>. A memória porque lembrar-se de cada detalhe pode representar um grande enriquecimento na compreensão de cada situação. Já a vigilância refere-se a entender o sujeito pesquisado levando-se em conta a alteridade, analisando as situações do ponto de vista do sujeito e despindo-se o quanto possível dos próprios pré-conceitos.

Nessa fase inicial de minha participação no grupo foi essencial o contato com a pesquisadora Dulcelaine Lucia Lopes Nishikawa, que já fazia parte do grupo. Enquanto Dulcelaine estava em busca da agricultura sustentável, fazendo uma coleta de dados que inspirou fortemente a minha, no sentido de registrar os inventários dos lotes e de fazer uma leitura do espaço procurando práticas desse tipo de agricultura, associando-as à cultura rural das famílias assentadas<sup>35</sup>. Depois do contato com essa pesquisadora é que, sempre que eu ia a campo, fazia um cuidadoso inventário dos lotes visitados. Por mais exaustivo que esse registro possa parecer a alguns, o meu intento era relatar a especificidade de cada um deles, dentro de uma diversidade agrícola que parece ser comum à maioria dos lotes do assentamento. Por outro lado, a diversidade agrícola específica de cada lote denota, nos alimentos para o

---

<sup>34</sup> Lembro-me que uma das primeiras discussões em grupo que participei neste sentido foi sobre o descarte de lixo. Ao vermos que em algumas casas no assentamento havia lixo jogado ao seu redor, alguns de nós ficávamos com péssima impressão, e nos perguntávamos por que eles jogavam lixo assim, no chão, deixando o lugar “sujo”. Nossa professora, ao ouvir nossos relatos explicou que até bem pouco tempo atrás, para aquelas famílias, tudo que era lixo era material orgânico, portanto poderia servir até como adubo da terra. Com o advento do lixo industrial (embalagens plásticas, latas etc.), o costume e o gesto de jogar ao chão, depois juntar num canto e queimar, não se alterou de forma tão depressa, portanto continuaram a fazer assim com o descarte de lixo. Isto não significa que os assentados não têm noções de limpeza como esperamos que se tenha na cidade. Ao contrário, o interior das casas é sempre de uma limpeza impecável.

<sup>35</sup> Ver os trabalhos Nishikawa et al. (2002) e Nishikawa (2004).

autoconsumo familiar, a construção cultural que cada família traz para o assentamento. Exemplos disso foram encontrados nas diversas variedades de feijão que são plantadas nos lotes para autoconsumo, algumas delas trazidas pelos assentados desde suas origens. Então, essa prática de observar o que (e como) está plantado para autoconsumo se tornou uma constante na minha rotina de pesquisador.

Durante o projeto *Inserção dos Assentamentos às Economias Regionais...* (FERRANTE, WHITAKER, 1999), o diário de campo foi a principal técnica de pesquisa que o grupo de bolsistas fez uso (nos assentamentos). Assim, as informações levantadas com meus próprios diários foram as principais fontes de minha monografia de bacharelado. Além das idas a campo e dos registros, fizemos também entrevistas gravadas com técnicos agrícolas dos órgãos gestores, membros das prefeituras municipais (principalmente de Araraquara e Motuca) e com técnicos e coordenadores da Regar (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa da Região de Araraquara), que protagonizou a alternativa produtiva analisada em minha monografia.

Já no projeto *Poder Local e Assentamentos Rurais...*, (FERRANTE, 2004b), havia uma amostragem importante do ponto de vista estatístico, quando foram visitadas mais de 10% das propriedades do assentamento Monte Alegre, entre 2005 e 2006 (45 questionários aplicados). O ponto mais importante para o presente trabalho ao final desse projeto é que já havia se comprovado, através de dados coletados com questionário semi-estruturado, que quase a totalidade dos lotes, mesmo com a entrada da cana agroindustrial, continuou com a produção de pelo menos uma pequena parte do autoconsumo<sup>36</sup>.

Por outro lado, no projeto em vigência pelo Nupedor (FERRANTE, 2007b), foi feita uma nova coleta de dados com questionários semi-estruturados em significativa amostragem, com o intuito de se montar um banco de dados que permita comparar os assentamentos da região de

---

<sup>36</sup> No projeto *Poder Local e Assentamentos Rurais...*, foram analisadas algumas das conseqüências da recente parceria entre assentados e usinas canavieiras, mediada pela Portaria Itesp 077/2004, dentre as quais, as conseqüências para a produção do autoconsumo.

Araraquara e outros da região do Pontal do Paranapanema. Novamente, questões sobre a produção e a distribuição dos alimentos de autoconsumo foram investigadas e os dados gerados foram usados no presente trabalho para análise (81 questionários aplicados no Monte Alegre).

Portanto, nessa minha trajetória no Nupedor foram feitas inúmeras idas aos assentamentos, em diferentes lotes e em diferentes momentos, devidamente registradas através de diários de campo, sempre com especial preocupação ao autoconsumo. Esse material e também alguns dados das recentes pesquisas no âmbito do Nupedor – especialmente aqueles obtidos pela aplicação de questionários – são utilizados no presente trabalho, embora nosso objetivo seja o de avançar no estudo de questões específicas do autoconsumo, sobretudo através da associação dos dados oriundos da minha participação no núcleo de pesquisa com os dados qualitativos especialmente coletados para o presente trabalho.

### **3.2 Metodologia da Bola de Neve: questionário semi-estruturado e montagem de cadernos de campo**

Para a coleta de dados presente foi utilizada a técnica de bola de neve, procurando obter dados que viessem a complementar aqueles dos estudos anteriores do Nupedor, com intuito de qualificá-los. Com essa metodologia partiu-se de um informante-chave, um assentado que plantava cana agroindustrial e também alimentos para autoconsumo em seu lote. Tal informante indicou dois novos assentados, os quais indicaram mais um assentado cada, até que foi possível identificar um discurso coletivo desse grupo, que, mesmo plantando cana, não deixou de plantar seus próprios alimentos. A formação desse grupo permitiu avaliar dimensões simbólicas e materiais de convivência de dois sistemas de produção com motivações sociais distintas num mesmo lote agrícola. O discurso coletivo pôde ser detectado no quinto assentado entrevistado<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Poderia-se ter avançado mais na coleta de informações, porém, o ponto de saturação foi limitado também por questões de logística. Isso não prejudicou a formação de um discurso coletivo do grupo, pelo menos em torno das hipóteses iniciais da pesquisa.

A cada um desses cinco assentados, titulares de lote, foi aplicado um questionário semi-estruturado cujas questões foram divididas em três blocos. No primeiro, procurou-se reconstruir historicamente a origem e a trajetória familiar até o assentamento rural – um breve relato da história de vida e de trabalho – tendo como fundo o modo de vida, os meios de acesso aos alimentos e o que era produzido pela própria família e o que era comprado fora. Pedi que se lembrassem quais os principais pratos consumidos em suas origens (o que comiam com sua família, quais pratos doces e salgados eram consumidos).

O segundo bloco abrangeu a entrada no assentamento e o acesso ao alimento, sob a perspectiva da produção própria e da constituição de redes nas quais ocorrem eventuais vendas, trocas ou doações de alimentos entre assentados (para tentar captar se isso permite mais fácil acesso e maior disponibilidade de alimentos na comunidade), se já deixou de plantar alimentos e quais razões. Perguntou-se também quais os principais pratos consumidos atualmente. Houve uma questão (também presente no questionário do Nupedor) na qual perguntamos aos agricultores sobre o período da vida que tiveram maior fartura de acesso a alimentos. Ela ajudou na investigação junto aos assentados sobre suas memórias de mais fácil acesso ao alimento durante suas vidas. Procurou-se, ainda, captar nessa parte informações sobre os custos monetários que se tem no mercado com produtos alimentícios.

No terceiro bloco, ocorreu uma tentativa de caracterizar como são os sistemas agrícolas para produção de alimentos de consumo familiar, quanto à divisão de trabalho familiar, uso de insumos e outras práticas, se eles têm percebido as mudanças climáticas e o que vem sendo feito para manter/adaptar a produção. Uma questão extremamente importante nesse bloco foi o inventário de tudo que há no lote e que se faz uso alimentar. Aqui residiu a tentativa de mensurar o imensurável: tal é a diversidade existente nesses inventários, de alimentos que estão presentes na composição do lote familiar, que lhes garantem a grande parte da cesta alimentar. Geralmente, trata-se de um espaço pequeno dentro do lote comparando-se com outros sistemas, como o milho comercial ou a cana agroindustrial. Mas a relação com

a terra ali adquire tamanha reciprocidade para a família assentada que mensurá-la em termos exclusivamente econômicos pode ser enganoso, uma vez que isso quase nunca é feito pelos próprios membros familiares nos lugares do lote onde são plantados os alimentos para o autoconsumo.

Assim, tomei deliberadamente a dimensão simbólica como foco privilegiado para a análise, sobre como essa diversificação é resultado de uma reconstrução identitária do agricultor e de sua família no assentamento rural. O que antes era um espaço homogêneo de monocultura de eucalipto, agora dá lugar a essa diversidade. Os lotes agrícolas são lugares de uma relação afetiva da família assentada com a terra, que ultrapassa o meramente econômico. Além disso, a diversificação invariavelmente torna as relações ecológicas mais complexas. Muitos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nupedor já haviam retratado a relação dos assentados com a terra, de forma que o inventário do lote foi uma tentativa de mensurar, no sentido de qualificar essa relação, ao invés de ensejar prioritariamente uma análise econômica do valor do autoconsumo.

O questionário colaborou para que as conversas fossem estruturadas em torno desses três eixos, que serviram para que fossem melhor tabuladas as questões, comparando-se a fala de cada assentado. Foi por meio dessa comparação que se pôde considerar um discurso coletivo em torno de algumas hipóteses, como as seguintes:

- Em suas origens, quando eram agricultores ou pelo menos estavam mais perto dessa condição, comiam determinados alimentos. No assentamento, procuram voltar a ter um padrão alimentar semelhante ao de antes – determinados alimentos, cultivados e feitos por eles próprios;
- Conforme estudos, como Antuniassi et al. (1993) e Barone (1996), se constituem redes familiares e de amigos que juntas procuram pelas melhores estratégias, por exemplo, para uma produção com equilíbrio entre o grupo, o meio e a alimentação;

- Determinados sistemas agrícolas são colocados em prática para se obter alimentos, com uso de práticas de agricultura tradicional identificadas com princípios de produção agroecológicos;

O trabalho de tabulação exigiu que fossem montados cadernos de campo (assim como fazemos no Nupedor), estruturados conforme a seqüência do questionário, mas também incorporando informações que fugiam um pouco do tema da produção dos alimentos. Isso porque durante a aplicação do questionário, muitas outras informações surgiram, principalmente porque contamos com conhecimento prévio da realidade estudada. Além disso, há várias outras coisas que fogem do tema restrito do questionário e que o assentado quer falar. Dois exemplos estão nas longas falas sobre religião e sobre a parceria da cana. No primeiro caso, pareceu-me que o assentado acabava falando sempre em Deus porque a produção do alimento próprio carrega uma forte conexão com o divino, num plano simbólico. No segundo caso, falar sobre a cana agroindustrial e sobre produzir alimentos acaba tendo sentido, por motivo de comparação de produtividade e de necessidade de renda monetária, além de meramente produzir os alimentos.

Outro ponto importante a destacar é que muitas vezes as conversas foram interrompidas por familiares ou outras pessoas, que participaram da conversa por algum tempo, de forma que novas informações surgiram e foram registradas. Portanto, para registrar essas passagens que fugiam ao tema das questões formuladas, foi feito uso do registro improvisado no próprio questionário, como se fossem registros em diários de campo. A montagem dos cadernos de campo exigiu que fossem usados todos os registros feitos durante a visita, juntando as informações coletadas a partir das perguntas do questionário e as demais que foram captadas em diário de campo. Tudo o que foi registrado em campo serviu para que fosse feita a descrição fiel do que foi vivenciado – ou aquilo que chamamos aqui de elaboração do caderno de campo.

Assim, todos os cadernos de campo têm uma parte introdutória contando como foi minha chegada à família, como foi o primeiro contato que

tivemos e em que lugar da casa foi feita a entrevista. Depois dessa pequena introdução, procurou-se relatar como é o núcleo familiar do lote, ou seja, todos os integrantes que moram no lote visitado, procurando identificar o trabalho de cada membro da família. Após isso, seguiu-se a tentativa de criar uma narrativa a partir das respostas dadas no questionário.

### **3.3 Diário de Campo e Fotografia: espaços e lugares**

Nas visitas aos assentados que fizeram parte da amostragem, tinha-se em mente aplicar o questionário, depois conhecer o lote, principalmente onde se produz os alimentos para autoconsumo, ter algum contato com outros membros da família. Após a aplicação do questionário, perguntei se poderíamos conhecer o lote, mas nem todos quiseram mostrar seus sistemas agrícolas. Dois assentados alegaram que já tínhamos conversado o bastante e que eles já tinham falado tudo. Quando eu sugeri uma segunda visita para conhecer o lote, a sugestão não foi aceita, pois alegaram ter pouco tempo disponível para me atender<sup>38</sup>. Outros três assentados tiveram grande prazer em fazer a caminhada, motivo pelo qual a visita de aplicação do questionário a eles durou mais de cinco horas.

O diário de campo foi usado principalmente nas caminhadas pelo lote, conforme ia recebendo informações e registrando. Nessas caminhadas pedi permissão para fotografar os sistemas agrícolas de autoconsumo, sendo que nos três lotes onde a caminhada foi possível as fotografias também foram autorizadas. O uso do diário de campo foi útil para coleta de informações de cunho qualitativo, derivadas das observações e impressões do pesquisador sobre o contexto, linguagens não verbais, gestos e demais aspectos que porventura poderiam se perder no relato. O diário permitiu que as práticas agrícolas fossem registradas por observação no momento em que se caminhou junto com o agricultor por entre suas plantações, enquanto uma dúvida sobre

---

<sup>38</sup> Em momentos assim me lembrei de uma passagem de Garcia Jr. (1983) na qual o autor afirma que nem sempre é fácil para o agricultor compreender quem é o pesquisador, para que serve o trabalho dele. Pela falta de um retorno de conhecimento agrícola, notadamente esperado pelo agricultor, cria-se certa desconfiança, inclusive em relação ao uso que se fará do material ali coletado.

elas pôde ser esclarecida no mesmo momento. Por exemplo, o nosso primeiro assentado visitado, ao falar das plantas medicinais que possui, também foi motivado a falar para o que usa cada uma delas.

O diário de campo propiciou ainda registrar aspectos que fizeram parte das visitas, tais como conversas entre os membros da família, dos entrevistados e o entrevistador, informações obtidas quando da caminhada até e pelos lotes, a descrição de práticas e manejos familiares, dentre outros. Isso porque a visita não se restringiu, na maioria dos casos, a um lugar específico da casa ou do lote onde foi aplicado o questionário, e não apenas o titular do lote participou da conversa em cada caso. Então, nas caminhadas em diferentes lugares do lote podem ser feitas leituras por observação. Por questões de objetividade, essa leitura foi centrada em espaços agrícolas durante as caminhadas e os registros foram feitos em diário de campo.

A leitura do espaço não é mera descrição física de sistemas agrícolas, mas é uma leitura social: do porquê de tais sistemas existirem, quais são suas motivações sociais, quem trabalha nessas produções. Para Martins (2009), existe uma distinção entre o que se conceitua por espaço e por lugar. Na construção dos lotes agrícolas dentre famílias assentadas pesquisadas pela autora, o lugar é o espaço transformado por relações de afetividade, relações essas que as pessoas têm inclusive com a terra e com os animais, e não apenas entre membros familiares. Essa abordagem etnográfica garantiu a recuperação de um material empírico útil para se analisar associadamente com as informações obtidas no uso das demais técnicas qualitativas empregadas na pesquisa.

A fotodocumentação dos espaços agrícolas dos lotes visitados e das práticas empregadas visou a ilustrar como são os sistemas agrícolas dedicados ao autoconsumo em comparação com outros dedicados aos plantios exclusivamente comerciais. Através das fotos, foi feita uma tentativa de explicitar a existência ou não de práticas coadunadas com princípios agroecológicos, comparando-se, então, o discurso do assentado, a observação do pesquisador e o registro fotográfico.

### 3.4 Desenhos e Cardápios: as marcas da identidade

Para ter contato com outros membros das famílias e ocasionar um retorno ao lote, solicitei à cônjuge do titular do lote o registro do cardápio de uma semana da família (pressupondo que a mulher seria a responsável por cozinhar), como também pedi ao agricultor para fazer três desenhos de seu lote, informando o que ele plantava quando chegou ao lote, o que ele planta atualmente e o que ele gostaria de plantar no futuro. O uso do termo desenho para designar essa técnica estava ligado ao termo redesenho do agroecossistema, utilizado na Agroecologia quando do planejamento e implantação de determinado sistema agrícola, principalmente nos casos de transição de matriz energética (do convencional para o agroecológico, por exemplo), quando então se procede ao redesenho do agroecossistema. A intenção era captar o redesenho do lote agrícola em diferentes épocas, mas, como veremos a seguir, alguns desenhos puderam ser interpretados como verdadeiros mapas locais. Na ocasião, deixei folhas para os cardápios e desenhos e uma caixa de lápis de cor.

Quanto aos desenhos, alguns assentados alegaram que não sabiam desenhar, então pedi um desenho simples, ou que fosse solicitada a ajuda de alguém da família, por exemplo, as crianças<sup>39</sup>. Considerando certa recusa por parte de dois assentados que não quiseram elaborar desenhos, foi conseguido: com o primeiro assentado entrevistado três desenhos feitos cuidadosamente por suas netas; com o segundo assentado também três desenhos, mas feitos na hora e muito a contragosto; o terceiro assentado entrevistado não quis fazê-los, mas consegui obter ao menos um desenho feito por uma filha já adulta (desenho atual do lote); o quarto assentado alegou não saber desenhar, mas seus filhos aceitaram o desafio e acabaram não seguindo o proposto (nesse caso, um dos filhos fez com precisão o desenho atual do lote de produção e uma das filhas tentou fazer o desenho atual do lote de moradia); já o quinto

---

<sup>39</sup> Solicitar tais desenhos foi uma técnica inspirada no trabalho de Fiamengue (1997), que coletou desenhos junto às crianças no assentamento para analisar a representação que elas fazem do lugar. Por isso, quando tive a oportunidade pedi para que as crianças das famílias fizessem o desenho sob orientação do assentado.

assentado fez três bons desenhos de seu lote, alterando um pouco minha orientação (no primeiro desenho do lote, ao invés dele retratar o primeiro sistema agrícola que ele impôs ao lote, retratou o estado em que pegou a terra).

Para os cardápios, por outro lado, foi mais fácil conseguir adesão. Apenas um assentado não os fez, nem pediu à sua esposa que fizesse (o segundo entrevistado). Das outras quatro casas, em uma delas o próprio assentado fez os registros (o quinto entrevistado); noutras, duas foram feitas por filhas do titular do lote (no terceiro e quarto entrevistados) e, em uma, os cardápios foram registrados pelas crianças (na mesma casa que os desenhos foram feitos por elas, no primeiro entrevistado)<sup>40</sup>. O registro do cardápio da família por uma semana teve inspiração nos trabalhos de Cândido (1979) e Brandão (1981), que buscaram caracterizar os alimentos e comidas dos respectivos grupos estudados. Também se intencionou aqui perceber, de uma maneira geral, quais alimentos advêm do próprio lote (que, portanto, imprimem certa construção ao espaço agrícola) e quais são comprados fora. Refeições e modos de preparo típicos também foram objetos de análise. Nesse sentido, cabe salientar a grande importância dessas estratégias para a pesquisa etnográfica no presente estudo, no sentido de aprofundar a análise sobre o autoconsumo. Com os desenhos, cardápios e o inventário do lote pôde ser observado o que há plantado e o que isso equivale em termos da alimentação da família.

Com os desenhos, a idéia inicial era permitir aos assentados uma representação do lote agrícola que comparasse o momento inicial e o atual e, juntamente com o inventário, tentar enxergar a diversificação existente nos lugares de onde saem os alimentos para o autoconsumo. Assim, os próprios assentados poderiam ver as mudanças ocorridas com o tempo, as coisas que foram deixadas de lado, os novos sistemas agrícolas que adotaram e a

---

<sup>40</sup> Os cardápios registrados pelas crianças conheceram uma melhor delimitação daquilo que é proveniente do próprio lote, por exemplo: especificaram o frango caipira do sítio, as verduras e legumes colhidos na horta, as frutas (para sucos) colhidas no sítio, bem como informaram em alguns casos os temperos usados na preparação do prato, coisa que nenhum dos outros informantes fez. Bem como, os desenhos feitos pelas crianças são os mais ilustrativos. Ironicamente nenhum cardápio foi registrado pela cônjuge do titular do lote.

diversificação presente em pequenos espaços. Atendendo a sugestão do professor de Metodologia de Pesquisa para a Agroecologia (prof. José Maria Gusman Ferraz), pedi também aos assentados para fazerem desenhos com o que eles gostariam de ter no lote. Isso pensado como ferramenta de planejamento para eles, para que eles pensassem e colocassem no papel aquilo que desejam fazer no futuro, pensando-se no presente. Algumas publicações em Metodologia Participativa voltadas à Agroecologia também valorizam os desenhos das propriedades como forma de planejamento.

Participando de um projeto de extensão<sup>41</sup> no assentamento Monte Alegre, estive presente em um dia de treinamento de agricultores em campo junto com o pesquisador Afonso Peche Filho. Uma das propostas feita pelo pesquisador aos assentados era de ir até uma parte alta de seus lotes para observar e elaborar desenhos distinguindo os diferentes sistemas agrícolas existentes, identificando problemas como erosões, possíveis causas de assoreamento etc. Dentro do mesmo projeto, participei de um dia de campo com o prof. Miguel Altieri no assentamento Vinte e Um de Dezembro (Descalvado/SP). Enquanto visitávamos um lote, o professor Altieri andava pelo milharal vendo e explicando os problemas (os indicadores do agroecossistema) às pessoas presentes. Depois, fui conversar com o assentado beneficiário daquele lote e ele acabou me mostrando os desenhos que tinha feito quando pegou o lote, que retratavam o que ele queria fazer ali. O assentado tinha a idéia de fazer um SAF (Sistema Agro-Florestal) em seu lote e os desenhos estavam muito bons. Chamei o Altieri para que os visse e ele elogiou muito o assentado, dizendo que ele estava desenhando um sistema agro-florestal e esperava que o assentado tivesse realmente condições de implantá-lo. Assim, me convenci de que pedir os desenhos aos assentados da minha pesquisa seria interessante.

Outra inspiração para o uso dessa técnica veio da pesquisa coordenada por Garcia Jr. et al. (2003), na qual foram elaborados mapas/croquis de forma participativa: os pesquisadores trouxeram mapas de grandes dimensões já com a delimitação dos lotes e coube aos assentados localizar e desenhar seus lotes

---

<sup>41</sup> Trata-se do projeto Da Microbacia ao Agricultor Familiar: uma releitura do agroecossistema, 2006-2008, coordenado pelo prof. Manoel Baltasar Baptista da Costa e financiado pelo CNPq.

individuais. Assim, cada um deles inseriu no mapa as informações dos lugares onde moram, sobre os cultivos, estruturas, recursos naturais existentes etc., trazendo assim informações locais aos mapas. Nesse caso, a falta do inventário do lote fez com que os assentados priorizassem retratar os cultivos mais importantes para a comercialização e as criações, embora mesmo assim se tenha identificado grande diversificação.

Ao receber os primeiros desenhos do lote de um assentado, me dei conta que aquilo extrapolava a idéia inicial de desenho propriamente dito. O quinto assentado entrevistado foi o primeiro a me devolver os materiais solicitados (desenhos e cardápios) e, para minha surpresa, tratava-se de um material extremamente útil como forma não apenas de representar o lugar, mas de mapear o trabalho que ele tem ali desde que chegou ao lote, revelando a dinâmica territorial. Assim, por sugestão de minha orientadora fui convidado a fazer leituras sobre cartografia e o poder de mapear, uma área para mim desconhecida.

Para Crampton e Krygier (2008), a cartografia é um campo científico dominado pela elite e de alto interesse governamental, sendo que a elaboração de mapas raramente serviu como instrumento científico neutro. Quem possui um mapa pode fazer afirmações poderosas, “assertivas de poder e de conhecimento”, que orientam principalmente ações militares, políticas e econômicas. Por outro lado, a Cartografia pode ser considerada um campo de conhecimento interdisciplinar, na medida que muitos outros podem fazer uso de algum tipo de cartografia em suas disciplinas. É uma área que entrou em outros limites acadêmicos para explicar fenômenos.

O mapeamento sempre foi institucionalizado, primeiramente usado como ferramenta do Estado para tomadas de decisões. Porém, a partir de um maior acesso ao mapeamento e à informação geográfica (que vem ocorrendo através das tecnologias de SIG e GPS, por exemplo), também por parte de povos tradicionais, ocasiona-se um choque entre Estado e povos locais tradicionais. Enquanto esses não tinham acesso ao mapeamento de suas áreas, ficavam submetidos a demarcações de seus territórios feitas pelo Estado, que na maior parte das vezes não possui o conhecimento local e maiores compromissos

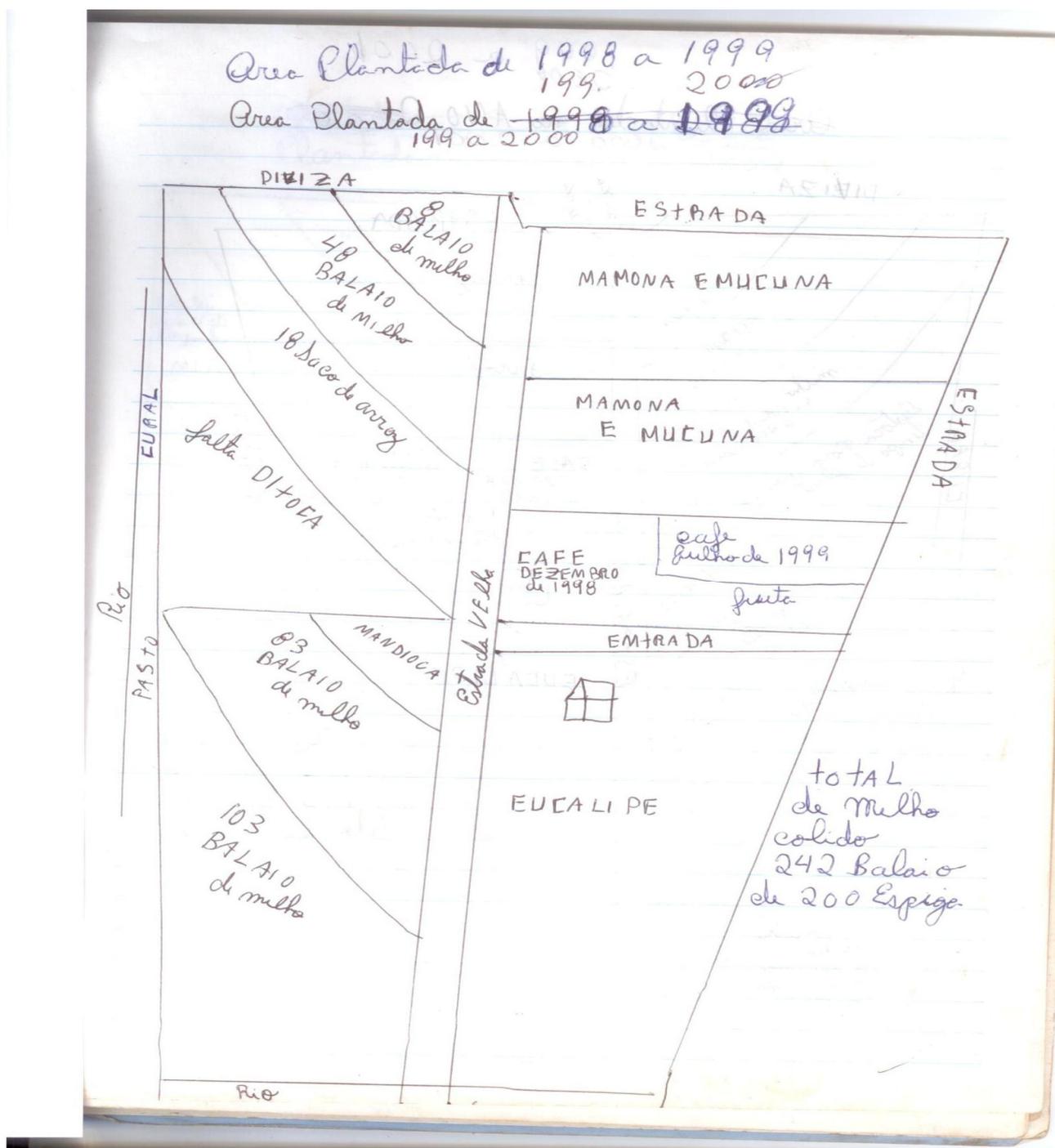
políticos com tais povos. Muitas vezes a delimitação no campo dos direitos dos povos tradicionais se baseia por mapas. Agora, eles usam mapas e informações geográficas “contra” o Estado, para conseguir demarcar localmente suas áreas e reivindicar seus direitos sobre elas.

Conforme Fox et al. (2008), pesquisadores sugerem a construção de mapas participativos, pois tal construção ajuda no processo de fortalecimento da democracia. O mapa participativo é uma ferramenta de poder para uma construção política e organizacional, resultado de um aprendizado coletivo, num determinado território. O mapeamento feito por uma comunidade a (re)insere num mapa “vazio” do Estado, no qual seus direitos possivelmente foram suprimidos, onde aparentemente não havia ninguém ocupando ali historicamente e qualquer um poderia chegar para tomar posse, ou fazer dali objeto para algum empreendimento. Com maior acesso ao mapa pode-se, por exemplo, provar a ocupação histórica de um território por determinado povo, ou as ações benéficas ambientalmente feitas por uma comunidade. Esses mapas dão conhecimentos locais aos próprios povos locais e aos de fora. Para o poder público, pode contribuir para a melhor gestão do território, pois incorpora o poder do agricultor (inclusive o de participar da gestão), quando há um mapa feito por este, demonstrando o quanto ele pode impor sua lógica própria. Então, pode ser um meio de se levar em conta os interesses dele na gestão do território que ocupa.

Os mapas feitos pelo agricultor são baseados em princípios diferentes dos sistemas de conhecimento “oficial”. Durante o trabalho de campo no período da minha coleta de informações, lembrei que havia um agricultor que eu conhecia, mas que há muito tempo não o via. Em uma visita há tempos, ele havia mostrado desenhos do lote como forma de controle da produtividade do milho. Com essa nova perspectiva dos desenhos/mapas no trabalho, fui ao lote dele para tentar rever seus desenhos. Na verdade ele havia feito poucos na época e depois não fez mais. Depois, disse que seu filho havia se formado em técnico agrícola e fez um mapa do lote com uso de equipamento de GSP. O Sr. Agrício fez questão de me mostrar todo o material, bem como autorizou a reprodução de todo ele. Foi com os desenhos e o mapa desse informante que

ficou evidente que desenhos feitos localmente, por agricultores, mostram como são diferentes as perspectivas do homem local no ambiente em relação ao produto de aplicação do SIG.

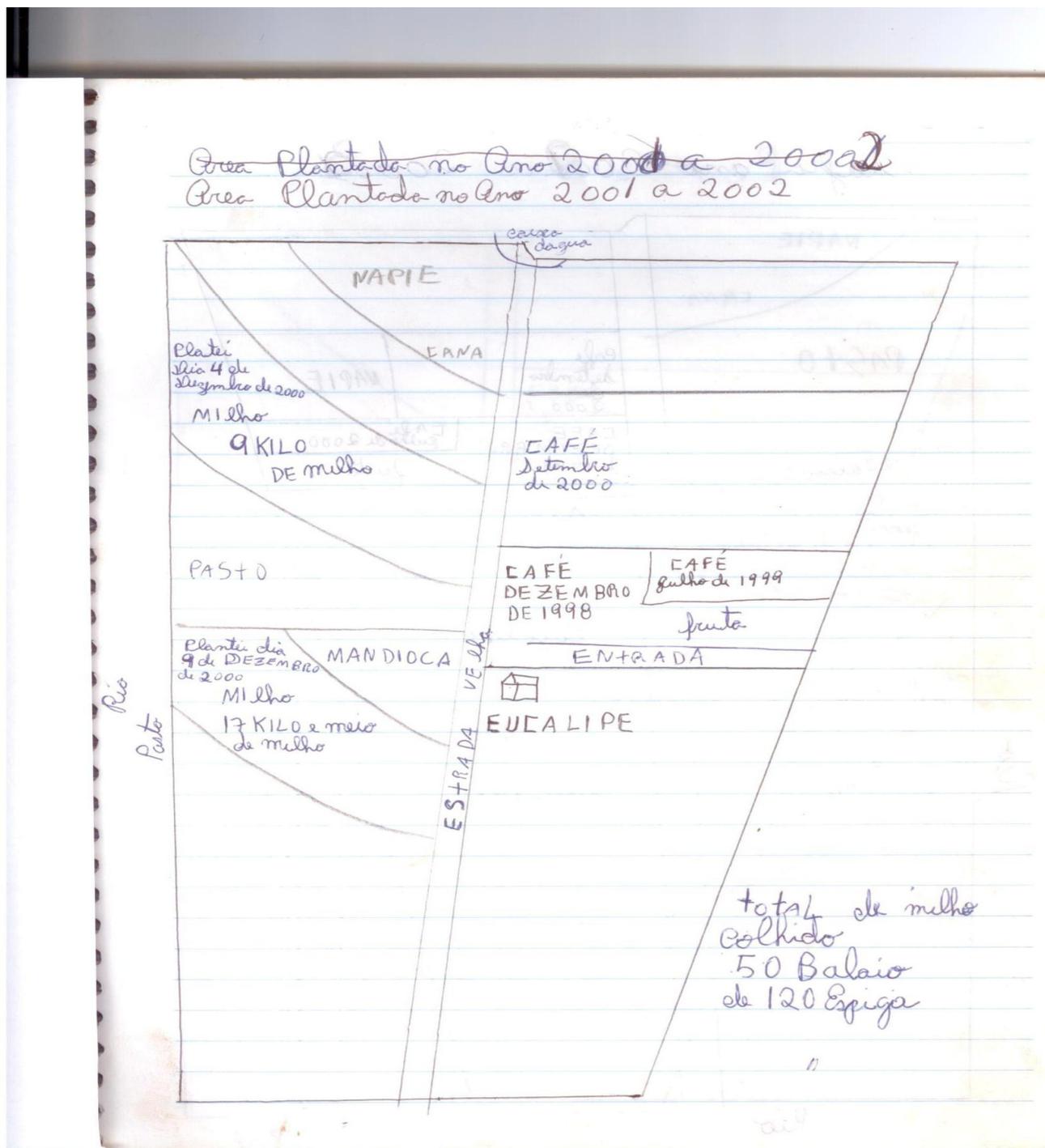
Figura 3 – Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 1999-2000.



Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

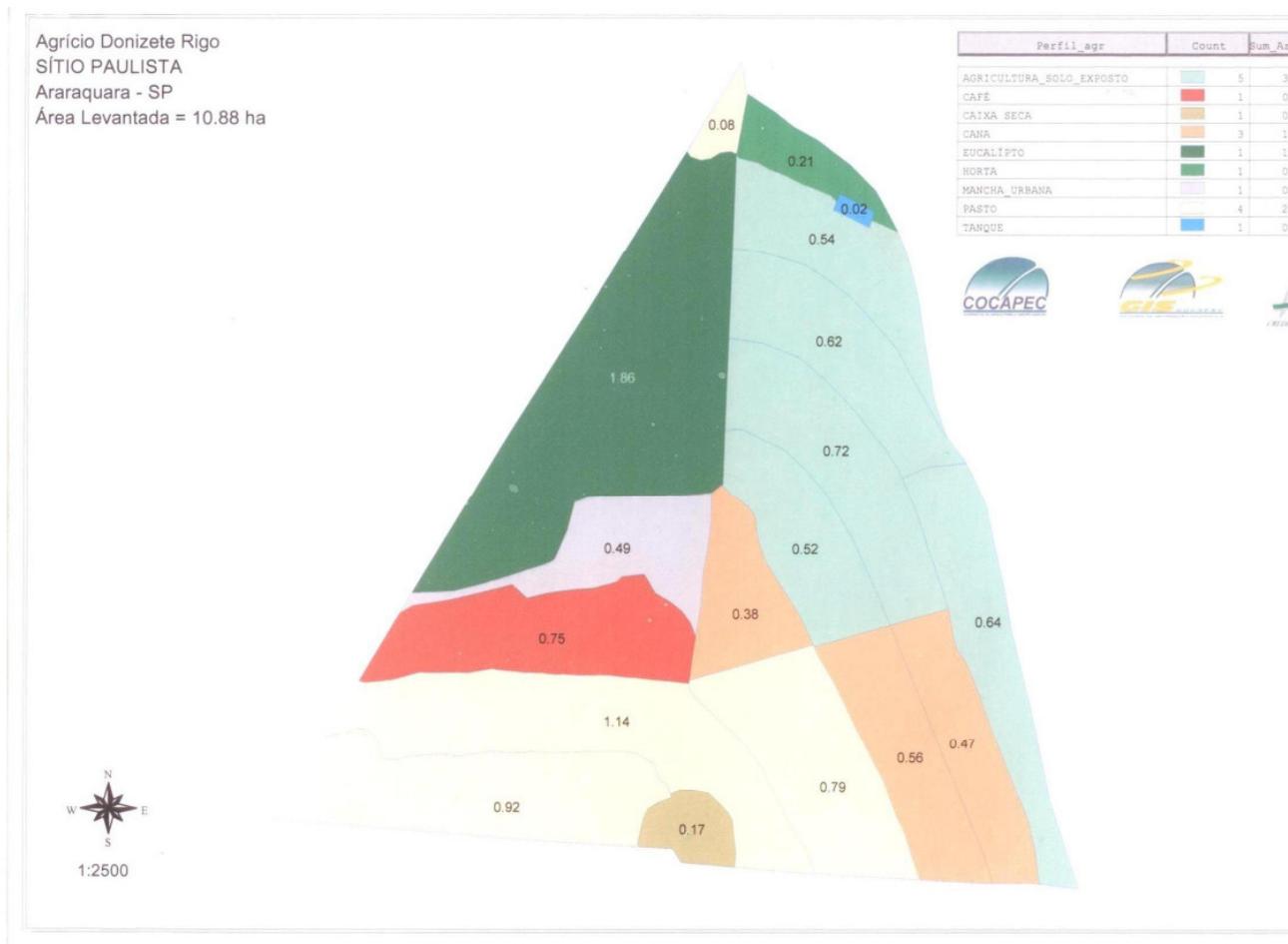


Figura 5 – Desenho do lote do Sr. Agrício ano agrícola 2001-2002.



Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

Figura 6 – Mapa do lote do Sr. Agrício.



Fonte: Mapa cedido pelo assentado.

Conforme pode-se perceber, numa comparação inicial, os desenhos do assentado estão num sentido e o mapa noutro. Talvez para o assentado tenha lógica a presença do rio, que corre para baixo. Por mais que a demarcação dos sistemas agrícolas nos desenhos e no mapa seguissem o mesmo padrão (o assentado fez os contornos do lote de forma fiel ao que revelou o mapa), ao assentado coube ainda “recheiar” os desenhos com conteúdos locais: detalhar os cultivos com maior valor comercial que ocupavam o lote e como ano a ano os sistemas podem ser substituídos/alterados; revelar espaços onde falta destacar os tocos de eucalipto e onde foram recentemente destocadas; revelar onde é cada estrutura do lote.

Considera-se ainda, na continuidade dos três desenhos, que existem espaços de cultivos permanentes como o café, as frutas e o eucalipto. Em outros, o agricultor faz rotação de culturas e tenta obter, ano a ano, um mínimo de alimentos composto por milho, arroz, feijão e mandioca. O Sr. Agrício revelou ainda o que é aquela linha que corta o lote ao meio, que o mapa também mostra mas não diz o que é: a antiga estrada, fechada para ser construída outra, um pouco mais acima, um pouco mais longe do rio.

Nos desenhos, o assentado deu grande atenção na medição da produtividade obtida (no caso, se deteve à produtividade do milho, cultivo de foco privilegiado em seu lote na época), que foi feita por balaio de milho e que demonstra algo bem diferente das balanças de alta precisão. Com isso, ele reclamava ainda que era roubado na pesagem de seus produtos, por não ter como pesar a produção no assentamento e depender dos atravessadores para escoá-la.

A partir do exposto, pode-se concluir que os desenhos feitos pelo agricultor assentado são mais completos no sentido de incluir informações que só aqueles que vivem no local podem falar, revelando a dinâmica territorial. Por outro lado, o mapa oriundo de recurso tecnológico dá um retrato frio e ahistórico do lote agrícola, mostrando inclusive um grande espaço de solo exposto sem deixar-se compreender, no entanto, a dinâmica que há ali. Aconteceu que a produtividade do milho foi decaindo e o assentado, desanimando, deixando de produzir em algumas quadras de seu lote agrícola.

A presença do milho no sistema, de forma convencional, pode ser reveladora da força de vontade do Estado, que frequentemente coloca à disposição financiamentos bancários e os projetos técnicos para quem quer plantar milho. Para esse assentado, no período retratado pelos desenhos (1999-2002), o cultivo de milho acabou sendo priorizado. Percebe-se que, no terceiro desenho, já havia pouca inspiração para continuá-lo. Ele contou que ficou endividado e impossibilitado de manter a produção, porque a produtividade do milho caiu bruscamente em seu lote.

Vale a pena reproduzir um trecho do caderno de campo feito após uma visita a esse assentado, em 14 de junho de 2002, para explicitar mais

informações locais do agricultor, como o porquê dele não querer se desfazer dos eucaliptos que compõem o espaço agrícola, a diversificação existente no lote (imperceptível aos desenhos e mapas) a partir do inventário do lote, como seu filho o acompanha nas atividades agrícolas e como é duro seu cotidiano de trabalho. Além disso, na conversa não deixou de falar da natureza e sobre como gosta dos animais.

Nós chegamos e o filho Eduardo nos recebeu, a mãe estava no tanque fazendo queijo e o pai lá embaixo pegando capim para as cabras. Ele subiu correndo para nos mostrar os três porquinhos que comprou na feira em Matão (3 por R\$50,00). Começamos a conversar sobre os eucaliptos e ele falou da sua importância no lote. Antes tinha em todo o espaço e foi usado como moeda de troca por vários assentados, que foram trocando por coisas momentâneas: “trocavam por uma máquina, poço, motor e foi acabando, mas eu não”. Ele foi deixando crescer os cinco anos que está aqui, e atravessadores vêm toda semana perguntar se não quer vender (assumiu que qualquer dia vai precisar vender alguns). Falou que os eucaliptos barram o vento e hoje estão com maior valor no mercado, além do valor de proteção para as construções no lote. (...)

Inventário do lote: salsa, cebolinha, almeirão, rúcula, 300 pés de mamão, milho, mandioca, abóbora, 2 mil entre pés e mudas de café, cavalos, cabras, vacas (e o Diamante – touro reprodutor). Está atualmente vendendo as hortaliças 3 vezes por semana para um amigo dono de supermercado na Vila Xavier. Tem muito leite na geladeira deles, que fez questão de dar 2 litros para nós e mostrar a geladeira cheia (não queria deixar de jeito nenhum eu pagar). (...)

Ele não cansa de falar que trabalha o dia todo, sem parar e que para conseguir viver da terra tem que ser assim “não pode ficar parado”. Ainda mais que são só ele e o tio (o filho Eduardo já ajuda – enquanto andávamos pelo lote ele ia marcando as casas de formigas com um toco para o pai jogar veneno depois). Sr. Agrício destocou sozinho com um ferro vários tocos de eucalipto que ficaram no seu lote e pretende vendê-los para olaria (os tocos ficam fundo e devem pesar uns 500 kg). (...)

Falou que um dia quer ter um “zoológico” de animais diversos e que tem tanto mamão nos pés, que muitos ficam lá: “alguns eu deixo lá para os passarinhos. O passarinho é gente boa, n/é?”. O esterco das cabras e vacas é o adubo dele. (...)

Combinou conosco para voltarmos lá no sábado seguinte, para almoçarmos, e pediu também para pesquisarmos algumas coisas na internet: sobre plantação química e orgânica de maracujá, mamão, chuchu e horta. Pudemos observar que ele depositou em nós uma esperança de buscar

para ele informações que possam contribuir com as atuais e as novas estratégias produtivas. (Caderno de Campo, dia 14/06/2002).

No sábado seguinte, nosso grupo de pesquisadores voltou lá para o almoço:

Dna. Adriana preparou almoço para um batalhão e tava tudo muito gostoso. Tinha arroz, feijão, creme de milho e frango frito (foi o meu primeiro prato), ainda tinha macarrão à bolonhesa, maionese e pão caseiro (meu segundo prato). Todo mundo “encheu a cara” de comida e para o final tinha pudim de leite. O feijão, o milho, algumas coisas da maionese, o pão e o pudim de leite eram coisas que são do próprio lote deles (tinha também uma pimenta dedo-de-moça muito boa). O arroz e o frango (caipira) haviam sido comprados de outros assentados. Poucas coisas foram compradas fora para a preparação desse almoço (na verdade, nós levamos refrigerantes, conforme havíamos insistido na semana anterior). Nossa atenção com a comida foi tanta que nem sei quanto tempo ficamos à mesa, com eles contando várias histórias engraçadas. (Caderno de campo, 22/06/2002).

No ano de 2009, quando foi feita nova visita a ele, seu filho já havia crescido e deixado o lote para fazer curso técnico em Franca/SP<sup>42</sup>. Também não houve informações sobre o tio que o ajudava no trabalho agrícola e a esposa fica mais na cidade de Matão/SP, pois trabalha por lá como faxineira, mora com familiares e só vem ao sítio aos finais de semana ficar com o marido (mas continua a fazer queijos com o leite proveniente do lote). Na visita ao lote para ver seus desenhos, isso é digno de registro, ficamos sabendo que agora ele está trabalhando como diarista no lote de outro assentado e seu lote está bem parado em termos de produção agrícola. Mesmo assim, em nossa visita fez questão de nos dar vários pés de rúcula e alface colhidos na hora, bem como um saquinho cheio de pimenta comari que colhemos juntos: ele falou que esta pimenta é muito ardida, mas muito especial, porque só o passarinho consegue plantá-la. Contou que todas as vezes que tentou plantá-la a partir de suas sementes, o pé não cresceu. Mas de repente aparecem uns pés da

---

<sup>42</sup> Apenas porque o filho se formou técnico agrícola que ele teve acesso ao mapa do lote.

pimenta no lote, plantados por algum passarinho “gente boa”. E ficam carregados de frutos.

### **3.5 Os Fios da Metodologia Escolhida**

O informante-chave talvez tenha sido a escolha mais cuidadosa que tive que fazer. Trata-se do Sr. Sidnei Bellintani, um assentado que conheci em idas a campo junto com o pesquisador Luís Antonio Barone, que visitávamos com certa regularidade na época (nos anos de 2001 e 2002) porque ele era uma das lideranças dentre os assentados em torno da proposta de se plantar cana em parceria com usina canavieira<sup>43</sup>. Passávamos em seu lote (bem como em outros) para saber como andava a proposta, que enfim foi regularizada pela Fundação Itesp em 2002 (Portaria 075) e revogada em 2004 (Portaria 077). Ao passo que ele foi uma das lideranças para a “conquista” da cana, foi o primeiro e único assentado até agora que rompeu o contrato antes mesmo do término (ele saiu durante a segunda safra e o contrato era de cinco safras).

Durante nossas visitas ali, sempre sobrava tempo para outros assuntos, principalmente sobre meio ambiente. Trata-se de um assentado com forte discurso ambiental, sempre preocupado com tais questões dentro e fora do assentamento, nos mostrando o que ele faz no intuito de preservar o meio ambiente ali em seu lote. Ele inclusive diz que começou a discordar da parceria da cana por questões ambientais, porque estava certo de que ia conseguir que a cana do assentamento não fosse queimada, sendo que nos contratos isso constou apenas como recomendação. Ele já participou de cursos oferecidos por instituições como a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) voltados a essa temática ambiental, assim como de audiências públicas na Câmara Municipal voltadas à discussão das queimadas e dos impactos sócio-ambientais da cana.

Em uma ida a seu lote (em 14 de setembro de 2002), ele se alegrou em nos mostrar o plantio de várias mudas de árvores de grande porte, a maioria nativa da região, plantadas na antiga estrada de acesso ao lote dele. Ocorre

---

<sup>43</sup> O sr. Bellintani afirmava ser um dos pais da proposta.

que, antes dessa data, chegava-se ao lote por uma estrada que passa pela parte de baixo (o lote tem leve declive) e que fazia divisa com uma mata ciliar. Perto dela, ao lado da mata nativa, corre um rio do qual esse assentado e outros puxam água para seus lotes. Disse que de madrugada vinham caçadores por esta estrada atrás de animais nativos que habitam a área, como o lobo-guará, onça, cachorro do mato, veado, pássaros, entre outros. Então, ele e os assentados que moram ali reivindicaram junto ao Itesp que a estrada fosse desativada, para que não passassem mais caçadores e também para proteger as cabeceiras, evitando o assoreamento do rio. Alegaram que os veículos que passavam por ali iam, aos poucos, empurrando terra para o rio. Conseguida a desativação, os assentados ganharam 2.500 mudas de árvores para plantar na área da antiga estrada e, na ocasião, esse assentado declarou que ia plantar muitas outras, reflorestar toda a área. Por fim, nos explicou que na altura de seu lote quem fez o plantio foi a família toda: ele, a esposa e os filhos. Suas netas ajudaram brincando no serviço: uma passava jogando calcário e a outra adubo ao redor das mudas recém-plantadas. Em outras idas a campo, nosso informante-chave disse que já foi caçador de passarinhos, declara-se como uma pessoa que já “devastou” muito a natureza e que agora é defensor da natureza. Outros materiais de pesquisa obtidos junto a esse assentado serão apresentados posteriormente, no capítulo de Resultados e Discussão.

Outro ponto favorável a esse assentado foi o fato de que, em sua origem, era sitiante nesta região. Declarou que tinha uma alimentação e conseqüentemente uma construção de sistema agrícola bem típica do caipira paulista. Passou por todo o processo de proletarização, saindo do sítio e indo trabalhar em diversas atividades na cidade. Voltando à terra, no assentamento procurou pela construção do espaço como antes quando sitiante, embora também tenha acabado plantando cana agroindustrial em seu lote.

Conforme Whitaker (2003, p.275), a partir de estudo de caso com um único informante pode-se “separar alguns fios”, dos múltiplos existentes, daquilo que liga o indivíduo ao ambiente e à sociedade. No caso de famílias assentadas, conforme a autora, trata-se de um grupo com subjetividade bem

específica, em razão de todo seu movimento de lutas pela terra e do momento histórico vivido. Com isso, usando a história de vida do mesmo assentado com o qual trabalhamos, a autora coloca em relevo que ele possui consciência aguda acerca da necessidade de preservação de seu *habitat* e que possui um manejo do meio ambiente para tanto.

Portanto, além do assentado ser interessante por causa de suas práticas ambientais e tradicionais, ele foi importante por demonstrar a necessidade de uma alternativa à cana. Na verdade, ele achou que seria a cana, mas depois descobriu que ela também traria muitos pontos negativos para o assentamento. Ele achava que a cana seria uma forma dos assentados adquirirem a necessária renda monetária em uma parcela do lote, mas de forma a possibilitar que a agricultura familiar continuasse em outras parcelas. Em seu lote isso estava acontecendo, só que com o resultado financeiro negativo da primeira colheita e a necessidade de investir todos os seus recursos para a continuidade do cultivo de cana, preferiu lutar para quebrar o contrato e deixar que seu sítio quebrasse por causa da cana. As práticas do processo produtivo empregadas em seu lote passaram a negar a possibilidade de coexistência de duas lógicas produtivas tão diferentes no mesmo lote agrícola, pois para ele a lógica agroindustrial/empresarial suprime a agricultura familiar com venenos.

Em seus desenhos nem quis retratar a presença da cana agroindustrial, mesmo porque passou apenas dois anos com ela. Ele deixou a parceria rompendo seu contrato, com auxílio jurídico da Feraesp. Quando a cana estava chegando quase no segundo corte, então soltou suas vacas no canavial. Dentre os motivos que o levaram a tomar essa atitude, disse que funcionários da usina estavam fazendo serviços mal feitos em seu lote, calculando errado sua produtividade, as queimadas, e os insumos químicos (inclusive aqueles despejados por avião) incomodavam sua consciência e prejudicavam outros cultivos e criações em seu lote<sup>44</sup>, haviam turmas de trabalho que contribuíram

---

<sup>44</sup> O assentado relatou que funcionários da usina fizeram tesses com um pré-emergente (insumo químico que inibe a germinação de plantas espontâneas) nos lotes do assentamento e que, após a aplicação, não era pra ninguém da família ir ao canavial, nem era pra deixar animais irem até lá. Depois de uma semana teve uma vaca no seu lote que abortou e ele disse que a vaca não chegou nem perto do canavial. Ele acredita que a contaminação se deu através do vento.

para fragmentar a sociabilidade dos assentados (porque passaram a haver disputas para o corte da cana em cada lote) e alguns assentados estavam se acomodando com a cana e deixando de praticar a agricultura familiar. Ou seja, estava gerando problemas ambientais e sociais no assentamento<sup>45</sup>.

As indicações de outros assentados que ele me deu foram no sentido de indicar assentados com esse perfil de agricultura familiar; no entanto, teria que indicar assentados que plantam cana. Dessa forma, assume-se desde já que no assentamento Monte Alegre existem outros perfis de assentados não tão identificados com práticas agrícolas de autoconsumo e de agricultor familiar, algo próprio da complexidade existente no assentamento<sup>46</sup>. Então, a formação dessa amostragem também teve intenção de captar algo sobre a convivência dessas duas lógicas produtivas nos lotes, como que uma imposição da atividade agrícola moderna para a agricultura familiar. Assim, um dos objetivos específicos desse estudo foi detectar alguns aspectos da sobrevivência do autoconsumo como estratégia de diversificação agrícola, que pode potencializar ou limitar a reprodução social do grupo a longo prazo.

O retorno ao lote nem sempre possibilitou mais conversas com membros das famílias, mas, quando possível, algumas informações puderam ser detalhadas. Por exemplo, na visita ao Sr. Terêncio foi observado o uso de uma calda feita à base de fumo. No retorno ao lote perguntei como ele fazia a calda e ele falou que usava também sementes de Santa Bárbara. Já no Sr. Antonio, que não quis elaborar os cardápios, num breve retorno ao lote pedi que relatasse qual era a comida do seu cotidiano.

Segundo Bourdieu, podemos dizer que tudo aquilo que não é quantificável tem seus custos subestimados. Isso pode ser entendido tanto em relação ao que significa a produção de autoconsumo, como pelo papel reprodutivo desempenhado pela mulher, assunto que também será melhor

---

<sup>45</sup> Além disso, a investigação dessa parceria envolvendo plantio de cana agroindustrial nos assentamentos de Araraquara tem demonstrado de várias maneiras a assimetria de informações entre os "parceiros", os assentados e os usineiros (BARONE et al., 2008, FERRANTE et al, 2009).

<sup>46</sup> Por exemplo, em Ferrante (2007a) foram identificados vários perfis como: assentados que só plantam cana, que plantam cana e outras coisas, assentados que não plantam cana e diversificam o lote, que recebem apenas aposentadorias, que trabalham fora em atividades não-agrícolas, dentre outros.

explorado a seguir. Por este motivo, fazemos a opção por uma metodologia que procura os meandros dos processos investigados, acreditando ser necessário explorar o imensurável quantitativamente.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Atividade Agrícola, Alimento e Comida: os ingredientes do viver nos assentamentos**

O alimento é considerado o recurso de subsistência humana por excelência, uma necessidade permanente e inadiável (CÂNDIDO, 1979). A produção de seu próprio alimento pode ser considerada uma das práticas culturais mais antigas empregadas pela humanidade, pelo que se entende por prática agrícola por excelência. As origens da agricultura datam de 4 mil a 10 mil anos atrás, quando surgiu em diversas regiões do mundo, em lugares onde a cultura humana já tinha passado da coleta para o cultivo, no intuito da garantia e da qualidade alimentar e nutricional (GLIESSMAN, 2005).

A agricultura se desenvolveu primeiro em seis regiões: Meso-América (principalmente a América Central); Andes (Peru, Bolívia); África Subaariana (Saara); Crescente Fértil (Oriente Médio); China; e Pacífico Sul. Essas regiões tinham em comum a alta diversidade biológica, topografia e clima variáveis, cultura humana já a ponto de cultivar a terra, além do fato de estarem todas localizadas em torno da linha do Equador, em regiões tropicais ou subtropicais (GLIESSMAN, 2005). A partir desses lugares, a prática se generalizou por todo o mundo, em ambientes os mais diversos e surgiu, conforme a especificidade cultural – atribuindo significados aos alimentos componentes dos itens de dieta e de preparação, de acordo com o tipo de refeição, bem como estabeleceu formas particulares de manejo da terra – adaptada aos ecossistemas naturais

locais (KHATOUNIAN, 2001). Para Cândido (1979, p.25), os diferentes grupos sociais procuram como ajustar a exploração do meio físico às suas necessidades de subsistência e o fazem a partir de uma organização social que faça frente à sua obtenção. Em cada momento histórico existe “uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social”.

Os primeiros sistemas agrícolas foram dedicados à garantia alimentar familiar ou coletiva, desde aqueles baseados em grandes áreas de coleta e caça com pequenos roçados cultivados, até aqueles cujos animais são domesticados e ocorre a integração à produção vegetal cercada.

De maneira geral, tais sistemas (agrícolas-alimentares) surgiram espontaneamente em ambientes que ofereciam condições ecológicas específicas, ou bem se adaptaram a novos lugares. As espécies vegetais e animais mais bem adaptadas ecologicamente foram as que abriram possibilidades para as pessoas desenvolverem seus primeiros gostos e hábitos alimentares, a partir daquilo que havia disponível regionalmente. Manipulações genéticas como o enxerto, a domesticação de animais, os sistemas de irrigação, as ferramentas para arar o solo e outras técnicas agrícolas possibilitaram que cultivos fossem desenvolvidos em locais distantes de seu centro de origem, por criarem condições ideais às plantas e animais. Portanto, são práticas agrícolas que garantiram o acesso ao alimento desejado por agricultores familiares desde tempos imemoriais e estão presentes ainda hoje neste tipo de produção. Por outro lado, a agricultura foi a primeira atividade humana que veio a alterar o meio ambiente, deixou plantas dependentes da ação antrópica e, conforme Gliessman (2005), enfraqueceu o ecossistema, pois, no processo de domesticação de plantas, surge a necessidade cada vez maior de insumos, ocorre a degradação do meio e mesmo a regressão ecológica<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> O processo de domesticação de plantas para um melhor rendimento e gosto faz com que mude a participação de carbono na planta, que concentra uma maior parte de sua biomassa em partes comestíveis e, com isso, menos energia vai para uso das características que lhes dão resistência ambiental. As plantas ficam acostumadas a condições ideais de umidade, nutrientes, temperaturas, a luz solar e dependentes de o homem lhes prover tais condições. Esse efeito não é restrito à constituição genética das plantas, mas se estende a todo ecossistema. (GLIESSMAN, 2005).

De acordo com Khatounian (2001), os sistemas agrícolas-alimentares centram-se em cultivos e criações de fácil adaptação às suas respectivas regiões que, “melhorados”, produzem o máximo de alimentos por unidade de trabalho aplicado. Outros aspectos importantes, segundo esse autor, são que os animais criados são alimentados com recursos locais da propriedade ou do meio circundante e há uma relação entre fertilidade do terreno e recursos genéticos, de forma que “se a fertilidade melhora, surgem novas opções, ou dispondo de recursos genéticos adequados ao sistema sua fertilidade melhora” (KHATOUNIAN, 2001, p. 258). Daí a grande importância da integração animal-vegetal, de forma a garantir que os sistemas se mantenham férteis, para que melhores condições de alimentação existam.

Sistemas assim, em diferentes partes do mundo, não são transponíveis, a não ser para ambientes ecológica e culturalmente semelhantes. “No entanto, é possível utilizar criativamente os recursos genéticos e elementos de manejo em outras regiões, mas que possam contribuir para estratégias de produção alimentar sustentáveis do ponto de vista nutricional, ecológico e cultural” (KHATOUNIAN, 2001, p.259), como veremos no assentamento rural.

Também segundo Khatounian (2001), há uma tendência generalizada nos diferentes lugares do mundo de buscar produzir, prioritariamente, alimentos energéticos e protéicos. A base da dieta corresponde a uma combinação de alimentos energéticos e protéicos, como um mínimo de reposição calórica frente ao despendido no próprio trabalho agrícola, o que pode ser considerado como um padrão de segurança alimentar primário. “Consideradas as necessidades nutritivas, essa seqüência é lógica e nutricionalmente correta. O mesmo se observa na composição dos sistemas de produção para consumo doméstico ao largo do planeta” (KHATOUNIAN, 2001, p.253). Essa é uma tendência natural das dietas evoluídas em vários lugares, porém com produtos diferentes.

Atualmente, existe um padrão mundial de nutrição humana “ideal”, que procura inserir mais vegetais e frutas e reduzir principalmente as proteínas de origem animal, como demonstra a pirâmide nutricional. Ainda assim, cada povo

realiza essa composição conforme os alimentos disponíveis localmente (ecológica e culturalmente), como explícito nos desenhos que se seguem.

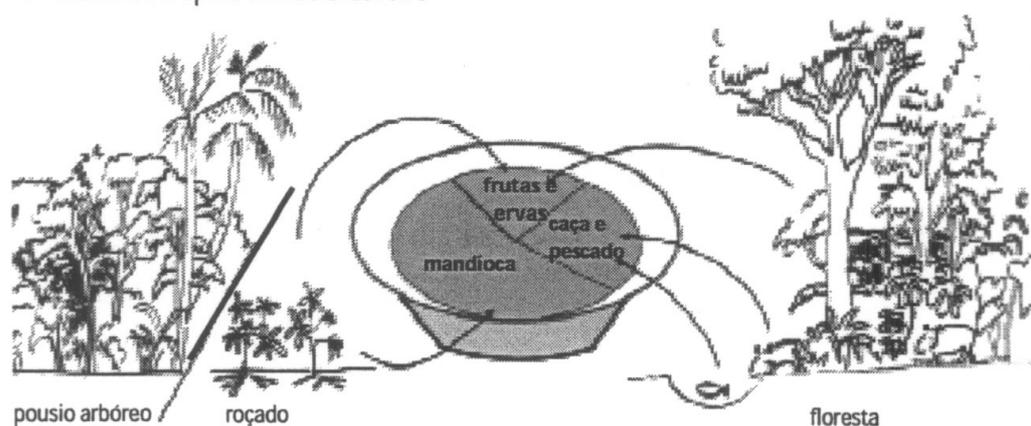
Figura 7 – Pirâmide alimentar.



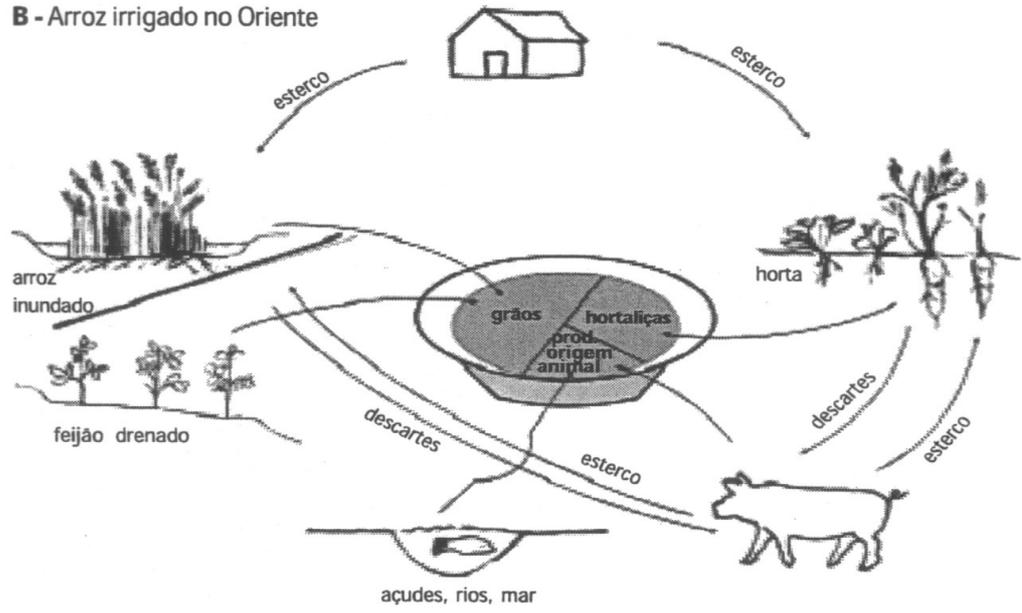
Figura 8 – Exemplos de organização de sistemas para consumo doméstico.

Exemplos de organização de sistemas para consumo doméstico

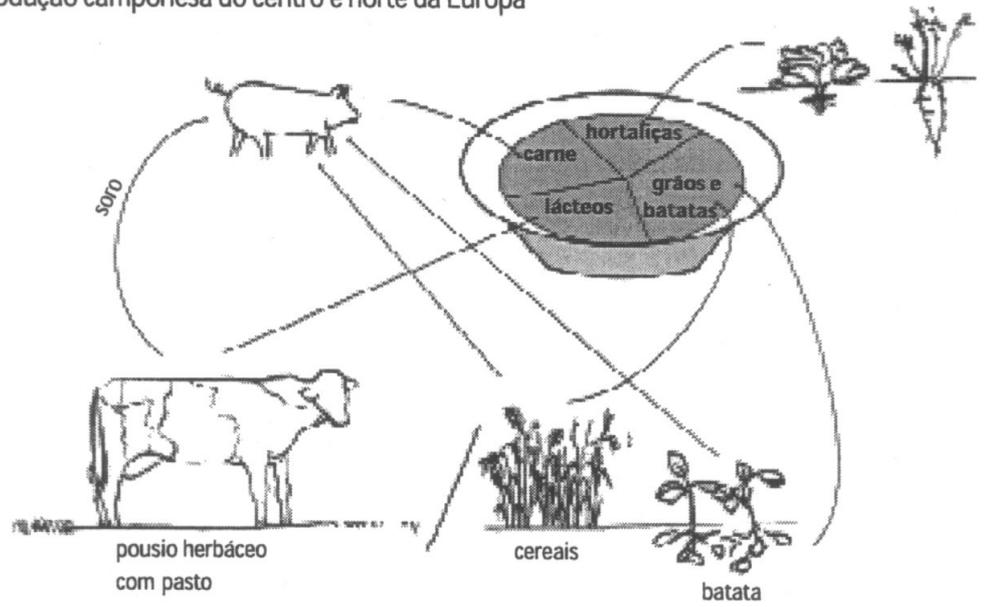
**A - Índios do trópico úmido brasileiro**



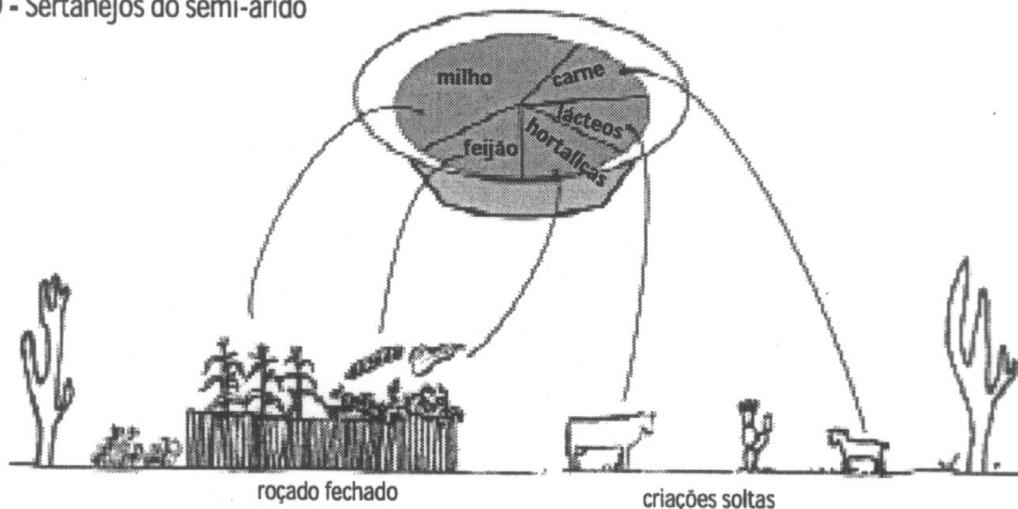
**B - Arroz irrigado no Oriente**



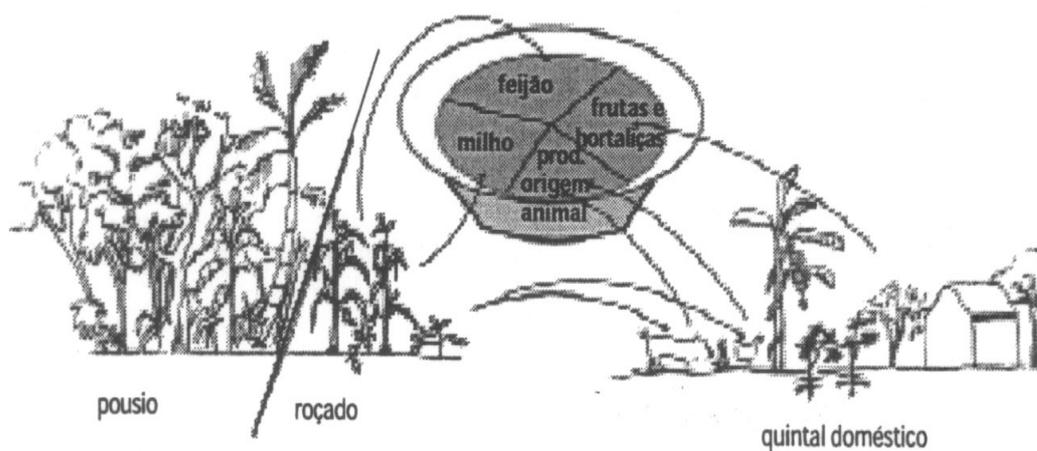
**C - Produção camponesa do centro e norte da Europa**



### D - Sertanejos do semi-árido



### E - Sertanejos do Sudeste e Sul



Fonte: Khatounian, 2001, p.255 e ss.

A prioridade da atividade agrícola que responde a essa demanda por nutrição humana reflete a tendência de primeiro garantir os alimentos energéticos, isto é, grãos e raízes (arroz, milho, trigo, mandioca, batata etc.), a base da pirâmide. Tendo esses, procura-se garantir os alimentos com alto teor de proteínas, como os feijões e demais leguminosas (soja, lentilha, grão de bico etc.), bem como criações que oferecem proteína de origem animal. Pela ordem de importância nos pratos, em terceiro lugar, ficam os alimentos que são fontes de vitaminas e sais minerais, as frutas, os legumes, as verduras, as ervas etc.

No Brasil, embora repleto de especificidades regionais, prevalece um tipo de dieta cuja base é arroz e feijão (um alimento energético e um protéico), também a mandioca e o milho como alimentos energéticos essenciais. O ideal é poder diversificar as misturas com carnes, ovos, queijo, temperos e incorporar hortaliças, frutas, doces.

No sudeste do país, o núcleo da dieta é arroz, milho e feijão. Depois vêm a carne de porco e de galinha (criações também baseadas no cultivo de milho), ovos, verduras e legumes são produzidos em hortas cercadas ou em meio aos roçados. Criação de gado mais voltada à produção de leite e derivados. Árvores frutíferas estão à volta da casa, enquanto mandioca, batatas, amendoim em outras pequenas áreas de roçados. A recuperação da fertilidade do solo nesse sistema se dava pelo descanso (pousio), mas tal prática (ou não-prática) vai se perdendo com o uso cada vez mais intensivo do solo. A ciclagem energética advinda da integração animal-vegetal entre espaços de roçado e sítio (ou quintal doméstico, como na figura anterior), a incorporação de matéria orgânica no solo ao longo de anos, rotação de culturas, dentre outras práticas agrícolas, também são fatores que ajudam a manter a fertilidade do sistema.

Os assentados pesquisados, ao chegarem a seus respectivos lotes, seguiram a tendência descrita acima como uma estratégia de diversificação e de garantirem o abastecimento familiar com alimentos dos três grupos supracitados (energéticos, protéicos e fontes de vitaminas e sais minerais), como consta na tabela a seguir. No entanto, não deixa de fazer parte dessa relação de primeiros cultivos implantados no lote, algumas estratégias voltadas à comercialização – o que não impede que produções comerciais possam ser usadas para o gasto da família e vice-versa, conforme a alternatividade dos alimentos (GARCIA JR., 1983).

Tabela 2 – Quais os primeiros cultivos no assentamento<sup>48</sup>.

Sidnei Bellintani	Verdura, mandioca, abóbora, batata-doce, arroz, feijão e milho. Aos poucos foi comprando criações (galinha e porco caipiras, um pouco de gado).
Antonio Mendonça	Mandioca, arroz, frutas, horta, galinha, porco e gado.
Geraldo Pio	Milho, arroz, feijão, mandioca, frutas, horta e começou criações de galinha e porco.
Terêncio Gomes	Manga, milho, gado leiteiro, banana, horta e abobrinha. Aos poucos, criações de galinhas, patos e peixes, arroz, feijão, mandioca e muita árvore de fruta.
Marcílio Moreira Leite	Milho, arroz, mandioca, pés de fruta, horta e começou a “comprar criação”.

Fonte: Elaboração do autor.

No caso do sr. Terêncio, os seis primeiros cultivos declarados foram estratégias de comercialização, embora de todos eles se pudesse fazer uso alimentar direto, em maior ou menor medida, conforme a ocasião. A tendência que pode ser considerada é dos assentados formarem primeiro os roçados e, aos poucos, formarem o sítio. Mesmo porque para os cultivos voltados à comercialização (os roçados) sempre houve financiamentos. Em geral, arroz, milho e mandioca como alimentos energéticos, feijão e as criações animais como alimentos protéicos, foram as principais estratégias de que fizeram uso alimentar. Aos poucos, a ocupação das famílias no assentamento vai adquirindo as características da permanência, com as árvores frutíferas já formadas e a diversificação animal mais consolidada.

Percebe-se nos desenhos a seguir, feitos pelos assentados, tal construção do espaço agrícola. Há uma distinção na construção do espaço do lote em roçados e sítio, tal como expresso em Garcia Jr. (1983). Ambos são fruto do trabalho familiar, mas cada qual recebe uma relação de afetividade em sua construção. Nesses desenhos – especialmente no primeiro – isso pode ser observado na pequena parte ao redor das casas (considerado o sítio), cujo fundo azul denota uma outra perspectiva em relação aos roçados vistos “de cima”<sup>49</sup>. As duas autoras dos desenhos (netas de 9 e 11 anos de idade do

<sup>48</sup> Em todas as tabelas tentou-se reproduzir a fala das famílias, então são mantidas a ordem e o modo tal como relatado pelo informante.

<sup>49</sup> Considera-se roçados os espaços ocupados com milho, pasto, cana, capim e soja, nas partes acima da estrada nesses dois desenhos. Na parte de baixo do desenho está o sítio,

assentado) mostram como é diferente a existência do sítio e dos roçados na composição do lote.

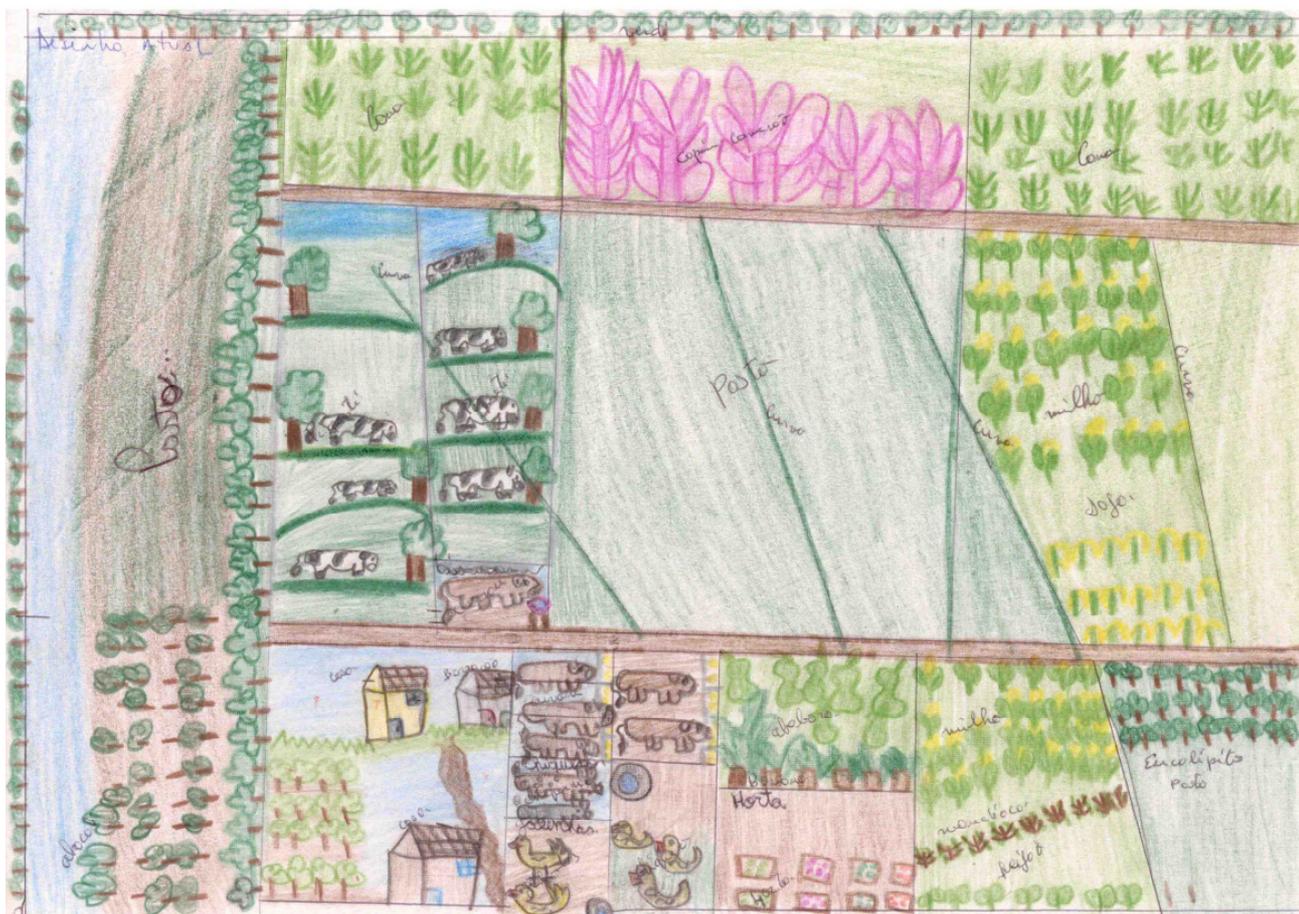
Figura 9 – Primeiro desenho do lote do Sr. Bellintani.



Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

intercalado com pequenas roças como mandioca, abóbora, feijão e horta. Também estão concentradas também as árvores frutíferas, enquanto ao redor de boa parte do lote existem árvores nativas, eucalipto e outras.

Figura 10 – Desenho atual do lote do Sr. Bellintani.



Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

Cultivos energéticos como o milho e a mandioca têm presença obrigatória. Assim como as criações e outros cultivos que garantem a ração animal, como a abóbora, o abacate, o milho, a cana e os capins e, completando a relação de alimentos protéicos, o feijão também figura em um pequeno espaço para fins exclusivamente de autoconsumo. A horta, à direita da criação de patos, e as árvores frutíferas ao lado das casas, ocupam um espaço permanente de onde saem alimentos ricos em vitaminas e sais minerais.

Os dois lugares, portanto, estão conectados não apenas no sentido da ciclagem energética das atividades agrícolas (como se discutirá mais adiante), mas porque o lote em si é o lugar sobre o qual há uma organização familiar (de

planejamento, de trabalho e de consumo) que a cada período tem uma equação de ajustamento ao meio (CÂNDIDO, 1979). Tal equação envolve elementos em torno da alimentação da família, como o número de moradores, a mão-de-obra disponível e o uso do solo. Da organização familiar no espaço do lote saem os alimentos e nutrientes que compõem sua dieta.

Assim, complementando os desenhos, segue-se o registro do cardápio de uma semana dessa mesma família, também feito pelas netas do assentado e no qual elas informaram quais alimentos são provenientes do lote. Tirando o café, o arroz, o macarrão e eventualmente alguma carne vermelha e o molho de tomate, bem como o sal e o óleo usados na preparação, os outros itens são provenientes de uma produção própria<sup>50</sup>.

Tabela 3 – Cardápios da família do Sr. Bellintani.

<b>Dia</b>	<b>Café da manhã</b>	<b>Almoço</b>	<b>Café da Tarde</b>	<b>Jantar</b>
<b>Domingo</b>		Macarronada com molho de frango caipira do sítio, feito com alho, cebola, salsinha, cebolinha e tomate colhidos da horta, carne assada, salada de alface colhido da horta, suco de maracujá colhido do sítio.		Macarronada, frango assado, carne com batata ao molho de tomate, salada de alface, suco de laranja.
<b>Segunda</b>	Pão, leite, queijo e doce de leite.	Arroz e feijão temperados com alho, cebola, salsinha e cebolinha da horta, lingüiça e ovos fritos, couve cozida, salada de almeirão e rúcula colhidas da horta, suco de limão colhido do sítio.	Pão doce, bolo de cenoura, suco de laranja.	Arroz, feijão, carne de porco do sítio e salada de tomate, bolinhos de carne moída, salada de alface.
<b>Terça</b>	Café, leite, pão, manteiga e queijo	Arroz e feijão temperados com alho, cebola, salsinha e cebolinha da horta, mandioca frita, abobrinha refogada,	Café, leite, pão caseiro, frutas (banana e mamão).	Arroz, feijão, purê de batata, quiabo, salada de almeirão,

<sup>50</sup> Tais registros também foram feitos pelas netas do assentado, sob orientação dele e de sua esposa, pois elas moram no sítio e fazem as refeições sempre junto a eles. Também declararam que usam pouco óleo de soja, pois preferem banha de porco para cozinhar.

		purê de batata, salada de alface, suco de maracujá.		lingüiça de porco caseira, suco de limão.
<b>Quarta</b>	Café, leite, pão, queijo e goiabada.	Arroz, feijão, berinjela refogada, couve cozida, salada de alface com tomate, suco de limão.	Pão doce, bolo de cenoura, leite e café.	Arroz, feijão, carne com batata, salada de almeirão.
<b>Quinta</b>	Café, leite, broa de fubá, bolacha caseira.	Arroz, feijão, bisteca de porco e torresmo, salada de rúcula, suco de laranja.	Café, queijo com goiabada e pão.	Arroz com cenoura, lingüiça frita, batata frita, salada de alface.
<b>Sexta</b>	Café, leite, pão caseiro, queijo, goiabada.	Polenta com frango caipira ao molho de tomate, arroz com cenoura, salada de chuchu e alface.	Suco de laranja, bolo de fubá, pão doce, bolacha caseira.	Arroz, feijão, mandioca frita, batata frita, espinafre cozido, salada de alface.
<b>Sábado</b>	Café, leite, pão, manteiga e queijo, doce de abóbora, doce de mamão ralado.	Arroz e feijão temperados com alho, cebola, salsinha e cebolinha e sal, lingüiça de porco feita em casa e ovos caipira.	Banana, bolo de fubá, banana frita, café, pão, leite, doce de leite.	Arroz, feijão, mandioca, bolinho de carne, milho cozido e salada de tomate.

A fim de comparação das dietas, segundo a família do sr. Terêncio a maioria dos alimentos que compõem a dieta cotidiana é também proveniente do lote. Os registros a seguir foram feitos pela filha do assentado Silvani, que é agente de saúde no assentamento. Ela observou que esse tipo de cardápio predomina para a família em todas as semanas durante o ano. Inseriu ainda em seus registros duas receitas de misturas feitas no domingo pela família (que estão reproduzidas da forma como recebidas, em nota de rodapé).

Tabela 4 – Cardápios da família do Sr. Terêncio.

<b>Dia/Família</b>	<b>Café da manhã</b>	<b>Almoço</b>	<b>Jantar</b>
<b>Domingo</b>	Café, leite, bolo de chocolate,	Chuchu refogado, inhame cozido, arroz, feijão,	Arroz, feijão, frango, salada de alface, tomate,

<sup>51</sup> Frango caipira cozido: 1 kg. de frango cortado nas juntas, 3 colheres (sopa) de óleo, 1 colher de coloral (urucum), 2 copos de água quente, sal e salsinha a gosto. Tempere o frango com o sal e doure-o aos poucos no óleo aquecido. Devolva todos os pedaços à panela e polvilhe com o coloral. Adicione água quente aos poucos e cozinhe em fogo baixo até a carne ficar macia e o caldo ficar grosso. Acrescente a salsinha picada e sirva. Se desejar fazer com quiabo, corte

	bolacha, chá.	macarrão, frango <sup>51</sup> , salada de pepino, tomate e alface, suco de limão.	rúcula e cenoura, picadinho de quiabo <sup>52</sup> .
<b>Segunda</b>	Leite, bolacha, pão caseiro com manteiga, café, chá.	Milho verde frito, tomate cereja, arroz, feijão, salada de alface, rúcula e repolho cru, vagem cozida, suco de laranja.	Arroz, feijão, salada de alface e tomate, couve-flor e abobrinha refogadas.
<b>Terça</b>	Pão caseiro, manteiga, café, leite, chá, banana, bolacha.	Arroz, feijão, salada de beterraba, abobrinha, cenoura cozida com ovo, couve manteiga refogada, suco de uvaia.	Arroz, feijão, salada de couve manteiga crua, salada de alface, tomate e cebola, suco de laranja.
<b>Quarta</b>	Café, leite, bolacha, manteiga, chá.	Arroz, feijão, salada de rúcula, alface e tomate cereja, berinjela recheada com carne moída, mandioca frita, suco de tangerina.	Arroz, feijão, chuchu, salada de alface “repolhuda”, tomate e cebola, carne cozida com batata.
<b>Quinta</b>	Café, bolacha de água e sal, chá, bolo de fubá.	Arroz, feijão, abobrinha frita em rodela, salada de alface e tomate, salada de berinjela curtida, cenoura cozida com batata, suco de maracujá.	Arroz, feijão, batata cozida temperada com urucum e salsinha, chuchu cozido e salada de alface e tomate.
<b>Sexta</b>	Bolo de chocolate, café, leite com chocolate, chá.	Arroz, feijão, berinjela frita com ovo, abobrinha refogada, salada de tomate cereja e rúcula, guaraná.	Arroz, feijão, salada de alface, lingüiça com brócolis.
<b>Sábado</b>	Café, leite, queijo, pão caseiro, bolacha, chá.	Arroz, feijão, batata cozida com salsinha e cebolinha, salada de tomate e alface, lingüiça, bife, suco de acerola com laranja.	Arroz, feijão, vaca atolada, salada de alface, repolho e tomate.

Sobre as receitas, foi interessante observar o gosto das famílias, expresso no uso da banha de porco na culinária da primeira família e do coloral (urucum) na receita de frango caipira da segunda. Todas as famílias

---

as pontas de 15 quiabos e seque-os com um pano limpo. Corte em rodela médias e junte ao frango quando ele já estiver macio. Cozinhe por cinco minutos.

<sup>52</sup> Picadinho de quiabo: 1 colher (sopa) de óleo, 500 gr. de carne moída, 3 dentes de alho picados, 1 cebola grande picada, 3 tomates sem pele e sementes picados em cubos, 2 xícaras de quiabo fatiado, sal e pimenta a gosto. Aqueça o óleo em uma panela e refogue a carne moída até secar toda a água. Adicione o alho e a cebola e refogue mais 5 minutos. Junte o tomate, o quiabo, o sal, a pimenta e tampe. Cozinhe por mais 15 minutos em fogo baixo, pingando água quando necessário, ou até o quiabo amaciar.

entrevistadas declararam ter urucum plantado no lote e que preparam o coloral (condimento à base de urucum, muito usado no preparo de vários pratos salgados, apreciado por dar uma coloração avermelhada à comida). Pôde-se perceber, no entanto, que cada família tem uma maneira de fazê-lo. Segundo o Valdir, um dos filhos do sr. Terêncio, ele frita urucum em óleo bem quente, usando um tacho grande, até que comece a ouvir ele “estralar”. Retira do fogo e vai jogando tudo no pilão, juntamente com fubá (bem fininho) para ser pilado. Depois que adquirir cor bem avermelhada, ele peneira. Assim, quando usado na receita de frango caipira, esse coloral ajuda a deixar o caldo mais encorpado, o que é do gosto da família. Em outros lotes foi declarado o preparo do coloral de outras maneiras, como apenas peneirando ou misturando com fubá e/ou farinha de trigo (sem fritar o urucum antes).

O registro de cardápios durante uma semana dessas duas famílias propiciou captar a diferença da comida do cotidiano e a comida do fim de semana, especialmente para a primeira família, na qual todo o cardápio é diferente aos domingos, sem café da manhã e da tarde. Na segunda casa, aos domingos são preparadas receitas especiais, com ingredientes especiais.

A seguir, segue um registro feito pelo titular do lote, cuja dieta não foi declarada com a mesma fartura das famílias anteriores, porém segue a mesma tendência de produzir no lote boa parte de sua comida.

Tabela 5 – Cardápios da família do Sr. Marcílio.

<b>Dia/Família</b>	<b>Café da manhã</b>	<b>Almoço</b>	<b>Jantar</b>
<b>Domingo</b>		Arroz, feijão, ovo batido.	Arroz, feijão, macarrão, frango frito.
<b>Segunda</b>	Canjica de milho com leite.	Arroz, feijão, berinjela com ovos.	Arroz, feijão, salada de verdura.
<b>Terça</b>	Canjica de milho com leite.	Arroz, feijão, carne de porco com batata.	Arroz, macarrão, salada de almeirão.
<b>Quarta</b>		Arroz, feijão, carne de frango.	Arroz, feijão, legumes.
<b>Quinta</b>		Arroz, feijão, salada de legumes.	Arroz, feijão, macarrão.
<b>Sexta</b>	Bolo.	Arroz, feijão, banana frita.	Arroz, feijão, frango.
<b>Sábado</b>	Bolo.	Arroz, feijão, salada.	Arroz, feijão, ovo frito.

Constata-se que o homem fez um tipo de registro muito mais simples, enquanto os cardápios registrados pelas netas do assentado (no primeiro

cardápio) e pela filha (no segundo) deram a conhecer a maior diversificação existente na alimentação. Além de relacionar os alimentos que foram consumidos, elas registraram outros aspectos como o modo de preparação da comida, se os alimentos provêm do sítio, sobre o suco que acompanha a refeição e a variedade de alface que foi consumida.

O último cardápio que nos foi fornecido foi registrado pela filha do titular do lote, outra agente de saúde do assentamento Monte Alegre. Por mais que seus registros tenham sido mais modestos que os das outras, ela também superou o homem quanto à descrição dos modos de preparação de alguns pratos, bem como diferenciou o requeijão cremoso (comprado em supermercado) do requeijão caseiro que algumas famílias assentadas fazem.

Tabela 6 – Cardápios da família do Sr. Geraldo.

<b>Dia/Família</b>	<b>Café da manhã</b>	<b>Almoço</b>	<b>Café da tarde</b>	<b>Jantar</b>
<b>Domingo</b>	Café com leite, pão.	Arroz temperado, macarronada, frango frito, salada de alface.	Torrada com requeijão cremoso, café.	Arroz, feijão, frango frito.
<b>Segunda</b>	Biscoito, café preto.	Arroz, feijão, refogado de chuchu com repolho, carne.	Café com leite, queijo.	Arroz, feijão, carne, refogado de couve.
<b>Terça</b>	Café preto, bolo.	Arroz, feijão, carne, salada de repolho.	Café, bolinho de chuva.	Arroz, feijão, peixe frito, salada de tomate.
<b>Quarta</b>	Pão com margarina, café preto.	Arroz, feijão, carne de frango, macarrão.	Café preto, bolo comum de trigo.	Arroz, feijão, carne, salada de alface.
<b>Quinta</b>	Café preto, pão, queijo.	Arroz, feijão, ovo frito, jiló refogado.	Café, leite com farinha de milho.	Arroz, feijão, polenta com carne seca.
<b>Sexta</b>	Café preto, biscoito.	Arroz, sopa de macarrão com carne e legumes.	Arroz doce.	Arroz, feijão, berinjela frita (empanada), carne.
<b>Sábado</b>	Café preto, pão com queijo.	Arroz, feijão, lingüiça, salada de almeirão.	Leite com farinha de milho.	Arroz, feijão, peixe frito, salada de repolho.

Os registros dessa assentada não deixam de revelar coisas que os outros também revelam no sentido de um cardápio típico, que pressupõe a existência de um sistema agrícola capaz de lhes fornecer alguns ou muitos desses alimentos, respeitando o balanço entre os grupos de alimentos. Os

representantes do Itesp, em entrevista concedida em 08 de abril de 2009, declararam que no assentamento Monte Alegre ocorre a produção de alimentos energéticos (mais a mandioca), protéicos (expresso nas criações de porco e de galinha e subprodutos derivados) e frutas e hortaliças, como alimentos fonte de vitaminas e sais minerais.

Henrique – (...) Vocês acham que as famílias assentadas plantam bastante do que elas comem? Ou nem todas? A maioria... a minoria... eles têm uma produção própria aqui n/é?  
[Pausa longa]

Mauro<sup>53</sup> – É... por exemplo, arroz, feijão?

H – É, o que é que elas produzem para o consumo próprio da família?

M – Acho que mais as proteínas, as carnes, n/é, isso eu acho que eles têm ali no sítio<sup>54</sup>, galinha, um porquinho e tal, eu acho que aí eles devem comprar muito pouco fora, “tá”. É... mandioca ali eu acho que eles plantam, tem hortaliças, tal... eu sei assim, algumas famílias também plantam o seu arroz, mas não todas, n/é.

(...)

M – (...) É difícil dizer uma propriedade que o cara não tenha um pé de frutas, n/é.

(Entrevista com representantes da Fundação Itesp em 08/04/2009).

Conforme mostram os materiais até aqui apresentados, existe um prato de comida no qual podemos nos referenciar para falar sobre os hábitos alimentares em cada região do Brasil. A partir da “leitura” do prato de comida de famílias agricultoras, podemos explicar como é a organização do espaço em sistemas agrícolas para a obtenção dos alimentos que formam o prato de comida. Ou seja, percebemos aspectos culturais da relação do grupo com o meio. Essa leitura demonstra como o grupo percebe e faz uso da natureza, “pois os animais e plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece, seleciona e define” (CÂNDIDO, 1979, p.28).

Por outro lado, por “comida” entende-se o alimento (natureza) transformado pela cultura, através da prática culinária (DA MATTA, 1987). Isto

<sup>53</sup> Responsável Técnico de Campo do escritório regional norte da Fundação Itesp, com sede em Araraquara.

<sup>54</sup> Como veremos posteriormente, esse lugar do lote denominado “sítio”, pelo representante do Itesp, é o local onde trabalham mais as mulheres, cuidando de pequenas criações e hortas.

é, o prato típico também é um componente cultural de um país, região ou localidade. Dentre cada família e/ou comunidade são desenvolvidas idéias distintas do que seja a boa alimentação. Considera-se, daí, que o ato alimentar é um dos componentes da sociabilidade de um grupo de pessoas, que tem em comum o que e com quem se come, quando, como e onde se come (MENASCHE et al., 2008).

A partir das práticas agrícolas e culinárias, e do próprio ato alimentar de cada família, há entre elas uma identidade social (no qual elas se reconhecem e são reconhecidas) como um grupo que tem essas práticas, crenças, normas de conduta social. Tanto a agricultura como a culinária de um grupo social revelam sua identidade, podendo ser entendidas como parte de seu universo cultural. Segundo autores como Woortmann e Woortmann (1997) e Menasche et al. (2008), “a comida fala”, isto é, a comida servida entre os seus familiares, compadres e amigos fala da proximidade social e afetiva que há entre eles. Fala também dos períodos de fome que todos estão sujeitos a passar, quando os alimentos são raros e caros, reforçando assim a importância dos laços de sociabilidade e da partilha dos alimentos. A comida “fala do corpo, da família, do trabalho, de relações sociais, de visão de mundo” (MENASCHE et al., 2008, p.3).

#### **4.2 Memória e *Habitus* na Construção do Lugar no Assentamento Rural**

Segundo Norder (1998), em função das práticas alimentares de famílias que vivem no meio rural, não existe distinção do espaço agrícola usado como meio produtivo comercial e do espaço de subsistência/moradia. É um espaço onde a família que vive ali pode produzir tudo para sua alimentação. Para esse autor, um módulo de terra mínimo de 4,77 hectares seria suficiente para alimentar uma família de 5 pessoas, onde se planta um pouco de tudo, uma pessoa trabalha permanentemente (o pai da família) e outras ajudam (mulher, filhos, parentes). Como vimos nos desenhos de Khatounian (2001), em cada região brasileira há um desenho agrícola típico feito pelas famílias agricultoras para se conseguir alimentos e comidas que lhes são próprios e, dependendo da região, esse espaço pode ser maior ou menor.

No meio rural brasileiro, existem categorias sociais que vêm de uma tradição de saber fazer os itens necessários à sua existência (principalmente os alimentos), através do trabalho e de estar fixado à terra, numa composição que garante a transmissão do conhecimento em esfera familiar e cujo significado da terra é imaterial (onde nasceu e viveu seu avô, terra que sustentou toda a sucessão familiar e continuará sendo o local onde o saber é retransmitido). Mas existem outros grupos que migram e vivem experiências em diferentes realidades regionais brasileiras, que têm seus filhos cada um em uma cidade.

Para Gazolla e Schneider (2007, p.110), “de nada adianta aos agricultores familiares a posse dos meios de produção e do objeto de produção (a terra), se esses não tiverem o saber fazer que fornecesse o conhecimento necessário para desenvolver o processo de produção dos alimentos”. Por isso, pode-se dizer que o fluxo migratório esquadrinha o saber fazer. Mas será que os agricultores, incluindo aqueles que hoje são assentados, em suas trajetórias, perdem todo este saber fazer?

Ao voltarmos nossa discussão para o caso das famílias assentadas rurais – um dos casos de grande particularidade de agricultura familiar –, ganha relevância o papel da memória para a reconstrução do ambiente em função da produção de autoconsumo. Tem-se como hipótese de pesquisa que, para a operacionalização da tradição alimentar, na concretização da produção de alimentos próprios nos lotes, os assentados precisam reportar a suas lembranças de tempos anteriores à ruptura com a terra. Para Bosi (2007, p.47), a memória é um reservatório de lembranças, “reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida”. Os fatos vividos são retidos e conservados e, em novas situações, a memória leva o sujeito a agir de maneira que já deu certo segundo sua concepção. A memória do passado leva a ações no presente, guia as ações por lembranças daquilo que já deu certo ou não. Por isso é considerada constituinte do *habitus*, pois as predisposições estão armazenadas na memória e podem ser ativadas e postas em prática em realidades que as compoitem.

Para Silva (2004, p.46), ao se referir às famílias assentadas rurais, “a memória é uma reconstrução social; a memória transforma o presente na medida em que reinterpreta o passado”. Assim, com o uso da memória diversos conteúdos do passado podem ser reavivados no presente; por exemplo, a produção de seus próprios alimentos e práticas de trabalho agrícola coletivo, como mutirão e maromba. Trata-se, de um lado, de um grupo cuja luta é balizada por memórias do acesso à terra, que teimam em retornar, mais do que práticas de sobrevivência e de afirmação econômica, na forma do reforçamento identitário com o meio rural.

Apesar das singularidades, que são as ações dos sujeitos perante imposições macro envolventes, há uma memória coletiva das razões da luta pela reforma agrária. Nas histórias de vida coletadas por Silva (2004), percebem-se tais imposições como uma linha mestra, referida a um fluxo migratório por parte de ex-colonos, arrendatários ou sitiante em busca de trabalho. Essa linha mestra consiste em um trabalho na terra, seja na produção de café, algodão etc., em condição de subordinação a grandes latifundiários, mas também de alimentos de forma mais autônoma. Após intensa apropriação capitalista da agricultura, quando as categorias sociais que povoavam o meio rural foram se extinguindo e tornadas assalariadas urbanos e/ou agrícolas, a grande precarização de suas condições de trabalho e de vida, de alguma forma os despertou para a luta pela terra, pelo retorno à condição de agricultores e pelo desejo de possuir um lugar seguro para a reprodução social, no qual se pode ter livre deliberação sobre como fazer para prover a alimentação, pelo próprio esforço.

Nesse percurso para reconstruir a identidade que fizeram os assentados, o que se incorporava à memória? Pode-se afirmar que o agricultor assentado se reencontra com as memórias de seu passado como agricultor, para no assentamento obter seus próprios alimentos? E as memórias de seu passado de proletarização e de lutas sociais interferem na construção do espaço do lote agrícola? Acreditamos que o passado como agricultor não pode ser recuperado integralmente como era, porque agora, com a proletarização, as lutas sociais são marcas que eles também carregam consigo e também

porque agora vivem noutra situação, como assentados da reforma agrária. Mas isso não os faz seres sem história, completamente passíveis a diretrizes produtivas e projetos que não são de seus interesses. Os lotes agrícolas são espaços com famílias que se reconstróem com elementos do passado, presente e futuro (SILVA, 2005, p.314) e, para tanto, seu saber fazer, mesmo que residual, é levado em conta. Isso ficou claro no assentamento Monte Alegre a partir do momento em que os projetos de plantio coletivo imposto pelo Estado, nos primeiros anos de sua implementação, deram lugar à demarcação de um lote agrícola para cada família, no qual elas poderiam inserir cultivos de seus interesses.

Conforme a tabela a seguir, pode-se constatar que o assentamento na fazenda Monte Alegre melhorou substancialmente o acesso a alimentos por parte das famílias. Para 20% dos assentados, na infância reside uma memória de maior fartura de alimentos. Essa condição piorou ao longo da vida, em idade adulta antes de serem assentados. Já nos primeiros tempos de assentamento relatam um período de dificuldades, mas que aos poucos foram se estruturando e tornando o acesso ao alimento mais facilitado. Por isso, para a maioria dos assentados (60%), nos tempos presentes existem melhores condições de acesso e disponibilidade aos alimentos (fartura de alimentos).

Tabela 7 - Quando houve mais fartura de alimentos.

Quando houve mais fartura de alimentos/freqüência de resposta %	%
1. Infância	20,00
2. Adulta pré-assentamento	11,00
3. Primeiros tempos no assentamento	5,00
4. Tempos presentes	60,00
5. Não respondeu	5,00
6. Total	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Para eles, a volta à terra viabiliza retomar a memória do conhecido, por exemplo, do gosto e do cheiro da casa da mãe, retomar um tipo de produção agrícola que resulta num prato de comida que lhes dá identidade. Conforme D'Aquino (1994), o cheiro de comida da casa também está na memória; na

verdade, o olfato ativa a memória. Na reconversão do espaço do assentamento para um lugar repleto de afetividades (MARTINS, 2009), os assentados trazem as culturas e cultivos de autoconsumo, conseqüentemente um cheiro bem específico em sua casa: aquele que sai das panelas. Com essas memórias, constituintes do *habitus*, procura-se prover a casa com aquilo que é do gosto da família. Se o prato de comida desejado pressupõe um sistema agrícola específico, existem certos lugares do lote nos quais se produzirá os alimentos que depois virão a ser a comida que enche a casa de um aroma conhecido.

Whitaker et al. (1994) detectaram que a partir das memórias de cada depoente com quem trabalharam, vê-se como ocorre a construção de novos espaços sociais, ao passo que novos atores sociais (os assentados) também se constroem enquanto nova identidade<sup>55</sup>. Nesse caso (de famílias assentadas rurais), a identidade é reconstruída a partir do momento em que se volta à condição de agricultor familiar. Conforme o trecho a seguir, extraído do caderno de campo, o chefe da família expõe como era a vida em sua origem como sitiante, o tipo de trabalho e de alimentação que ele tinha antes. Com a perda da condição de agricultor fixado à terra, ocorrem certas transformações.

Ele nasceu na cidade de Matão/SP. Sua família tinha fazenda e por isso considera que eram sitiante: vários núcleos de uma mesma família, que moram numa mesma fazenda, na qual cada um tem sua casa. Depois houve briga no interior do grupo familiar, alguns venderam a terra. Então seu núcleo familiar deixou de ter propriedade da terra, passaram a meeiros e arrendatários. (...)

Ele lembra que nessas épocas sua família sobrevivia das atividades agrícolas. Plantava principalmente arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, criava porco – tudo bem diversificado – amendoim, gergelim, café, tomate, melão, melancia, pepino, algodão.

De tudo que era plantado a família fazia uso, por isso comprava pouquíssimas coisas fora: sal, açúcar e farinha de trigo. A família comia pães caseiros, farinha de mandioca (com a qual também fazia-se pão), misturava esta com fubá e fazia macarrão caseiro, polenta e ovos caipira, lingüiça de porco e outras carnes que ficavam conservadas na própria banha. A

---

<sup>55</sup> Para Branco (1999, p.31), “A identidade está relacionada ao processo de como um indivíduo, no seu desenvolvimento, seguirá sendo ele mesmo para si e para os outros, em meio a tantas mudanças; e no caso das sociedade moderna, em meio a tantas contradições”.

banha era usada também na cozinha para refogar temperos, deu exemplo de fritar cebola e alho na banha de porco, acrescentar farinha de mandioca (prato conhecido como virado). O frango consumido era aquele matado na hora, antes de ir para a panela. Fazia-se doces em geral, lembrou-se dos de goiaba e de laranja. Declarou ainda que seu avô fazia o vinho da família.

Começou a trabalhar quando tinha em torno de 7 e 8 anos de idade, em atividades agrícolas. Lembrou-se que almoçava na roça, levava uma marmita de casa. (...)

Antes de vir para o assentamento ele teve diversos outros empregos. Após o período que foi meeiro em Matão, foi para o Paraná na condição de sitiante. Lá também não deu certo e voltou para a cidade de origem. Novamente na situação de meeiro, ele declarou que criava animais de corte – gado e porco – e fazia suas vendas na cidade. Ele era conhecido como o carroceiro que vendia carnes, pois passava de porta em porta com sua carroça vendendo. Ele próprio fazia as matanças, vendia as partes nobres aos açougues e os miúdos – a bucharia, como se referiu – vendia na rua. Partes do boi vendidos na rua eram: bucho, fígado, língua, rins, rabada, coração, carne de cabeça, mocotó etc. Já do porco, ele vendia miúdos como língua, coração, bofe (pulmão), fígado, além de outras partes como rins e carne de cabeça. Junto a essa atividade ele trabalhava sazonalmente em colheitas de algodão e milho na região.

Depois, passou dificuldades em se manter nessa atividade. Procurou fazer curso de agente de segurança para trabalhar nesta área e ficou aproximadamente 7 anos como segurança na Citrosuco. Após esse período passou a fazer segurança particular em fazendas. Nessa época também fazia arrendamentos e estava nessa situação há 2 anos, quando veio para cá.

Quis vir para o assentamento por que tinha que pagar R\$ 700,00 de arrendamento por mês. Disse que, como arrendatário, trabalhava até às 23hs e tinha R\$ 3 mil em dívidas – que só conseguiu pagar após três anos aqui. Ele trabalhava mais com gado leiteiro nesses últimos arrendamentos, mas com o plano cruzado foi à falência. (Caderno de campo, 09/09/2008).

Nas épocas em que foi segurança e arrendatário, entre a origem como sitiante e a condição atual de assentado, por mais que morasse nos locais em que fazia a meia ou o arrendamento, suas atividades agrícolas se enquadravam numa tentativa de se inserir num tipo de produção comercial (primeiro voltada à produção e venda direta de carnes, depois produzindo leite, que normalmente se entrega para empresas que o industrializam e comercializam). Não havia fixação numa terra que lhe permitisse a construção

do território como na época de antes, como sitiante, mas passou a ser possível quando veio para o assentamento.

Segundo seu depoimento, o assentado mostra que a construção do lugar e da alimentação no assentamento tem por base as memórias não exatamente como no passado, mas repleta de mudanças que podem ser percebidas pela presença de produções comerciais no lote e pela incorporação de alimentos industrializados na dieta.

Declarou que nunca deixou de plantar em seu lote arroz, feijão, abóbora, mandioca, horta – com tudo, inclusive os temperos – banana, abacate, quiabo, jiló, brócolis, chuchu, pepino, berinjela e moranga. Criações de porco e de galinha também não faltam. Outras culturas que geralmente ele tem no lote são milho, manga, mexirica, mamão, limão, goiaba, jenipapo, pimenta, caxi – espécie de abóbora, boa para pratos salgados. Como as frutas são permanentes, supõe-se que sempre há disponíveis.

Sua lógica é a seguinte – quando o preço está bom, ele vende. Lembrou que produzir tantas coisas já equivale a um bom salário, mas é você quem o faz.

Quanto aos critérios utilizados para determinar aquilo que será plantado, ele disse que em primeiro lugar é o preparo do solo com matéria orgânica, ou seja, seus conhecimentos agrícolas. Em segundo, a preferência alimentar de sua família. Sua escolha pelo que plantar não depende tanto de preço e venda, pelo menos para aquilo que se planta para consumo doméstico. Como afirmado antes, esse fator pesa na hora da venda se houver excedente – se não valer a pena vender, se o preço ofertado for baixo, ele prefere reaproveitar no próprio lote. Deu exemplos do milho, da mandioca e da abóbora – se o valor da venda não compensar, fica com toda a produção e reaproveita para alimentar suas criações. Ainda disse que num sítio que se preze, sempre há plantadas essas três, pois servem para alimentação humana e animal, são facilmente vendidas a qualquer época e podem ser plantadas juntas – consorciadas.

Sua refeição cotidiana é composta de arroz, feijão, salada, legumes - essas duas quanto mais melhor – e carne – porco, galinha ou vaca. Gosta muito também de polenta – atribui isso à descendência italiana – lingüiça de porco e torresmo. Aos finais de semana não dispensa um macarrão, que é comprado em supermercado. Os doces mais consumidos são os de abóbora com canela, mamão ralado ou em calda, bolos que levam na receita chocolate, leite condensado e coco ralado. O bolo de fubá feito em casa ele gosta que seja com duas camadas, molhado com leite condensado e coberto com coco ralado. (Caderno de campo, 09/09/2008).

Nessas passagens, o assentado mostra que seu lote, “como um sítio que se preze”, não deixa de possuir certas características do sitiante, do “caipira paulista”, no sentido de imprimir certo desenho agrícola no espaço sob seu domínio e nele produzir seus alimentos e comidas típicas, como foi demonstrado nos desenhos às páginas 103 e 104 e no cardápio às páginas 105 e 106. No entanto, mesmo que o prato típico tenha continuado a ser consumido durante toda a trajetória do sujeito na condição de assalariado, a prática de produzir a maior parte dele não foi continuada. As comidas típicas não perderam sua importância para o gosto dele, mas ele não tinha mais espaço e tempo para sua produção agrícola. O lugar de ocupação permanente, o sítio, deixou de existir porque quando ele era meeiro ou arrendatário sua fixação na terra era bem mais incerta do que no assentamento. Já em seu lote consegue manter pomares, hortas, criações e, daí por diante, um lugar que garante boa parte dos alimentos que são consumidos pela família, como quando ele era sitiante.

Atualmente, o assentado tem a necessidade e a facilidade de comprar fora de seu lote muito além do que se comprava antes (sal, açúcar e farinha de trigo<sup>56</sup>). No entanto, por mais que as mudanças de hábitos alimentares impostas com a globalização tragam elementos que fomentem o debate sobre o fim das especificidades locais, em prol da homogeneização dos hábitos alimentares, deve-se ter em vista que as culturas locais reinterpretam a cultura globalizada, segundo suas particularidades e possibilidades. Isso quer dizer que hoje se vive num meio termo, não é só uma coisa nem outra, ou seja, um processo de transformação do local. Uma referência à presença das mudanças advindas da modernidade no modo de vida e no gosto desse assentado, conforme o depoimento anterior, está nas receitas doces: por mais que os doces tradicionais figurem na lista (doces de abóbora e de mamão), agora ele gosta bastante dos doces com chocolate, que é comprado em supermercado. Ademais, na nova versão do tradicional bolo de fubá, estão ingredientes como o leite condensado e o coco ralado, produtos sempre disponíveis no mercado e

---

<sup>56</sup> Conforme a tabela a seguir.

advindos de um processo produtivo industrial, que influenciam uma mudança no hábito alimentar do assentado.

Tabela 8 – Principais itens comprados em supermercados que compõem a alimentação na origem e no assentamento e o custo estimado.

<b>Família</b>	<b>O que era comprado fora</b>	<b>O que é comprado fora/custo</b>
Sidnei Bellintani	Sal, açúcar e farinha de trigo.	Sal, açúcar, óleo, macarrão, bolacha, molho de tomate, chocolate e leite condensado. R\$ 300,00 a 350,00 por mês em supermercados.
Antonio Mendonça	Óleo, sal e farinha de trigo.	Óleo, sal, açúcar, farinha de trigo e algumas coisas industrializadas como bolachas, macarrão e doces. Os gastos em supermercados não ultrapassam R\$ 300,00 mensais.
Geraldo Pio	Carne bovina, açúcar, sal e óleo.	Arroz, açúcar, carne bovina, leite, sal, café, macarrão, bolacha, doces industrializados. R\$ 350,00 mensais.
Terêncio Gomes	Óleo, sal, açúcar, farinha de trigo.	Arroz, macarrão, açúcar, óleo, sal e carne bovina (esporadicamente). Custo de R\$ 800,00 a cada 60 ou 70 dias.
Marcílio Moreira Leite	Não comprava nada fora da propriedade.	Arroz, algum legume que não tem, sal, açúcar, bolacha, macarrão. Em torno de R\$ 500,00 mensais.

Fonte: Elaboração do autor.

O que foi declarado pelos entrevistados ser comprado em supermercados são os mesmos produtos que eram comprados antes, porém agora são disponíveis também produtos industrializados feitos praticamente com os mesmos ingredientes comprados fora ao longo da trajetória (farinha de trigo, óleo, sal e açúcar, que viram macarrão, bolachas, doces). Gasta-se em média R\$ 350,00/mês com produtos alimentícios em supermercados.

Conforme a noção de tradição, expressa em Giddens (1997), não se trata de encarar uma cultura local como parte de um passado pronto e acabado, pois sua forma e estrutura liga a vida presente ao passado, ao mesmo tempo em que organiza o tempo futuro. Portanto, incorpora novos aspectos para sobreviver às mudanças contemporâneas e, no caso desse assentado, fica evidente que acontece dele voltar a viver num lugar construído de forma semelhante a sua origem, com práticas agrícolas e culinárias que poderíamos considerar tradicionais, mas agora ele está numa nova condição social. O *habitus* opera não só com elementos do passado, mas recria a

tradição com elementos do presente, de forma que o bolo de fubá dele foi recriado.

Menasche et al. (2008) enriquecem a compreensão de tal processo a partir das relações de reciprocidade (que existiam antes) e mercantis (que predominam atualmente): se um agricultor, que deixou de criar galinhas caipiras, compra ovos caipiras de um vizinho ao invés de comprá-los no supermercado, está procurando pela “alma” do produto, pelo modo como ele foi produzido, porque ele sabe decifrar o que há por trás de sua produção e acredita ser um ovo melhor. Antes, porém, ele mesmo tinha galinhas para botar ovos, mas agora é mais vantajoso comprar, enquanto ao outro que ainda produz é mais interessante receber pelos seus ovos em dinheiro. Para essas autoras, as “trocas mercantis são impregnadas pelo simbólico, pela confiança e mesmo pelo prestígio, que atualizam um modo de vida, em um mundo em transformação” (MENASCHE et al., 2008, p.10).

O fato de que o agricultor assentado vai em busca da “alma” do produto também pôde ser constatado no assentamento Monte Alegre, conforme trecho a seguir de caderno de campo feito após a visita ao Sr. Marcílio:

Chegando ao lote, dna. Sueli (esposa do sr. Marcílio) me recebeu e disse para eu esperar um pouco ele voltar do lote do vizinho, onde estava comprando leite. (...) Ele falou depois que compra leite geralmente em épocas em que há bezerros, então deixa o leite de suas vacas a eles. (...)

Apenas recentemente ele começou a comprar ovos e galinha caipira dos vizinhos, pois com a instalação da granja industrial em seu lote, no início de 2008, passou a não poder criar aves caipiras. Corre-se o risco dos frangos de granja serem contaminados por vírus das galinhas caipiras e eles não são resistentes. Seria até engraçada a comparação que o sr. Marcílio fez entre a galinha caipira e o frango agroindustrial, se não fosse tão expressiva e desalentadora. Primeiro ele comparou uma vida com “liberdade” em apartamentos x sítios. Depois, disse que todo ambiente da granja é artificial: os frangos ficam 24 horas por dia confinados num barracão coberto por uma lona azul, numa temperatura “ideal”, só se alimentando. Se eles saem para fora do barracão, não sabem andar, ficam “andando sem rumo”. Sua carne, segundo sr. Marcílio, é muito mais mole, tem coloração diferente e, ao ser cozida na pressão, até o osso se esfarela. Já a galinha caipira que tem uma vida “normal” num sítio, é elogiada por sua carne firme, por ser mais saborosa e saudável, mais escura também

(o que dá a conotação de que é mais forte). O tempo de abate da galinha caipira só chega a partir dos 7 ou 8 meses, enquanto que o do frango abatido na agroindústria é entre 45 e 50 dias. Pelo fato dele mencionar que compra ovos e galinha caipira na vizinhança (assim como o leite), vê-se que continua a preferir consumindo esta variedade mesmo tendo direito a uns 10 frangos a cada período de engorda que a empresa dá. (Caderno de campo, 24/09/2008).

Para Woortmann e Woortmann (1997), é com base no *habitus* que os grupos definem alimentos comíveis (aqueles que são aceitos socialmente) e comestíveis (aceitos pelas características biológica-nutricionais). Então se aceita ou rejeita as inovações, entram novas variedades em lugar das antigas, ou não, mistura-se tudo. Assim sendo, a produção dos alimentos e das comidas de autoconsumo dentre as famílias assentadas pesquisadas conserva um subespaço simbólico no qual a escolha pode estar mais relacionada aos gostos e preferências alimentares adquiridos historicamente pelas famílias, por mais que também seja percebida a incorporação de novos produtos, notadamente os industrializados, na alimentação cotidiana.

A homogeneização dos padrões alimentares impostos pela modernidade está atrelada à aplicação de tecnologia no modo de produzir os alimentos, que possibilita existirem alimentos sempre disponíveis, nas diferentes épocas do ano, no varejo ou nas redes alimentícias<sup>57</sup>. No entanto, conforme observado por Menasche et al. (2008), outras mudanças advindas da tecnologia são capazes de alterar normas de conduta e a partilha de alimentos para agricultores familiares, além dos hábitos alimentares. Equipamentos e utensílios, como o freezer, ocasionam o fim da distribuição de carne vermelha entre vizinhos, que passam a armazenar e comer mais esse tipo de carne cotidianamente.

Diante do exposto, podemos considerar que o prato de comida típico dos assentados traz inscrito aspectos culturais e transformações advindas da modernidade, bem como traz informações sobre práticas agrícolas e culinárias

---

<sup>57</sup> Vale reforçar que a modernização impõe não apenas novos padrões alimentares, mas comportamentais ou o que passa a ser necessário consumir. Um fator importante que impõe certo padrão homogeneizado de alimentação é que, nutricionalmente, temos em comum acordo que o cálculo diário de necessidades energéticas dos brasileiros é, em média, de 2.000 kcal, o que se consegue preferencialmente sob a orientação da pirâmide nutricional.

que foram utilizadas para a consecução da comida e também sobre o gosto e preferência de cada família. Nessa perspectiva, quando pensadas políticas públicas para a superação da fome de determinados grupos em risco alimentar e nutricional, deve-se pensar além das necessidades biológicas e nutricionais, a satisfação num plano simbólico e identitário. Assim, a manutenção das condições para a retransmissão do saber fazer do agricultor é tão importante como manter o acesso e a disponibilidade de alimentos para se garantir segurança nutricional.

### **4.3 Soberania e Segurança Alimentar: expressão da liberdade?**

Numa sociedade caracterizada por profundas desigualdades distributivas, o tema da segurança alimentar deve se atrelar ao de soberania alimentar, assim como sugere Whitaker (2008)<sup>58</sup>. Trata-se não apenas de um contraponto econômico à produção de grande escala que orbita numa cadeia multinacionalizada, mas um contraponto político que, conforme Altieri (2002), está na autonomia de decidir acerca do que será plantado e de que maneira, deliberação que se inicia na família rural que produz seu alimento e se estende a ações públicas que visem as demandas do abastecimento local.

A perspectiva de que essa segurança alimentar possa ser obtida pelo reordenamento agrário e pelo acesso à terra para famílias que almejam uma vida num assentamento rural, através das produções que elas fazem com o objetivo de autoconsumo familiar, é observada no assentamento rural Monte Alegre, na região de Araraquara, interior paulista. Tal perspectiva leva em consideração que a retomada do meio de produção fundamental do agricultor, a terra, deflagra a retomada da memória de seu *habitus* cultural cujo valor, desde aí, desencadeia o refazer das práticas de comer o alimento ‘do suor’ de seu trabalho direto. Então, vale a pena repensar o modelo de desenvolvimento rural possível à agricultura familiar a partir da confrontação e da mediação de

---

<sup>58</sup> O termo aqui se refere a uma produção local de alimentos que abastece o município, sem que este venha a depender de trazer de outros Estados ou de importar alimentos básicos. Para Whitaker (2008, p.324), “Implica independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e dos pacotes tecnológicos para agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos”.

diferentes atores e instituições da sociedade na discussão do que se entende por segurança alimentar.

A segurança alimentar vem sendo discutida como um direito fundamental à vida humana – o direito de se alimentar. Tal direito não vem sendo usufruído por milhões de pessoas que passam fome no mundo, as quais se encontram em situações de vulnerabilidade alimentar principalmente em decorrência da insuficiência de renda para acesso aos alimentos via mercado e/ou inconstância do abastecimento no mercado interno. Nesse contexto, o direito a terra é visto também como estratégia de redução de tais riscos.

Para a FAO, existem quatro atributos básicos da disponibilidade de alimentos, a saber: suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade. Quanto aos dois primeiros, referem-se ao acesso a alimentos pela população, em sua totalidade, de forma suficiente e permanente. Quanto à autonomia, acredita-se que ela possui duas esferas. Uma, é a de que um país seja capaz de suprir seu abastecimento sem depender de importações de alimentos básicos, o que é o mesmo objetivo de cada região desse país, valorizando-se para isso suas próprias características culturais, ecológicas e econômicas. Já quanto à sustentabilidade, acredita-se que a agricultura deva dispor de alimentos à população sem causar o ônus da degradação ambiental que os modelos agrícolas convencionais foram responsáveis. Para tanto, dar ênfase à agricultura familiar e ao abastecimento interno são vias principais de consecução com cuidado dos recursos naturais fundamentais à garantia da lavoura, como a manutenção da qualidade do solo e dos mananciais.

A versão latino-americana de segurança alimentar da FAO prioriza que os países desse continente sejam capazes de se auto-abastecer individualmente, além de conclamar que se facilite o acesso aos alimentos para quem tem renda insuficiente para se alimentar adequadamente por via das relações de mercado. Num país como o Brasil, que tem muita facilidade para a produção agropecuária (suficiência de alimentos), mas profundos problemas quanto à distribuição da riqueza (insuficiência de renda), o problema para que o mercado interno tenha soberania e segurança alimentar é menos a

disponibilidade dos produtos que as condições de seu acesso pelos grupos empobrecidos (MALUF et al., 1996).

A discussão em torno da segurança alimentar no Brasil se desenvolveu principalmente a partir de 1991, quando a oposição política da época (o Partido dos Trabalhadores – PT) reconheceu que o problema da fome estava vinculado a problemas estruturais da economia, isto é, do modelo de desenvolvimento agroexportador em curso. O tema começou a ganhar notoriedade no cenário político, passando a ser pensado, discutido e posto em prática também por outros segmentos da esfera política e da sociedade em geral (PESSANHA, 2002). Na arena política, o debate foi puxado pelo PT como partido de oposição (ou Governo Paralelo), que reclamava os direitos básicos das camadas mais atingidas pela miséria e pela fome.

O documento Política Nacional de Segurança Alimentar, elaborado em 1991, identificou que as situações de insegurança alimentar imbricavam insuficiência de acesso aos alimentos e irregularidade do abastecimento do mercado interno, mas tinha como pano de fundo os olhos do Estado voltados muito centralmente para o modelo agroexportador, cego para as outras questões que afligiam um contingente expressivo da população (PESSANHA, 2002). Estava-se diante de um quadro de incentivos e políticas públicas no qual tudo caminhava para a suficiência na produção de alimentos, mas para a insuficiência de acesso a eles por conta da renda dos estratos inferiores da sociedade.

O modelo agroexportador de desenvolvimento rural brasileiro vinha constituindo uma cadeia produtiva de *commodities* em detrimento mesmo do acesso ao alimento no mercado interno, já que seu escopo era de melhores oportunidades no mercado global. As conseqüências disso, além do fato do sistema agroalimentar ser monopolizado por poucas empresas, passa pela formação de um país com um contingente de 30 milhões de pessoas forçadas a deixar o meio rural – pelo padrão concentrador da terra – e, no mínimo, 32 milhões de pessoas que passavam fome, enquanto que, contraditoriamente, o PIB brasileiro contava com uma fatia de 40% advinda das atividades

agroindustriais (MALUF et al., 1996). Notadamente, o “desenvolvimento rural”<sup>59</sup> no Brasil fortaleceu exclusivamente o latifúndio e o modelo agrícola dos pacotes tecnológicos internacionalizados, relegando a um processo de desenraizamento e miséria milhões de brasileiros que habitavam o meio rural, cuja cidadania erodia-se a cada dia.

No âmbito da cadeia produtiva alimentar, esse período caracterizou-se como o auge do “quimismo” na pesquisa agrônômica (EHLERS, 1996), no financiamento de pesquisas ainda no lastro da abordagem da revolução verde. Oligopólios passaram a manter sob controle estrito a cadeia produtiva alimentar com os grandes laboratórios à frente, com suas patentes e com a mesma mentalidade hegemônica impeditiva de comprometer-se positivamente com a agricultura familiar.

Por isso, o documento petista supracitado apontava, dentre outras coisas, uma contra-proposta de desenvolvimento, com a necessidade de políticas públicas não voltadas apenas ao problema da segurança alimentar em si, mas também às questões de reforma agrária e desenvolvimento rural, nas quais a agricultura familiar tinha destaque. A reforma agrária poderia ser um meio de resolver a insegurança alimentar de muitas pessoas, com ela também a estrutura de posse de terra e questões como a exclusão social, o direito à terra, a criação de emprego no campo e, enfim, o aumento da produção de alimentos em âmbito local. Outro foco do documento estava na criação de benefícios sociais e empregos para as populações de maior risco alimentar nas cidades e nos campos, possibilitando a elas o acesso aos alimentos via doação ou aquisição monetária.

Foi apenas no governo Itamar Franco (1993-1994) que a questão ganhou espaço no âmbito político, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 1993. Neste, os principais atores que tomaram voz foram diversas agências estatais e entidades de representação civil, no intuito de coordenar ações governamentais de curto a longo prazos.

---

<sup>59</sup> O uso de aspas aqui indica a necessidade de considerarmos o desenvolvimento não apenas rural, mas como ações conjuntas e delimitadas por decisões políticas para o desenvolvimento do país como um todo (VEIGA, 2006).

Isso se refletia, justamente, em ações políticas desde assistencialistas até novos planos de desenvolvimento.

A grande contribuição do Consea foi juntar segmentos sociais que concentraram esforços em torno da Ação da Cidadania que, em 1993, fez o Mapa da Fome no Brasil, além de outras campanhas contra a fome. Buscando debater o tema de forma ampla e publicizar para a sociedade a existência dos milhões de brasileiros em situação de miséria e risco alimentar, o Consea organizou, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em parceria com diversos representantes da sociedade civil e de diferentes esferas governamentais. Foi em etapas preparatórias de conferências como essa, assim como nas de âmbito internacional e local, que as propostas brasileiras obtiveram o merecido reconhecimento de sua posição frente ao problema da fome – somando-se a isso, também, os resultados produzidos nas referidas conferências. Percebia-se, na atuação do Consea, um debate pautado pela multidimensionalidade do problema da fome, abarcando questões como “a reforma agrária e o desenvolvimento rural, políticas agrícolas e de abastecimento alimentar, desenvolvimento urbano, assistência social, saúde, educação, emprego e renda, participação popular e democratização da gestão, alimentação e nutrição” (PESSANHA, 2002, p. 266-267).

A resposta do setor agroindustrial à discussão ocasionada pelo Consea e pelos movimentos sociais em torno da questão da fome foi imediata. No mesmo ano de 1993, com a recente criação da Abag (Associação Brasileira de Agrobusiness), vem a primeira publicação na qual se declarava ser a segurança alimentar a principal responsabilidade social do setor (NORDER, 1998). Quando analisado o discurso oriundo do agente referido, o empresariado, trata-se da composição de um *campo* no sentido bourdieusiano; isto é, de luta política e ideológica das elites com os setores populares para obtenção de investimentos públicos. Argumentavam os empresários do setor agroindustrial que, para melhorar as condições de segurança alimentar da população, era necessário fomentar a modernização agrícola nos pressupostos de grande escala, com a perspectiva, assim, de aprofundar o modelo baseado nos princípios da revolução verde e na elevação da produtividade a custos

socioambientais consideráveis. Uma visão economicista, numa imposição de um princípio ordenador único do meio rural que os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e lideranças políticas de esquerda rejeitavam.

Atualmente, o tema da segurança alimentar vem sendo discutido no Brasil em âmbito interministerial, tratado como de alta prioridade das políticas públicas. Para Maluf et al. (1996), além da preocupação governamental, o tema deve ser encarado como um direito tão fundamental como a educação, a saúde e a habitação, merecendo ter uma dotação orçamentária expressiva e regular. O autor considera ainda de vital importância que as discussões avancem para as diferenciações regionais brasileiras. Por ser um país de dimensões continentais, ao se tratar o tema da segurança alimentar devem ser destacadas as especificidades de cada região, tanto em relação às cadeias produtivas de alimentos, como aos hábitos alimentares e à diversificação produtiva.

Para Almeida et al. (2006), a segurança alimentar é um objetivo a ser alcançado no âmbito local, com o envolvimento de diversos atores que compartilham valores solidários. O principal objetivo em compartilhar valores, como a garantia nutricional e a saúde das pessoas ou a sustentabilidade ambiental, é atender à demanda por alimentos de forma satisfatória e adequadamente ao que é socialmente aceito como uma refeição pelas diferentes camadas populares, com respeito ao meio ambiente.

Nos estudos sobre segurança alimentar no campo da Agroecologia, várias questões podem ser correlacionadas. Dentre as possíveis relações, existem estudos sobre modelos de agricultura de base ecológica e de valorização de conhecimentos tradicionais para materializá-los. Outros referenciam ainda os debates políticos em torno da agricultura familiar e da agricultura empresarial (indicando a primeira mais viável à adoção dos princípios agroecológicos) e da soberania alimentar como estratégia de desenvolvimento em uma região, como fator que fortalece práticas agroecológicas.

Para Caporal e Costabeber (2003), estratégias de desenvolvimento rural devem começar a investir mais expressivamente na produção de alimentos básicos conforme os costumes regionais para esses mercados, mas com uma

agricultura ecológica – compatível com a heterogeneidade dos agroecossistemas, conhecimentos locais e tecnologias menos agressivas aos ambientes naturais. Sob este ponto de vista, a agricultura familiar é mais propícia à produção diversificada de alimentos, considerando-se sua heterogeneidade tanto biológica como sócio-cultural. A maior diversificação agrícola garante uma alimentação igualmente mais diversificada e nutritiva, preserva-se mais a variedade genética, usa-se menos agrotóxicos e mais conhecimentos tradicionais.

Buscou-se avaliar, no presente capítulo, se os sistemas de produção de autoconsumo no assentamento equivalem a práticas tradicionais de obtenção de alimentos e se mantêm uma sustentabilidade agrícola, de forma a aumentar a autonomia da família em relação à sua reprodução social. E conseqüentemente, a partir disso, se as famílias assentadas conseguem manter o acesso e a disponibilidade a alimentos que caracterizam a soberania/segurança alimentar, fazendo uso de seu saber fazer.

Para tal avaliação, teve-se como referência os seguintes princípios agroecológicos de produção: menor dependência de insumos comerciais e maior uso de recursos disponíveis localmente; uso das diversas interações (ecológicas, biológicas, químicas e físicas) que ocorrem no local em benefício produtivo; intenção de beneficiar o lote globalmente e não a um produto específico; aceitação e/ou convivência com as condições ecológicas locais antes da tentativa de controle sobre o meio ambiente; preservação da diversidade biológica e cultural; uso do conhecimento tradicional (CAPORAL, COSTABEBER, 2003, p.142). Esses princípios estão ligados à concepção de que a partir da condição e da prática agrícola camponesa, é possível ao agricultor assentado certa liberdade quanto ao modo de produzir seus próprios alimentos, sem depender de comprá-los fora da propriedade, além de estarem relacionados aos atributos básicos da segurança alimentar.

#### **4.4 Autoconsumo: a face oculta da soberania alimentar**

No assentamento rural Monte Alegre, a maior parte da biomassa gerada

no lote é reutilizada nas próprias atividades agrícolas. Ela é deixada sobre o solo, utilizada em compostagens ou mesmo queimada, reutilizando-se, em alguns casos, as cinzas. Quando essa biomassa tem valor energético e/ou nutricional para criações, ela vira componente da ração animal, cujos excrementos posteriormente formarão compostagens junto com a biomassa. Como exemplo da reciclagem de nutrientes, toma-se os dados referentes ao destino da matéria orgânica somado à existência de criações no lote. As duas tabelas, a seguir, indicam que tanto a biomassa gerada, como os dejetos animais, são utilizados nas atividades agrícolas. Os relatos indicam que os benefícios são muitos, desde a nutrição das plantas (dispensando insumos externos) até a formação de camadas de húmus no solo, tornando-o mais fértil e produtivo. Outro relato freqüente é o que se refere à queima desse material, prática correlata ao hábito da queima do lixo.

Tabela 9 – Destino da matéria orgânica.

Com o resto do lixo	Queimado	Aproveitado	Enterrado
05 (11,15%)	14 (31,2%)	29 (64,7%)	02 (4,45%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

A presença de animais de criação evidencia a existência de ciclos de energia nos lotes. Ocorre, em geral, o reaproveitamento dos estercos dos animais na roça e, concomitantemente, o alimento dos animais provém em grande medida do lote, seja pela plantação de pasto, cana e capins diversos, como de milho e outros cereais, além de sobras de legumes e frutas. Os animais representam ainda uma



Foto 1 – Aproveitamento de folhas em roçado de abóbora, que tem um pouco de milho e de feijão junto, e um pouco de capim como quebra-vento.

reserva de valor em face de dispêndios maiores quando necessários. Assentados nos relataram que vendem uma vaca, por exemplo, quando surge uma emergência ou precisam fazer um investimento no lote.

Tabela 10 – Presença de criações.

Porco	Galinha	Gado	Outros	Nada
24 (53,3%)	21 (46,6%)	29 (64,4%)	12 (26,6%)	07 (15,6%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Na agricultura de autoconsumo, as práticas supracitadas são as mais comumente encontradas entre os lotes para fertilização do solo, procurando não só economizar com a compra de insumos externos, mas procurando ingerir os alimentos naturais. Outros insumos, como



Foto 2 – Curral e palha usada na roça.

pesticidas, também têm seus equivalentes caseiros, como a calda de fumo com semente de santa bárbara. Somados a outras medidas paisagísticas (como inserir quebra-vento e árvores no sistema e plantar perto da mata, como nas fotos a seguir), as estratégias acima vêm mostrando que os princípios agroecológicos de produção são utilizados nos lotes do assentamento estudado, embora isso possa estar restrito a pequenos espaços dentro dos lotes, nos quais são produzidos os alimentos próprios.



Foto 3 – Calda de fumo.



Foto 4 – Plantação perto da mata.

Conforme os relatos a seguir, de alguns dos assentados entrevistados, ocorreu uma tentativa de caracterizar como são os sistemas agrícolas voltados ao autoconsumo:

Ele aproveita todo material orgânico do lote nas atividades agrícolas. Faz montes de matéria orgânica e vai esparramando. A cana mastigada pelos porcos também é incorporada. O gado fica confinado à noite, então ele junta também o esterco, como também o das galinhas, tudo incorporado aos montes de folhas, galhos, palhas etc.

Declarou que nunca usa agrotóxico. O manejo do mato é feito com capina manual e com o uso de trator, de forma que já incorpora tudo na terra. Usa herbicida, pré-emergente e pesticidas para combater cupins e formigas, mas disse que são aplicados nas lavouras mais comerciais. O uso de calcário também é freqüente, por todo o lote. Tem curva de nível no lote todo. Seu sistema de irrigação é por microbacia em algumas partes, noutras tem mangueiras com pequenos furos (gotejamento), a água é distribuída por gravidade. Atualmente ele faz uso da água de seu poço (cacimba), mas já teve época dele ter um motor instalado no córrego que fica na APP ao lado do lote (usava essa água para irrigação e para dar aos animais). Deixou de usar a água desse córrego e disse que o poço garante água suficiente para o ano todo, abastece ainda a casa e os animais, mas o uso da água tem que ser racional. (Caderno de campo, 09/09/2008).

Ele diz que toda biomassa do lote é reaproveitada em atividades agrícolas. Ultimamente tem feito uso de adubos verdes como o feijão de porco, o qual ele só incorpora na terra. Disse que às vezes faz uso de agrotóxicos como “Roundup, Regente e Baygon”. Mas eles são usados mais no lote de produção, porque no de moradia (onde produz seus próprios alimentos) há uma cláusula que proíbe o uso desses produtos, pois estão numa área onde há muitas minas d’água e próximos a um ribeirão (na parte baixa do lote de moradia,

no qual falou antes que pescava). Ele compra outros insumos como adubos e fertilizantes em lojas agropecuárias de Araraquara (Agrometa e a do Pedrão), fertilizante foliar e uréia. O maquinário utilizado é manual.

O manejo do mato é feito primeiro com herbicida, antes do plantio. Depois que o cultivo está lá ele passa apenas a enxada. Usa regularmente calcário para corrigir acidez da terra. Tem curva de nível em todo o lote. A água para irrigação vem de poço caipira, onde instalou uma bomba que puxa a água que é distribuída pelos cultivos através de uma mangueira com pequenos furos. Usa também água de mina para esta finalidade, distribuída por gravidade. A água que vem do poço nunca lhe faltou, já a da mina sim. (Caderno de Campo, 23/09/2008).

Nos locais onde produzem alimentos para consumo doméstico, praticam uma agricultura tradicional. Disse que toda matéria orgânica gerada no lote é amontoada em determinados lugares (em baixo das árvores, levados de carrinho para o meio da roça) e depois ele espalha pelo terreno. Na mangueira (dentro do curral) põe capim, palhas e deixa misturar aos dejetos animais, depois recolhe este material e igualmente espalha em outros lugares do lote. Falou que não usa agrotóxico, mas passou a usar apenas na cana agroindustrial. O controle do mato é feito com capina manual. Calcário ele disse que joga só na cana. Pelo fato de terem, agora, uma granja industrial, passaram a usar sistematicamente a cama de frango como fertilizante a cada 60 dias aproximadamente (quando da retirada dos frangos “crescidos” e limpeza do barracão). Se esta cama de frango fosse vendida, renderia algo em torno de R\$ 2 mil. (...) Sua esposa disse que andou fazendo experiências de plantar berinjela e pimentão com a cama de frango e que elas renderam muito mais do que o habitual.

Ele disse que tem curvas de nível para contenção de água em todo o lote. A água que ele usa vem de poço caipira que ele mesmo ajudou a fazer. Tem sistema de irrigação com mangueiras e afirmou ter água do poço suficiente mesmo na estiagem. (Caderno de campo, 24/09/2008).

Nos depoimentos, os assentados declaram que fazem intenso aproveitamento da matéria orgânica do lote, reutilizando-a na atividade agrícola e a incorporando no solo, isto é, eles procuram estratégias de produção que evitem o dispêndio financeiro fazendo uso dos recursos locais. A matéria orgânica e os dejetos animais são usados para fertilizar o solo e ao longo do tempo trazem muitas vantagens. A utilização de agrotóxicos é restrita e voltada sempre a cultivos mais comercializáveis. Como veremos a seguir, nos lugares

onde se produz autoconsumo não há intenção de beneficiar um produto apenas, haja visto que o prato de comida também envolve a diversificação vegetal e animal. Nesses lugares, ocorre também a preservação da diversidade biológica e cultural.

Em mais uma passagem da entrevista com o representante do Itesp, ele conta como vê a agricultura voltada ao autoconsumo das famílias assentadas, que vai ao encontro da fala dos assentados:

M – No consumo, a maioria eles fazem com a própria adubação ali com compostagem, matéria orgânica... trabalham bem essa questão da matéria orgânica...

H – Eles não utilizam insumos externos então?

M – Não...não... é difícil dizer, mas alguma coisa acaba utilizando, n/é...

(Entrevista, 08/04/2009).

Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), mosaicos são formados na paisagem com o advento dos assentamentos rurais, o que implica a heterogeneidade do espaço. A construção desse espaço heterogêneo, segundo as autoras, se dá em até cinco escalas. Isso em muito se deve à rica diversidade cultural das famílias e ao resgate da tradição de produzir seu próprio alimento, relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes. Há uma hipótese de que as práticas de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da complexidade do sistema ecológico de espaços que, antes de serem assentamentos, eram monoculturas. A fazenda Monte Alegre, antes de tornar-se um assentamento, foi uma monocultura de eucalipto na qual a paisagem era homogeneizada. Com a reforma agrária e o redesenho da fazenda em centenas de lotes agrícolas familiares, começou um trabalho de diversificação comandado pelas estratégias de subsistência e de desenvolvimento.

O que se tenta demonstrar aqui, com o uso de imagens, são essas cinco escalas de diversificação agrícola, mencionadas pelas autoras supracitadas. As imagens de satélite, como à página 51, mostram uma primeira escala de diversificação dos assentamentos em relação ao seu entorno espacial, formando mosaicos numa área homogeneizada pelo plantio de cana. Já o

mapa a seguir mostra a diversificação numa outra escala, que é a heterogeneidade existente na construção interior do assentamento (a diversidade de cada lote).

Figura 11 – Microbacia do córrego Monte Alegre<sup>60</sup>.



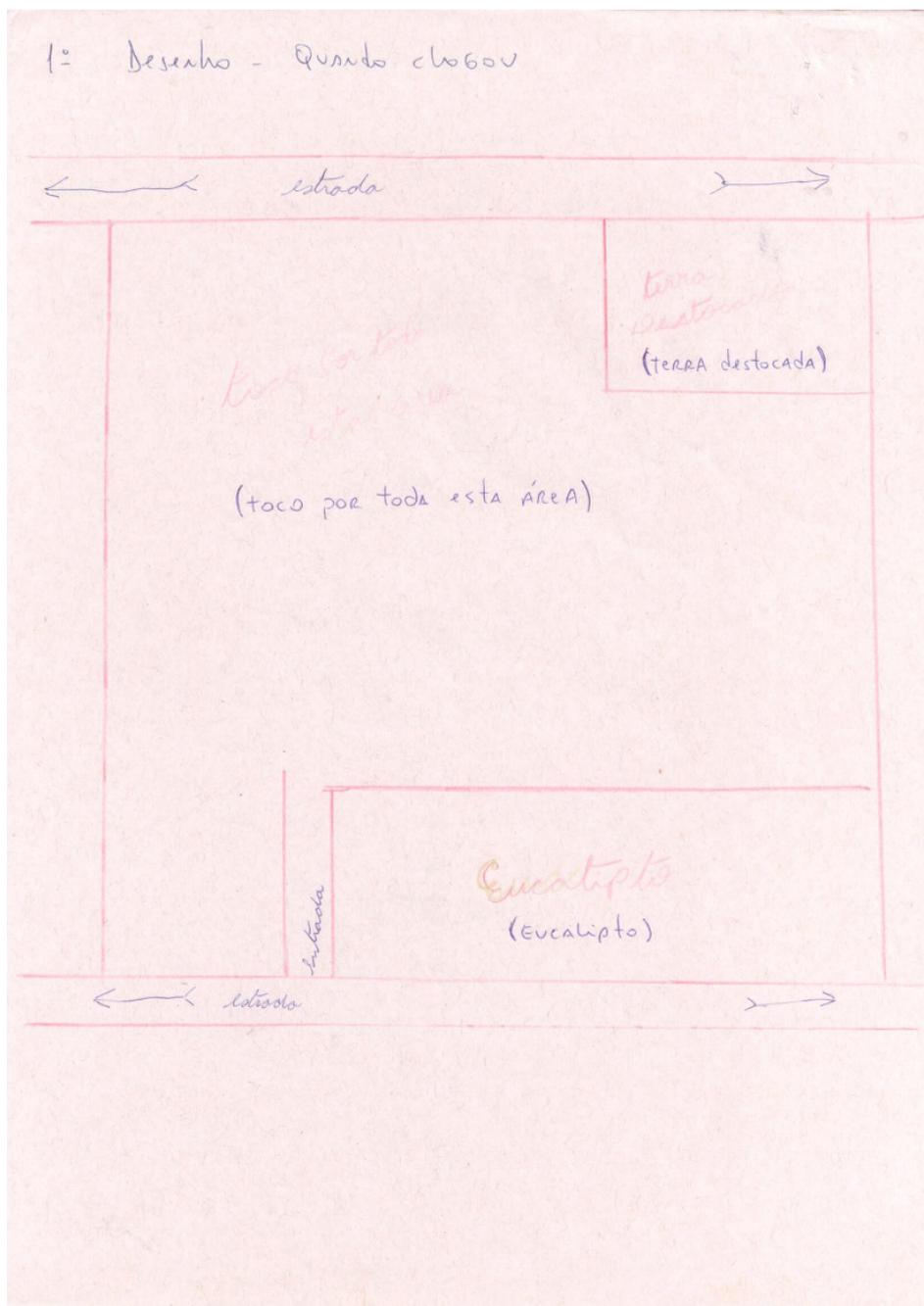
Fonte: Costa, 2006.

Nos desenhos que se seguem, feitos por um assentado de seu lote em momentos diferentes, existe um claro exemplo do efeito da reforma agrária nesse espaço do lote. Ao chegar ao lote, como retratado na Figura 12, o espaço era tomado pelo eucalipto e tocos dessa árvore. Ao estabelecer-se produtivamente no lote, conforme a Figura 13, o território passou a servir a diversas funções: local de moradia, culturas diversas. Imprimindo, pois, o

<sup>60</sup> Mapa dos lotes dos núcleos III e VI do assentamento, que estão no município de Araraquara. Mapa sobre fotografia aérea, feito pelo Engenheiro Agrônomo Pablo Carreira Torres.

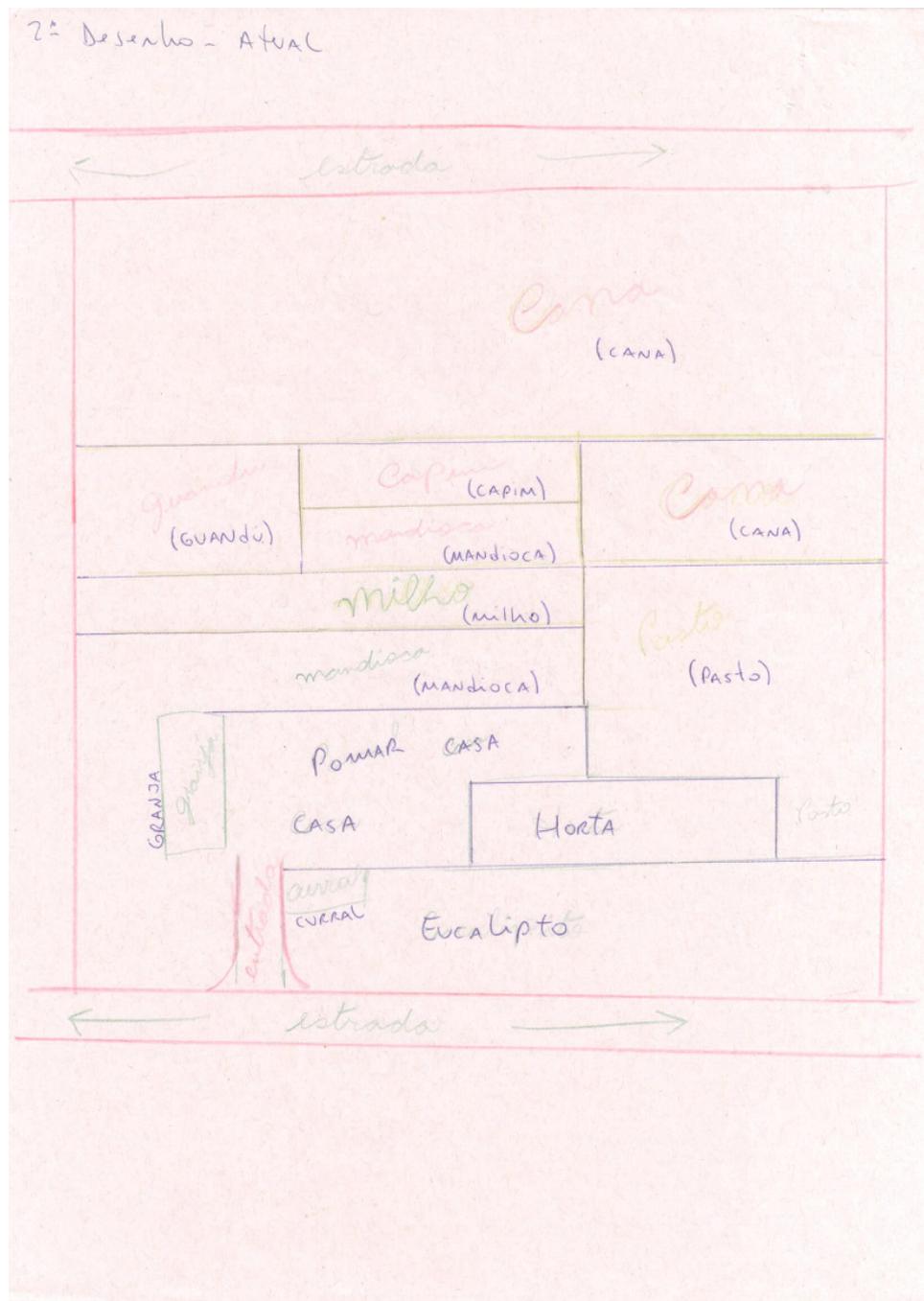
mosaico. Essa escala de diversificação (terceira) refere-se à existência de vários sistemas num mesmo lote familiar.

Figura 12 – Primeiro desenho do lote do Sr. Marcílio.



Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

Figura 13 – Desenho atual do lote do Sr. Marcílio.



Fonte: Desenho elaborado e cedido pelo assentado.

Comparando-se os dois desenhos, vê-se que a diversificação faz parte da lógica das famílias assentadas e impõem a terceira escala de diversificação ao território, independentemente do uso ou não de insumos externos. As estratégias adotadas se complementam na busca pela sobrevivência

econômica da família. Nesse lote há presença de cultivos que podem ser prioritariamente comerciais (como o milho, a mandioca, o feijão guandú e o gado leiteiro), outros advindos de parcerias com agroindustriais (como a cana e a granja), como também há cultivos mais para o autoconsumo. Tirando a cana agroindustrial, que se insere exclusivamente na cadeia produtiva de álcool e açúcar, todos os outros cultivos podem se reverter ao autoconsumo da família. A cana agroindustrial não, porque se a família fizer um caldo de cana, usará uma outra variedade plantada lá mais apropriada para isso. Percebe-se, pelo desenho do assentado, que ele distingue a cana de usina (na parte de cima do lote, ocupando quase a terça parte dele) da cana plantada para as criações, que é aquela pequena quadra logo acima do pasto. Essa, sim, uma cana mais apropriada para a garapa.

Nos alimentos que as famílias produzem para seu próprio consumo, principalmente nos espaços de horta e pomar (ou o sítio), concentram-se formas de manejo que seguem princípios agroecológicos, embora não estejam restritos a esses espaços, já que os sistemas estão integrados – a cama de frango, por exemplo, é espalhada por todo o lote, como também, a matéria orgânica proveniente do curral e das árvores (Foto 2).

A quarta escala de diversificação refere-se aos cultivos no interior de cada sistema agrícola do lote e é diretamente ligada à presença de cultivos para o autoconsumo familiar. Confere-se essa escala na tabela a seguir, na qual estão os inventários de dois lotes. Em ambos constam todos os cultivos que se faz uso alimentar, sem importar sua escala produtiva. Essa exaustiva relação dá conta da diversificação que existe dentro de cada lote individualmente.

Tabela 11 – Inventário de lotes<sup>61</sup>.

<p><b>Cultivos energéticos:</b> milho, mandioca, batata, batata doce e inhame. <b>Cultivos protéicos:</b> feijão (carioquinha, favinha, guandu, branco e bico de ouro), criação de galinha e pato (ovos) e de gado leiteiro (queijo, manteiga e requeijão). <b>Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais):</b> jaca, goiaba (vermelha e branca), amora, manga (bourbon, espada, haiden e roxa), pitanga,</p>
--

<sup>61</sup> Nos inventários, foi solicitado ao assentado relacionar todos os grãos e tuberosas, leguminosas e criações animais, frutas, legumes, hortaliças, temperos e plantas medicinais, dos quais se faz uso familiar. Capins e pastos para as criações animais também foram relacionadas pelos assentados, pois sem eles não haveria proteína animal.

jabuticaba, acerola, banana (nanica, ouro, prata), abacate, uva, morango, alface (roxa, crespinha e lisa), rúcula, mostarda, espinafre, cebola, tomate, almeirão, cenoura, abóbora, abobrinha, chuchu, couve, catalônia, chicória, salsa, cebolinha, coentro, poejo, hortelã, arruda, erva-doce, erva de santa maria, quina, losna e urucum. Capins e pastos para as criações de gado.

**Cultivos energéticos:** mandioca, milho, batata, batata doce; **cultivos protéicos** – feijão (guandú e catador), criação de frango (agroindustrial), de gado leiteiro e porco; **cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais)** – manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, maçã e “de fritar”), abacaxi, maracujá, maçã, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (garapa), abil, ingá, gabirova, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, cebolinha japonesa, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjerição, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado.

Fonte: Elaboração do Autor.

O segundo inventário é referente ao desenho do lote da imagem anterior (Figura 13). Percebe-se que o lugar denominado sítio, onde estão misturados os cultivos de autoconsumo, é responsável pela grande diversificação. Um exemplo disso está na foto 5, a seguir, do mesmo lote ao qual nos referimos, na qual vemos uma experiência de diversificação com sete plantas das quais se faz uso alimentar, em poucos metros quadrados (pimentão, feijão, berinjela, espinafre, tomate, pimenta e maxixe). Na foto 6, um exemplo de consorciamento mais conhecido da cultura tradicional, também praticado no assentamento.



Foto 5 – Experiência de consorciamento.



Foto 6 – Milho, abóbora e feijão.

Por fim, a observação direta e o registro fotográfico, junto com os inventários, podem dar conta da quinta escala de diversificação, conforme Whitaker e Fiamengue (2000), expressa nas variedades genéticas de cada sistema do lote. O feijão, por exemplo, é pouco cultivado no assentamento como um todo, mas nos lotes de todos nossos entrevistados apresenta-se cultivado com alta variedade genética. Isso vai ao encontro do que disseram os representantes do Itesp, que consideram baixa a produção de feijão no Monte Alegre do ponto de vista comercial, mas também revelam o fato de que eles produzem em pequena escala, para o autoconsumo, variedades específicas conforme o gosto e a origem das famílias.

H – Arroz e feijão [os assentados plantam] menos?

M – Eu acho que eles compram mais...

Afonso<sup>62</sup> – Mas viu Mauro, acho que isso varia muito também, n/é. Porque aí, você está falando daqui só?

H – Só da Monte Alegre.

A – Ah, porque, por exemplo, você pega Pirituba, em Pirituba se produz feijão pra “cacete”!

M – É... na Monte Alegre são poucas famílias que produzem feijão, n/é!

A – Aqui feijão já é menos, porque não ajuda, que daí tem tudo isso, o clima, o solo...

M – Agora, o arroz é... tem bastante que planta, eu não sei dar os números pra você, n/é. No passado plantavam mais ainda o arroz, n/é... aí diminui, tal...

(...)

H – Dessas coisas que assim, você não encontra no mercado, o que você mais vê lá? Por exemplo, alguma variedade de feijão, semente, milho?

M – O que eu vejo no mercado e não vejo lá?

A – O que você vê lá e não vê no mercado? É isso?

H – É, o que é pouco encontrado no mercado assim, que eles plantam?...

M – Ah, lá tem... tem muita semente que... assim, dos feijões, não tem muito, n/é, às vezes a gente vai fazer algum evento aí, costuma pegar um pouco de semente. Então aparecem algumas coisas lá, orelha de padre, começam a aparecer algumas sementes assim, que você não vê nem em casa especializada, n/é! Às vezes você vai em casa especializada – aqui tem a Casa do Arroz – então às vezes eu vou lá, mas eu não vejo coisa que eu vejo no assentamento... alguma variedade de feijão, n/é. E aqui nos nossos são muito regionais, n/é. A comida deles, a gente conhece pelo nome, ele fala outro, tal...

---

<sup>62</sup> Coordenador do escritório regional.

A – Acha muito assim, coisa diferente lá?

M – Acha! E eles têm plantado! (...) uma coisa que eu venho falando há algum tempo, é de promover um dia, sei lá, alguma coisa de fazer um banco aí de, um dia de troca de sementes caipiras, n/é. Há por aí, n/é, o pessoal faz. E no Monte Alegre também tem muitos aí, tem semente que a pessoa trouxe lá do Norte, n/é, já está no assentamento há mais de dez anos e ele vem plantando, ele tem lá ainda...  
(Entrevista, 08/04/2009).

Cada um dos assentados entrevistados declarou ter, pelo menos, duas variedades de feijão cultivadas, mas alguns chegam a ter até sete tipos diferentes, como no caso de um assentado de origem mineira. Ele possui feijão catador, de vara, guandú, fava, preto, orelha de padre e “bourbon”. Esta última, conforme explicou, uma variedade “lá da terra dele”, da qual ele gosta muito e sempre fez uso alimentar porque carregou consigo suas sementes por onde andou. Porém, isso não tira a necessidade deles terem que comprar feijão no mercado ou no vizinho em alguma época do ano. Durante a visita ao sr. Terêncio, ganhei dele algumas sementes de feijões diversos, como na foto a seguir. Ele fez questão de me arrumar uma quantidade maior do feijão carioquinha (à esquerda), que estava sendo mais consumido pela família naquela época do ano (tinha “acabado de ser colhido”), bem como outras duas variedades: favinha, ao centro, cujo estoque estava chegando ao fim, e bico de ouro (à direita), que ia ser colhido em breve (ele me deu ainda na vagem).



Foto 7 – Variedades de feijão.

Foi muito comum encontrar variedade genética também entre frutas e verduras: goiaba, manga, banana, laranja, limão, mamão, alface, repolho, cebola, pimenta e outros temperos, em todas havendo mais de uma variedade cultivada e de maneira tradicional, conforme explicitado anteriormente nos inventários e nas fotos, nas quais os assentados demonstram diversas experiências de diversificação de cultivo no intuito de uma planta ajudar a outra<sup>63</sup>. Segundo os assentados, vai-se descobrindo combinações que dão certo e agregando, no corpo da cultura, o conhecimento empírico daí derivado.

Ao serem assentadas, uma das primeiras práticas das famílias nos seus respectivos lotes é plantar aquilo que lhes servirá de alimento, fincando simbolicamente suas raízes na terra. As hortas e as árvores frutíferas, os grãos e as leguminosas, as tuberosas e as criações de gado leiteiro, galinha caipira e porco compõem a organização de um novo lugar do lote, ao invés da monocultura que antes havia ali. Podemos concluir que a prática agrícola do autoconsumo alimentar leva em conta a livre deliberação do assentado em plantar o que e como produzir, sendo que, a partir de pequenos espaços do lote, eles adquirem até grande parte de sua cesta alimentar num período do ano. Também existem ali variedades bem específicas, que são do gosto adquirido pelo assentado desde sua origem. Trata-se inclusive de variedades que não se encontra no mercado e os assentados acabam levando para a cidade, onde encontram compradores que têm o mesmo gosto por elas<sup>64</sup>.

O assentamento pesquisado tem sido um dos espaços em que a agricultura familiar para a produção de alimentos pode se constituir com vistas a alcançar a soberania alimentar, principalmente dos grupos sociais neles inseridos, mas também de seu meio envolvente mais imediato, como os municípios da região.

---

<sup>63</sup> Outro exemplo típico de consorciamento é dos cultivos de milho, feijão e abóbora num mesmo espaço. No desenho atual do sr. Marcílio (página 135), o cultivo do milho ali se dá desta maneira, a partir de consorciamentos desses três cultivos, mas isto só se descobriu ao observar a plantação.

<sup>64</sup> Isso foi observado no terminal de integração urbana de Araraquara, espaço municipal onde os assentados fazem vendas de seus produtos. Um assentado declarou que tem muitos descendentes de nordestinos que vêm a ele procurar variedades específicas de feijão.

Quando alvos de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, esse potencial pode ser aumentado (ALMEIDA et al., 2008). É o que tem acontecido no Programa de Aquisição de Alimentos em Araraquara, no qual a Prefeitura Municipal recebe verba federal para comprar os alimentos da agricultura familiar e os destina às escolas municipais (merenda escolar), às instituições assistenciais, como albergues noturnos e para o restaurante popular, ou seja, para grupos de maior risco alimentar. Cada produtor familiar do município tinha direito a vender produtos diversos para a Prefeitura Municipal num valor máximo de até R\$ 3.500,00 por ano, um valor considerado ainda baixo para se configurar uma estratégia produtiva que garanta renda suficiente para os produtores<sup>65</sup>. Embora não tivesse retorno financeiro expressivo para os assentados (e nem expressivo em termos de soberania alimentar do município), a possibilidade de escoar os alimentos via aquisição pelo executivo municipal é importante, pois ela proporciona reconhecimento social ao produtor, a partir daquilo que ele produz para seu consumo e cujos benefícios acabam se estendendo à cidade.

Os resultados desse programa se somam ao de outro, o Programa Direto do Campo, que consiste na venda direta de alimentos à população em dois espaços urbanos; ou seja, mais uma oportunidade do produtor de escoar a produção familiar diversificada e permitir integrar-se socialmente, por meio das interações econômicas no mercado local. Nesse programa, a Prefeitura Municipal de Araraquara disponibiliza o espaço público, o transporte, as bancas e um avental para caracterizar os produtores. A renda média com a venda direta variava, em 2006, entre R\$ 200,00 e R\$ 700,00 mensais (KURANAGA et al., 2007). Ambos os programas estão relacionados com políticas de segurança alimentar no município de Araraquara e boa parte dos assentados da fazenda Monte Alegre está engajada neles.

---

<sup>65</sup> A partir de 2008, os valores que cada família poderia atingir nesse programa aumentaram para até R\$ 9 mil por família/ano.

#### 4.5 Autoconsumo e as Redes de Invisibilidade

No Brasil, o conceito de agricultura familiar abrange um vasto campo científico que comporta grande diversidade de situações, mas que também apresenta certas características gerais, por exemplo, a produção de pelo menos uma parte daquilo que se come por parte de famílias de agricultores.

No entanto, não se pode negligenciar que a agricultura familiar vem sofrendo um processo de modernização, que inclusive recria essa diversidade de situações no sentido de estratégias competitivas. Num contexto assim, a produção do autoconsumo (e com isso a soberania e segurança alimentar) ainda permanece como importante estratégia de reprodução social da condição de agricultura familiar. A partir da produção de seus próprios alimentos e comidas, consegue-se um elo que garante sua reprodução social. Para Grisa (2007), a produção do autoconsumo sobrevive à modernidade, pois os “novos” agricultores mantêm estratégias que integram, também, o plantio de alimentos às atividades de lavouras comerciais, assalariamento rural e urbano, aposentadoria e outros benefícios como meios de se conseguir sobrevivência.

Em meio a tantas novas imposições da modernidade, para a agricultura familiar se reproduzir socialmente, o autoconsumo caiu num esquecimento pela pouca ou nenhuma atenção que recebeu por parte de pesquisas, políticas e ações públicas, sociedade civil e dos próprios agricultores. Isso porque tendem a valorizar aquilo que é mensurável em termos econômicos, enquanto que o autoconsumo não tem um cálculo tão exato, como veremos a seguir. O problema reside na caracterização orientada por questões econômicas, quando se tem foco apenas na produção estritamente comercial e na relação com o mercado. Problema esse que opõe o trabalho familiar ao assalariado, ou a produção de subsistência à produção comercial, sendo que todas fazem parte de estratégias possíveis na agricultura familiar. Esquece-se, daí, de uma gama de processos outros que ocorrem em seu interior, como o autoconsumo e as trocas de alimentos, que fazem parte da existência e da continuidade de uma comunidade agrícola.

Se uma definição preliminar do autoconsumo, segundo Anjos et al. (2004, p.4), “seria a de que se trata de produto ou processo que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração com base no uso da força de trabalho familiar”, primeiramente seria preciso reverter a conotação de que representa o atraso ou que se trata de um esforço sem caráter econômico para a família agricultora, pois ele representa a organização e o trabalho familiar para adquirir alimentos. Além disso, para Leite (2003), a venda dos excedentes do autoconsumo gera uma renda monetária que geralmente é usada para se cobrir despesas cotidianas da família – gastos menores e regulares, como contas de água e luz –, ao passo que tira a necessidade de dispêndios monetários, portanto atinge a dimensão econômica na agricultura familiar que assim procede.

Autoconsumo corresponde à produção de todo tipo de bens gerados numa propriedade familiar e dos quais se faz uso ali mesmo (autoconsumo direto e intermediário). O autoconsumo direto pode ser considerado o “autoconsumo alimentar”, conforme Gazolla e Schneider (2007, p.90-91), “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que são produzidas pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico”. Mas além da alimentação do grupo doméstico mais imediato, conforme a condição camponesa discutida até aqui, camponeses produzem alimentos para si e para outros grupos sociais, por isso mantêm relações com o entorno sócio-econômico.

No equilíbrio entre suas próprias necessidades e as do mercado consumidor, a família camponesa vive sob tensão. Assim, com a modernização (inclusive da agricultura), novas exigências são cobradas do homem do campo e, com isso, cresce a tendência por deixar de produzir seus próprios alimentos em benefício de cultivos comerciais. A necessidade de se criar fundos para suprir a família se transforma na necessidade de gerar lucro. Passa-se a vender produtos agrícolas especializados e força de trabalho, para com o dinheiro ganho se comprar alimentos. Um processo que reflete a transformação

do que é a honra das sociedades camponesas para as modernas, conforme Bourdieu.

No entanto, se o autoconsumo não deixa de fazer parte das estratégias de agricultores familiares por uma série de razões, as quais tentaremos expor aqui, certamente sofre alterações impostas pela modernização. Primeiro que, mesmo em contextos de alta mercantilização dos agricultores, a produção de alimentos e a diversificação podem representar oportunidades de expansão do negócio. Por outro lado, reduz a vulnerabilidade frente à fome e a pobreza por parte dos agricultores mais descapitalizados (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007). Por mais que o novo rural deva ser visto em sua diversidade de situações e que a família rural trabalhe em vários tipos de atividades, não só agrícolas, o autoconsumo sempre está presente com maior ou menor expressividade.

Permite acesso a alimentos sem a mediação do mercado, sem que haja necessidade de comprá-los diretamente. Quer dizer, uma condição de pequeno produtor, conforme exposto por Garcia Jr. (1983), na qual evita-se todo gasto em dinheiro. Dessa forma, tenta-se arrumar uma cesta diversa capaz de garantir alimentação adequada à família na própria terra onde ela está e com os recursos locais. Famílias possuidoras de hortas e pomares, por exemplo, têm livre acesso aos alimentos, pois não precisam comprar, conforme o relato a seguir:

Falou que hoje, no assentamento, sabe que a vitamina está ali: “é a gente que faz”, se referindo a ir ao pomar, apanhar umas frutas e fazer seu próprio suco. “Esta lá, a natureza já deu”, disse. Houve épocas na vida dele que não tinha isso, então sabe o valor de ter seu lote e poder ter produção de alimentos disponível para consumo, ou o significado de ter plantado árvores frutíferas quando chegou ao lote. Disse que seus filhos não se importam muito em ir colher frutas, querem tudo já cortado/descascado. (Caderno de campo, 30/09/2008).

A cesta alimentar que se busca através do autoconsumo também é representada como de qualidade nutritiva superior (menos processado) e mais livre de contaminantes (agrotóxicos).

Há várias maneiras de se mensurar qualitativamente o autoconsumo. Para Khatounian (2001, p.252), “Em primeiro lugar, a produção para consumo

doméstico contribui para mudar a relação das pessoas envolvidas na propriedade com a terra. A terra deixa de ser um meio de fazer dinheiro, transformando-se na fonte primária de alimento da vida”. Além disso, para o mesmo autor, o alimento pode agir como um cimento que dá coesão numa coletividade, como através das estratégias de partilha presentes em comunidades de agricultores familiares. A ajuda mútua para satisfazer as necessidades de alimentação da família no meio rural, através das trocas e doações de alimentos e de serviços agrícolas, colabora para superar conflitos inerentes à vida comunitária, provocando vários efeitos benéficos aos laços de reciprocidade, de solidariedade, seja entre parentes, vizinhos ou amigos<sup>66</sup>.

As trocas de alimentos funcionam nos sentidos prático e simbólico. Primeiro, misturar variedades (de porcos caipiras, por exemplo) aumenta a diversificação e fortalece uma raça mais adaptada aos hábitos alimentares e condições ecológicas; segundo, as trocas se dão nas ocasiões de visitas, nas quais procura-se saber como anda a vida (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007). Assim, garantem a diversificação, a sociabilidade, a troca de saberes e sabores. O depoimento a seguir aborda essa questão:

(...) nesse momento da nossa conversa chegou em seu lote um amigo, o Sr. Ademar. É um sitiante – não é assentado – que mora em Matão e é amigo de infância do Bellintani. Ele disse que sempre vem ao lote do amigo para “procurar” algum negócio. Esse senhor anda pelo assentamento com seu automóvel – um saveiro – passando nos lote de seus conhecidos e procurando fazer negócios. Disse que recentemente levou do Bellintani dois javalis, que este havia comprado de outro assentado e cuidou deles no período de engorda – o Sr. Bellintani disse que sempre compra animais como vacas e porcos para engordar e vender depois. Dessa vez o Sr. Ademar queria um porco varão – um bom reprodutor – mas seu amigo não tinha para lhe oferecer. Viu que o amigo estava ocupado comigo e não quis permanecer por muito

---

<sup>66</sup> Na esfera da sociabilidade de uma comunidade agrícola existem algumas normas de conduta, por exemplo, aquilo que deve ser a conduta numa determinada situação (CÂNDIDO, 1979), caso contrário o sujeito pode sofrer retaliações por parte de outras pessoas. Assim acontece quando se mata um porco e não leva carne ao vizinho (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007), quando não se ajuda numa colheita (deixa um vizinho perder uma colheita), quando não se oferece adequadamente a comida após mutirão em suas terras, etc. Este aspecto também pode ser facilmente observado nas cidades, quando vizinhas trocam quitutes e a travessa levada com comida não pode voltar vazia. No entanto, essas trocas simbólicas perdem importância para a compra e venda dos alimentos.

tempo – ficou aproximadamente meia hora. (Caderno de campo, 09/09/2008).

Conforme os estudos de Antuniassi et al. (1991) e de Barone (1996), existem estratégias bem sucedidas no assentamento Monte Alegre de trabalho em cooperação, quando são formadas redes de parentesco e/ou de amizade. Principalmente dentre famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou de serviços nos assentamentos. Entre famílias aderidas à Congregação Cristã do Brasil, existe um vínculo de trocas forte, sendo um *habitus* contarem umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas, também percebeu-se ocorrer com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras.

Embora não possamos afirmar que é uma regra geral, porque são repletas de invisibilidades, na fala dos representantes do Itesp afirma-se que as trocas são freqüentes e podem se dar de diferentes maneiras, como nos trechos a seguir da entrevista:

M – É, o que acontece é assim, às vezes alguns assentados plantam bastante [arroz] e se beneficiam da máquina de arroz lá do assentamento, e as famílias acabam comprando dele.

H – Compram dele.

M – É compram deles e às vezes até trocam, n/é, mercadoria...

A – Escambo...

M – É....

A – Faz um escambo...

(...)

M – (...) Eles trocam muita semente ali, é comum você ver eles trocando as sementes... e eles procuram, a cultura de subsistência, trabalhar em torno da propriedade, n/é, esses da usina, n/é. E assim, sempre procura aquela terra melhor, porque assim, como era uma terra de uma área de eucalipto, então foi (...) uma parte, esta parte, a gente traz o calcário pra ele, a gente vem trabalhando nessas áreas há algum tempo, vêm acompanhando, vive estercoando...

(...)

M – É... Tem um monte deles falam “olha, esse aqui é Anador! Esse aqui é não sei o que...” eles vão falando a planta pelo nome do remédio... E existem aquelas pessoas que, assim, o pessoal sabe quem tem, às vezes ele não tem, mas ele sabe

quem tem e vai lá buscar, o cara tem, n/é. Aí vai lá buscar pra pessoa arrumar uma mudinha pra ele...  
(Entrevista, 08/04/2009).

A relação de trocas nem sempre é percebida, declarada e relacionada a aspectos econômicos das propriedades porque tem outros valores ou motivações sociais diferentes. Simbolicamente, percebe-se que, num momento de aperto, uma pessoa doente pode contar com alguém na comunidade que tem conhecimento e pode arrumar uma mudinha de planta medicinal boa para ela.

Nas respostas dadas pelos assentados da fazenda Monte Alegre, a partir de levantamento feito com aplicação de 81 questionários (FERRANTE, 2007b), confirma-se a invisibilidade da rede de trocas, porque o excedente da produção de autoconsumo sempre se vende ou se doa um pouco, embora não obrigatoriamente de forma direta, como um ato formal ou de pagamento. O próprio ato de vender e doar alimentos no interior do assentamento pressupõe uma rede que envolve sociabilidade, relações de amizade, vizinhança, quando não de parentesco e compadrio, nas quais as trocas simbólicas estão presentes.

Tabela 12 – Destino de grãos para autoconsumo.

Autoconsumo Grãos/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	4	5,00
2. Vende	21	26,00
3. Doa	9	11,00
4. Só Casa	33	40,70
5. Não autoconsumo	28	34,60
6. Mais de um destino	14	17,28
7. Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 13 – Destino raízes para autoconsumo.

Autoconsumo raízes/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	0	0,00
2. Vende	13	16,00
3. Doa	9	11,00
4. Só Casa	22	27,00

5.	Não autoconsumo	26	32,00
6.	Mais de um destino	11	13,60
7.	Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 14 – Destino criações para autoconsumo.

Autoconsumo criações/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	0	0,00
2. Vende	18	22,20
3. Doa	4	5,00
4. Só Casa	30	37,00
5. Não autoconsumo	17	21,00
6. Mais de um destino	11	13,50
7. Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 15 – Destino frutas para autoconsumo.

Autoconsumo frutas/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	0	0,00
2. Vende	7	8,60
3. Doa	14	17,20
4. Só Casa	32	39,50
5. Não autoconsumo	7	8,60
6. Mais de um destino	20	24,50
7. Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 16 – Destino hortaliças para autoconsumo.

Autoconsumo hortaliças/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	0	0,00
2. Vende	10	12,00
3. Doa	7	8,60
4. Só Casa	19	23,50
5. Não autoconsumo	42	52,00
6. Mais de um destino	3	4,00
7. Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 17 – Destino legumes para autoconsumo.

Autoconsumo legumes/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	0	0,00

2.	Vende	10	12,00
3.	Doa	6	7,50
4.	Só Casa	17	21,00
5.	Não autoconsumo	46	56,00
6.	Mais de um destino	2	2,50
7.	Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 18 – Destino temperos para autoconsumo.

Autoconsumo temperos/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	1	1,00
2. Vende	5	6,00
3. Doa	9	11,00
4. Só Casa	15	18,50
5. Não autoconsumo	49	60,00
6. Mais de um destino	2	2,50
7. Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 19 – Destino plantas medicinais para autoconsumo.

Autoconsumo plantas medicinais/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Troca	0	0,00
2. Vende	2	2,50
3. Doa	4	5,00
4. Só Casa	9	11,00
5. Não autoconsumo	66	81,50
6. Mais de um destino	0	0,00
7. Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Nos depoimentos qualitativos dos cinco assentados entrevistados, à primeira vista, nem sempre foi fácil obter informações sobre este tipo de trocas, pois são muito pouco reconhecidas como parte de estratégias que contribuem para a economia do lote ou para a segurança alimentar, como é o caso desse primeiro assentado que compra um litro de leite por R\$ 1,00 em seu vizinho, numa época que o litro do leite custava, em média, R\$ 2,20 em supermercados:

Ele declarou não haver excedente de sua produção de autoconsumo e, quando há, ele dá às criações. Mesmo com sua fala, quando cheguei ao lote ele estava no vizinho comprando leite (R\$ 1 o litro de leite tirado no dia). Nessas visitas sempre ocorrem pequenas trocas, quase impossíveis de serem percebidas como relevantes em termos econômicos. No lote do sr. Agrício (assentado que nos forneceu os mapas apresentados no primeiro capítulo) descobrimos duas árvores que o próprio Marcílio havia dado ao amigo. Agrício disse que Marcílio sempre tem umas plantas diferentes em seu lote e, quando o visita, o amigo fala: “Você tem isso? Você conhece aquilo? Leva um pouco”. Mesmo que ele tenha declarado não haver excedente de alimentos e não mencione a relevância das trocas de plantas e conhecimentos, talvez por não considerar um ato importante para a pesquisa, embora seja economicamente natural em sua condição de agricultor, elas existem e fazem do simples ato de comprar leite no vizinho um momento no qual essas trocas ocorrem. (Caderno de campo, 24/09/2008).

O excedente de seu autoconsumo pouco é comercializado, mas ele ‘troca com vizinhos e parentes mandioca, coisas da horta, quando um mata um porco vem trazer, vai levar’. Dá a parentes e assentados que o ajudam no trabalho do lote, segundo ele, ‘favor se paga com favor, não com dinheiro, como no mutirão’. (Caderno de campo, 23/09/2008).

Disse também que troca bastante alimento com vizinhos, por exemplo, umas ramas de mandioca de mesa por um porco, certa quantidade de feijão por um cavalo ou por uma carroça, de forma que quando ele está sem determinado produto vai procurar com vizinhos para obter pela troca – ele vez ou outra constrói carroças, então troca por alimentos que não produz. Quando ele não tem alguma coisa procura onde tem para comprar pelo menor preço, além de oferecer algo em troca ao invés de dinheiro em espécie. Sobre doação de alimentos, falou que também faz quando fica sabendo que algum amigo está passando dificuldade, mas antes quer conversar com a pessoa, saber quem ela é e seu problema. Ele disse que esse circuito de trocas e doações, para ele, não fica somente no círculo de afinidade religiosa. Ele disse não escolher pessoas pela religião nem por raça. (Caderno de campo, 09/09/2008).

Em síntese, através da abordagem etnográfica foram levantados depoimentos dos assentados que revelaram formas possíveis de existência e da importância das trocas na comunidade. Embora elas sejam pouco reconhecidas, estão presentes e interferem mais na dimensão da sociabilidade das famílias, no sentido de manter relações sociais entre elas. Os itens que entram nessas redes de trocas são em grande maioria aqueles voltados ao

autoconsumo, porque os cultivos comercializáveis são vendidos em quantidade maior. As trocas podem acontecer ainda de uma maneira que o assentado não tenha que gastar em dinheiro com itens que compõem a alimentação da família. Por isso, quanto mais alimento houver plantado no assentamento como um todo, maiores são as chances de não haver fome, de forma que todos que moram ali têm acesso ao alimento por meio das trocas, doações e pela compra de alimentos mais baratos do que nos mercados.

Outro aspecto importante, nessa rede de invisibilidades do autoconsumo, é considerar que sua produção interfere na dimensão econômica do lote familiar. Além do caráter descrito antes, representa uma estratégia que protege e fortalece a economia da propriedade familiar, uma vez que “contribui para rebaixar os custos monetários de manutenção do sistema” (KHATOUNIAN, 2001, p.251). Isso pode ser percebido, por exemplo, com relação à produção de fertilizantes como produção do autoconsumo intermediário, quando permite que menos insumos agrícolas sejam comprados de fora. A maior diversificação da produção de autoconsumo também favorece uma menor dependência do agricultor quanto aos meios de vender sua produção, pois, se um determinado produto está com preço baixo, o agricultor conta com outros que podem lhe render algum dinheiro. Por outro lado, a produção diversificada propicia uma capacidade de poupança em relação à compra de alimentos e comidas no mercado, o que será objeto da discussão a seguir.

Na condição moderna ou na racionalidade capitalista, o autoconsumo passa de prioritário para complementar, pois famílias de agricultores querem consumir novas mercadorias da sociedade. Com isso todo modo de vida é alterado, o agricultor quer se especializar e vender cada vez mais. Nesse contexto, segundo Anjos et al. (2004), algumas ocasiões favorecem a diminuição da produção do autoconsumo:

- quando das perdas de raízes culturais, em função de que as pessoas não vêem perspectivas na agricultura, pela própria vulnerabilidade que o agricultor se encontra e os jovens vão para as cidades;

- a expansão de *commodities* como cana e soja faz expandir o processo que transforma a terra em mercadoria;
- com a busca por fontes de renda, deixa-se de dedicar tempo e espaço para a produção do autoconsumo nas propriedades familiares;
- quanto mais se especializa num produto apenas, passa-se a comprar alimentos ao invés de produzi-los (entre os próprios camponeses fica a imagem de quem produz alimentos é pobre, havendo a inversão da honra familiar);
- quando a família envelhece e não tem mais filhos para tocar a roça, o casal de idosos passa a comprar a grande parte daquilo que comem;

Para Grisa (2007), acrescentam-se às dificuldades em produzir autoconsumo as condições climáticas, as limitações da área disponível, a opção de consumo por produtos industrializados que têm custo de produção superior ao de compra e/ou existem dificuldades em beneficiar na região ou quando se passa a preferir de fato alimentos comprados e/ou industrializados.

Por outro lado, também existem fatores de fortalecimento da importância do autoconsumo no contexto atual, segundo os mesmos autores acima citados:

- quando comunidades estão em áreas de baixa aptidão agrícola para cultivos comerciais e mais isoladas de centros comerciais, dependem mais daquilo que podem produzir;
- quando as mulheres não têm trabalho na geração das *commodities* da região, voltando suas atenções fortemente para o trabalho da reprodução familiar e beneficiamento de produtos no interior da propriedade, também como forma de gerar renda;
- mesmo entre aqueles agricultores mais capitalizados, o índice do autoconsumo continua bem alto, no sentido de poder diversificar os negócios. Porém, pode-se dizer que entre os agricultores mais pobres a produção do autoconsumo é mais importante (para sua segurança alimentar);
- para comunidades rurais, como por exemplo as colônias italianas, que valorizam e preservam sua cultura e consideram seus produtos mais saudáveis do que os do mercado.

O maior valor que pode ter uma produção de autoconsumo hoje nos parece ser mesmo o fato de se saber o que se come<sup>67</sup>. Nesse sentido, inserindo a discussão num exemplo bem atual, coloca-se a importância da criação animal própria (para obtenção de alimentos protéicos) por parte de uma família rural. Além de poupar e/ou não depender das condições de mercado para a compra de carnes e derivados (ovos, leite etc.), as criações se reproduzem, se integram à produção vegetal e têm função de poupança para a família, ao passo que se vendem algumas cabeças para efetuar gastos maiores. Com isto, tem-se segurança frente aos problemas sanitários da carne industrializada (por exemplo, a “vaca louca”, as gripes aviárias e suínas), ou seja, os agricultores que produzem suas proteínas animais sabem de todos os insumos e métodos de criação e abate que foram usados. Assim também acontece com todos os outros itens da dieta que são por eles produzidos.

#### **4.6 Cálculo do Autoconsumo: mensurar o imensurável**

Tendo reconhecida a dimensão econômica do autoconsumo para a agricultura familiar, algumas pesquisas elaboraram maneiras de calcular seu valor, tendo por base sua contribuição econômica para uma unidade familiar. Para a pesquisa FAO (1999), quando uma unidade familiar produz algo que é de consumo próprio, conta-se em seu cálculo como produto bruto (não só alimentos, mas roupas, artesanato, materiais de construção, ferramentas).

Uma metodologia para esse cálculo econômico do autoconsumo tem sido discutida a partir de duas concepções. Por um lado, há uma vertente de autores que acham que ele deve ser feito com base no preço que se pagaria no mercado pelos produtos. Outra vertente prefere levar em conta o valor do preço pago ao produtor pelo produto. A diferença é que, no primeiro caso, cada litro de leite “autoproduzido” equivale à poupança do valor de um litro de leite na gôndola de um supermercado local; no segundo, trata-se de poupar o valor do leite que seria comprado na porteira de um produtor local. Em ambos os

---

<sup>67</sup> Esta, uma invisibilidade que ocorre com os grupos que não produzem sua comida e que não sabem o que comem.

casos, acredita-se que a produção do autoconsumo representa capacidade de uma família poupar dinheiro.

Para Garcia Jr. (1994) e Leite (2003), o valor estimado dos produtos de autoconsumo é baseado no preço que se pagaria se comprados no mercado local. Mas, a questão que se apresenta é que, no preço de varejo, há um acréscimo de valor embutido pela mediação de mercado e pelo próprio processo de industrialização. Portanto, esse cálculo pode superestimar o valor do produto feito em casa. Já autores como Grisa (2007) e Anjos et al. (2004), preferem adotar uma postura mais cautelosa ao considerar o valor praticado pelos produtores, ao invés daquele do varejo. Com isto, parece que o cálculo de um determinado produto de autoconsumo adquire seu real valor em termos monetários, inclusive, um produto mais parecido com aquele que poderia ser obtido por seu próprio esforço.

No entanto, acreditamos aqui, o certo é considerar que o agricultor, quando no papel de consumidor, adquire às vezes produtos em mercados e, em outras ocasiões, junto a outros produtores, um fato que vai depender das próprias relações entre produtores, variações mercadológicas, preferências alimentares e de recortes temporais. Para se fazer tal cálculo, em cada caso, o correto seria realizá-lo com base no preço pago pela família em cada ocasião, respeitando sua preferência e a oportunidade de compra em cada caso, pois despesas dessa natureza são realizadas em mercados e em produtores da vizinhança. Assim, se uma geléia é comprada no mercado, pode indicar a preferência da família por esse produto, também porque não se produz aquela qualidade nas vizinhanças, ou porque assim é mais barato financeiramente.

Um desafio a mais para o cálculo econômico do autoconsumo é o chamado autoconsumo intermediário, ou produção insumida, como prefere Anjos et al. (2004). Trata-se, por exemplo, da silagem produzida para alimentar o gado ou a preparação da ração de outras criações. Então, todo esforço para a quantificação do autoconsumo, em termos da economia da propriedade familiar, deveria levar em conta uma perspectiva além da questão dos valores pagos ou poupados pela menor ou maior produção dos alimentos próprios. O cálculo tem em si tanto a produção do autoconsumo direto e intermediário, o

valor do trabalho familiar e dos insumos externos usados (por exemplo: o investimento em materiais e linhas de irrigação, sua instalação e manutenção).

A dificuldade de mensuração da produção do autoconsumo se dá pelos próprios agricultores, pois nem mesmo eles sabem quanto foi produzido para autoconsumo e quanto foi gasto para isso durante um ano. Nem mesmo o espaço agrícola de onde saem os alimentos tem uma delimitação exata, é um lugar onde tem de tudo um pouco e tudo misturado. Vale lembrar que, quando se fala em atribuir valor, trata-se sempre de valor monetário, o que dificilmente faz o agricultor, até mesmo com relação às suas produções comerciais. Portanto, é difícil atribuir esse valor ao autoconsumo. Embora importante, não será feito aqui um estudo centrado nesse cálculo. Para o presente trabalho, a análise se atém a outras dimensões do autoconsumo para os assentados rurais, pois falamos primeiramente do resgate de uma identidade pela alimentação e pela preservação (e transformação) do *habitus*.

O autoconsumo é um forte componente da identidade camponesa, mas deve ser avaliado enquanto a nova lógica baseada na racionalidade técnica (capitalista) invade e transforma todos os segmentos sociais. No caso da agricultura familiar, na busca por reconverter toda produção em mercadoria, trata-se de uma lógica que engendra a mercantilização do espaço rural (MARSDEN apud ANJOS et al., 2004). O autoconsumo permanece como parte da estratégia de se manter identidade e garantir condições de segurança alimentar, numa lógica um pouco mais livre da materialidade além da capacidade de poupar dinheiro, numa sociedade que lhes exige, a todo instante, ingressos nos mercados agrícolas e de trabalho, respectivamente, as produções especializadas e o trabalho assalariado.

É um aspecto tão presente nas propriedades familiares que, segundo os resultados dos trabalhos de Grisa (2007) e Anjos et al. (2004), o autoconsumo está presente em 100% de um universo empírico que abrange quatro regiões distintas do estado do Rio Grande do Sul (239 questionários, ou aproximadamente 10% dos agricultores familiares dos municípios no qual se fez a pesquisa). Os autores esclarecem que não ocorre com a mesma intensidade entre famílias, sendo que em alguns casos é mais significativa

economicamente do que em outros. As famílias pesquisadas deixam de gastar até 38% de sua renda total em aquisição de alimentos, o que significa sua capacidade de poupar com a compra de alimentos. Por outro lado, 69% dos custos de uma cesta básica são cobertos pela produção de autoconsumo. Os alimentos mais produzidos pelas próprias famílias que os consomem encontraram muita semelhança, mesmo que as comunidades sejam de descendências distintas (alemães e italianos). Na percepção dos autores, trata-se de uma homogeneização dos hábitos alimentares.

Portanto, para a realidade da agricultura familiar gaúcha estudada pelos autores supracitados, a produção do autoconsumo ao invés de arcaica é tradicional; ao invés de insignificante é recorrente e tem muitas funções; e, por fim, conclui-se que é importante dar atenção a ela para melhor formular políticas públicas para a agricultura familiar.

#### **4.7 Autoconsumo em Assentamentos Rurais**

Em pesquisa feita em quatro assentamentos no estado do Rio de Janeiro (GARCIA JR. et al., 2003), revelou-se que, em todos eles, os lotes possuem ao menos árvores frutíferas e criações de pequeno porte ao redor das casas para seu abastecimento. Esses produtos geralmente não são comercializados, mas trocados e/ou doados entre vizinhos e parentes. Isso não é considerado um componente da renda dos assentados pelas estatísticas dos órgãos de assistência técnica, nem por parte dos assentados, que acabam reproduzindo essa visão meramente econômica para produtos feitos no lote. Nesse sentido, valoriza-se os produtos que se comercializa em detrimento de outros que têm elevada importância para a nutrição das famílias, ainda que seu consumo represente o não desembolso pela compra de tais alimentos fora das propriedades. Lá, as frutíferas também são associadas ao maior sombreamento ao redor das casas e, portanto, são importantes na composição do lugar. Para os autores, “os assentamentos são marcados pelo policultivo” (GARCIA JR. et al., 2003, p.423), tanto por conta desses lugares de diversificação como porque ali foi detectado um rol bastante diversificado de cultivos comerciais.

Nesse trabalho, os valores estimados ao autoconsumo têm como referência valores que seriam pagos se adquiridos no mercado local. Somando-se a variável autoconsumo aos rendimentos totais, dois dos assentamentos estudados ultrapassam outro, porque nos dois a produção de autoconsumo é mais expressiva. Isso demonstra que podem influenciar mais ou menos o orçamento das famílias em cada caso, dependendo do quanto se planta para o “gasto”. Somado aos rendimentos monetários, o autoconsumo ajudou as famílias dos assentamentos a superar à linha de pobreza. Atividades agrícolas e pecuárias são as principais fontes do autoconsumo. Acrescente-se, por fim, na análise desses autores, que o autoconsumo tem caráter anticíclico, ou seja, é regular durante o ano e, por isso, regula o desequilíbrio constatado quando analisado apenas os rendimentos monetários das atividades agrícolas comerciais das famílias assentadas (GARCIA JR. et al., 2003, p.514).

Já na pesquisa do Itesp, que abrange assentamentos rurais paulistas (PERES, FERRANTE, 2003), foram tiradas amostragens estratificadas por níveis de capitalização para o estudo do autoconsumo. Foram escolhidas quatro categorias: famílias capitalizadas, em capitalização, em descapitalização e descapitalizadas. Com essa delimitação, correu-se o risco de ahistoricizar os assentados, tornando-os um dado, como se não houvessem distinções em função de suas origens, trajetórias e história de vida, inclusive nos diferentes momentos que já passaram desde que estão no assentamento rural. “Não há como traçar demarcações quantitativas na explicação das diferenciadas formas utilizadas pelos assentados na gestão de suas vidas, mesmo porque elas não dependem unicamente do ser/querer desses sujeitos” (FERRANTE, QUEDA, 2003, p.19). Mesmo assim, nessa pesquisa, ficou provado que, mesmo havendo diferentes níveis de capitalização, o autoconsumo está presente em todos eles e pode representar importante estratégia para se ter segurança alimentar e nutricional, principalmente para as famílias menos capitalizadas.

Em termos nutricionais, a pesquisa realizada por Norder no assentamento Fazenda Reunidas, no estado de São Paulo, revelou que:

A média do autoconsumo de calorias ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas, e é a mais reduzida

no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo de Cálcio e das Vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido. Os demais nutrientes, Proteínas, Fósforo, Ferro e Vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumo em torno de 40 a 50% do total (NORDER, 1998, p.46).

O autoconsumo, portanto, é aqui entendido como algo que foge à análise unicamente de integração às economias capitalistas regionais. Antes, são demonstrações específicas do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares, garantem a reprodução social e cultural de populações rurais e provém às famílias sua base nutricional por meio de um determinado sistema agrícola. O autoconsumo, nos assentamentos, é visto ainda como um elo, necessário para uma compreensão dos modos de vida dos assentados que se distancia de abordagens que possam reduzi-lo a um indicador de sucesso/fracasso das experiências de assentamentos ou de sua integração às economias regionais (FERRANTE, QUEDA, 2003).

No assentamento Monte Alegre, produzir ao menos uma pequena parte dos alimentos que se consome é uma prática comum das famílias, conforme as informações obtidas nos lotes desse assentamento, nos trabalhos de campo de 2005 e 2006, empreendidos pelo Nupedor.

Tabela 20 – Do que produz, o que é destinado ao consumo familiar.

Tudo	Boa parte	Pequena parte	Nada	Total
22 (48,84%)	19 (42,18%)	04 (8,98%)	00 (0%)	45 (100%)

Fonte: Ferrante, 2007a.

Na ocasião, a produção de frutas foi a mais encontrada nos lotes, em 69% deles, geralmente diversificada e consorciada entre si ou entre espaços de cultivos como as hortas e os roçados. Em alguns lotes, não representam importante fonte de renda, mas importante fonte nutricional. Em outros, a finalidade de comercialização prepondera, por exemplo, entre aqueles que fizeram uso de financiamento para plantar, principalmente manga, citros, banana, abacaxi, maracujá, mamão ou outras, mas nesse modelo utiliza-se um modo de produção convencional. Principalmente no primeiro caso, além da

satisfação alimentar, há outros valores subjacentes à escolha pelo plantio de frutas, tais como a presença de pássaros e o sombreamento ao redor da casa.

Na mesma pesquisa, identificou-se que 62% dos lotes tinham cereais. Os principais cereais serviam igualmente para o autoconsumo. Mas, para o cultivo do milho, plantado em moldes convencionais, houve incentivos de financiamento e possibilidade de venda direta para empresas do ramo de ração animal e avicultura, como a Rei Frango (empresa localizada no município de São Carlos/SP). Identificou-se, ainda, que em 57% dos lotes havia tuberosas, dentre as quais destaca-se a mandioca, a qual, além de servir para o autoconsumo, encontra financiamento e uma estrutura regional para absorver a produção (atravessadores, farinheiras, insumos tecnológicos), tendo maior durabilidade sem ser colhida. São fatores que pesam na hora de se estabelecer estratégias familiares para a produção, consumo e comercialização (GARCIA Jr., 1983). E, por fim, as hortaliças estavam presentes em 49% dos lotes visitados. Para a maioria das famílias que as plantavam, eram destinadas ao autoconsumo e à venda do excedente, poucas exerciam a horticultura de forma estritamente comercial.

Conforme a tabela à página 129, referente à presença de criações, notou-se também uma alta porcentagem de famílias que possuíam criações. Dentre os produtos de origem animal e os subprodutos derivados, estão alimentos importantes na composição da dieta das famílias, tais como leites de vaca e de cabra, ovos de galinhas e de patas e o processamento desses dois produtos na forma de queijos, requeijão, manteiga, bolos, pães, doces etc.

A venda de hortaliças, verduras e frutas, bem como de galinhas e ovos, tem se dado em programas municipais, em feiras, quitandas e supermercados de cidades do entorno e mesmo no comércio interno do assentamento. Essas primeiras produções existentes na maior parte dos lotes (frutas, cereais, mandioca e hortaliças), após alimentar quem as produz, alimentam os mercados locais. Além disso, os alimentos são envolvidos em uma rede de trocas e doações entre parentes e vizinhos.

A partir de pesquisa mais recente empreendida pelo Nupedor, que envolve dois universos empíricos distintos (assentamentos da região de

Araraquara e do Pontal do Paranapanema), foi feita, nos anos de 2008 e 2009, nova coleta de informações com questionários semi-estruturados a fim de se montar um banco de dados (FERRANTE, 2007b). Um dos eixos dessa pesquisa é relativo ao levantamento de questões sobre o autoconsumo nos assentamentos das duas regiões. No entanto, nos valem somente dos dados referentes ao autoconsumo no assentamento Monte Alegre (81 questionários aplicados).

Nessa nova coleta de informações, aparentemente foi constatado um baixo índice de produção para o autoconsumo declarado pelas famílias, conforme as duas primeiras tabelas a seguir. Para 14,80% delas, o que produzem não cobre nada em termos de alimentação, e 48% relataram que cobre pouco. Já 30% das famílias declararam produzir muito ou tudo daquilo que consomem.

Entretanto, ainda conforme as tabelas a seguir, podemos considerar que apenas 2,5% famílias declararam não produzir nada para seu próprio consumo. A maioria das famílias (aproximadamente 70%), está numa faixa de produção entre 1 e 60% do que consomem, então elas produzem pelo menos uma pequena parte de seu autoconsumo.

Tabela 21 - Quanto é coberto com produção própria.

Quanto é coberto com produção própria/freqüência de resposta %	%
1. Nada	14,80
2. Pouco	48,00
3. Muito	25,00
4. Tudo	5,00
5. Total	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 22 - Percentual de autoconsumo.

Percentual de autoconsumo/freqüência de resposta %	%
1. Nada	2,50
2. De 1 a 20%	33,30
3. De 21 a 40%	18,50
4. De 41 a 60%	16,00
5. De 61 a 80%	10,00
6. Acima de 80%	4,00

7. Total	100,00
----------	--------

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

A alta porcentagem de cultivos voltados ao autoconsumo das famílias nos lotes do assentamento Monte Alegre ficou evidente no detalhamento daquilo que é produzido para essa finalidade. Nas tabelas a seguir, em ordem decrescente, estão os cultivos voltados ao autoconsumo mais mencionados pelas famílias. Considerados esses quatro grupos de alimentos (frutas, criações animais, raízes e grãos), podemos afirmar que o índice de produção do autoconsumo é alto, sendo que o maior deles (frutas) é produzido por 91% das famílias e menor deles (grãos), é produzido por 65% das famílias.

Tabela 23 – Autoconsumo de frutas.

Se planta frutas para autoconsumo/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Não	6	7,00
2. Sim	74	91,00
3. Não opinou ou não sabe	1	2,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 24 – Autoconsumo de criações.

Se possui criações para autoconsumo/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Não	18	22,00
2. Sim	63	78,00
3. Não opinou ou não sabe	0	0,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 25 – Autoconsumo de raízes.

Se planta raízes para o autoconsumo/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Não	26	32,00
2. Sim	55	68,00
3. Não opinou ou não sabe	0	0,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 26 – Autoconsumo de grãos.

Se planta grãos para o autoconsumo/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Não	28	35,00
2. Sim	53	65,00
3. Não opinou ou não sabe	0	0,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Os quatro últimos grupos de alimentos (hortaliças, legumes, temperos e plantas medicinais) perdem importância enquanto atividade agropecuária – embora não percam importância no prato de comida (ao contrário, vêm sendo valorizados) – e podem ser subestimados na hora da aplicação do questionário. Nos inventários de lote, mostrados à página 137 e 138, vimos que esses grupos de alimentos são dos mais diversificados, responsáveis inclusive pela maior diversificação do próprio lote. Esses produtos alimentícios também estão presentes nos lotes, com exceção das plantas medicinais, em no mínimo 40% deles.

Tabela 27 – Autoconsumo de hortaliças.

Se planta hortaliças para autoconsumo/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Não	40	49,00
2. Sim	41	51,00
3. Não opinou ou não sabe	0	0,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 28 – Autoconsumo de legumes.

Se planta legumes para autoconsumo/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Não	43	53,00
2. Sim	38	47,00
3. Não opinou ou não sabe	0	0,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 29 – Autoconsumo de temperos.

Se planta temperos para	Número de	%
-------------------------	-----------	---

autoconsumo/freqüência de resposta %	Respostas	
1. Não	48	60,00
2. Sim	33	40,00
3. Não opinou ou não sabe	0	0,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Tabela 30 – Autoconsumo de plantas medicinais.

Se planta medicinais para autoconsumo/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Não	65	80,00
2. Sim	16	20,00
3. Não opinou ou não sabe	0	0,00
4. Total	81	100,00

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Não foi possível explorar mais a fundo algumas questões específicas por conta de que o questionário, relativamente extenso, abrangia vários outros aspectos como a caracterização demográfica e familiar, a moradia, equipamentos e bens duráveis, produções agrícolas comerciais mais relevantes, sociabilidade e política, dentre outros que não apenas o autoconsumo. Daí a necessidade do olhar etnográfico ou da tentativa de visitar uma família, com tempo para uma caminhada pelo lote, para fazer o levantamento do inventário, para analisar o cardápio, buscando informações que complementem o questionário.

De forma geral, tais dados nos permitem aferir que os assentados possuem certa disposição a plantar seu próprio alimento. Se não falta disposição para os agricultores assentados produzirem ao menos uma pequena parte do que consomem, um problema para isso está associado a manter sua sobrevivência em meio às monoculturas, onde tirar o sustento já seria simbólico. Trata-se de uma população sujeita a ter passado períodos de escassez de alimentos, mais importante ainda quando falamos em famílias que tradicionalmente produzem praticamente tudo em termos de alimentação familiar, mas que tiveram tais condições rompidas pela modernização agrícola. Por outro lado, para os assentados da fazenda Monte Alegre, a paisagem

homogeneizada do entorno é uma variável que irá influenciar as decisões produtivas dos assentados, os quais ficam, desse modo, numa ambivalência entre um projeto próprio de cultivo e os processos econômicos, precedentes ao assentamento, na região. É por isso que, no estudo sobre as práticas de autoconsumo, em assentamentos rurais, “o esforço teórico e empírico necessário é o de tentar explicar como as práticas de autoconsumo se articulam, se imbricam com os usos de todos os outros tipos de resultados monetários, o que exige que não mais sejam os assentados analisados a partir de categorias naturalizadas” (FERRANTE, QUEDA, 2003, p.17).

Para a presente discussão, sobre as práticas de autoconsumo no assentamento Monte Alegre, cuja região é “um mar de cana”, poderíamos nos perguntar: o que a cana tem a ver com isso? Na verdade, conforme Barone et al. (2008), o problema não é a cana em si, mas o sistema de poderes e controles a ela atribuído, na forma de ordenar o território. A presença da cana nessa região, para os assentados, impõe uma série de imposições e restrições das quais eles não têm direito de saída – a expressão mais evidente disso são as queimadas, a fuligem e os agrotóxicos. Acontece que desde a criação da portaria 075 do Itesp em 2002, que regulamentou este tipo de parceria, a maioria dos assentados assinou contrato com usinas da região<sup>68</sup>. Isso expressa, em primeiro lugar, que, pela falta de alternativas, os assentados acabaram sendo forçados a plantar a cana como uma estratégia de desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, os que resistiram foram forçados a conviver com efeitos dessa parceria entre seus vizinhos, desde o modo de se plantar a cana até a sociabilidade interna, que sofre fragmentações entre grupos prós e contrários ao plantio de cana nos lotes. Isso significa, para os assentados, que irão sofrer direta ou indiretamente os efeitos da presença da cana no seu entorno.

Conforme o desenho apresentado à página 135, a cana agroindustrial ocupa um espaço do lote, enquanto que os alimentos para o autoconsumo

---

<sup>68</sup> Segundo informação obtida junto ao Itesp, em aproximadamente 270 lotes havia cana agroindustrial na época da pesquisa, de um total de 366 lotes.

ocupam um lugar<sup>69</sup>. No caso do autoconsumo, se estabelece uma relação de trocas simbólicas entre pessoas, a terra e a alimentação, por isso ocupa um lugar no lote. Quando falamos da cana agroindustrial, trata-se de uma relação estritamente comercial, portanto um espaço agrícola. No entanto, como visto no desenho, a cana ocupa um bom espaço, porque a portaria do Itesp permite até 50% da área agrícola dentro da parceria. Registros dos cadernos de campo descrevem como é o espaço dedicado ao plantio de cana e mostram por que sua presença na composição do lote é negativa:

Sobre a cana agroindustrial, o assentado assinou contrato e plantou com a usina Santa Luiza, a mesma com a qual tem longa história de trabalho, tornou-se fornecedor. Com a recente falência desta, mudou o contrato para a Santa Cruz. Ele acabou de colher em seu lote a primeira safra da cana.

O formato do contrato, como nos outros casos, é o seguinte: duração de cinco safras, a primeira de 18 meses e as restantes de 12 meses. Na primeira, conta com o financiamento da usina para todas as etapas da formação do canavial e paga tais custos em tonelada de cana: 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira – os custos são com: maquinário para preparação do solo, insumos (calcário, Regente, Roundup etc.), mudas, mão-de-obra. O crescimento da cana e a carpa são por conta do assentado. A colheita é feita mediante pagamento a outros assentados que plantam cana no assentamento, que formam grupos. Não é como no mutirão, onde uns trocam dias de trabalho nos lotes dos outros, pois aqui se paga em dinheiro pelo dia de trabalho alheio. O transporte também é feito pela usina e descontada em tonelada. A pesagem é feita na usina.

Apontou uma série de problemas com os trabalhos em seu lote e no funcionamento da parceria. Para começar, ele disse que nunca trabalha com veneno, só nesta (bendita) cana teve que passar Regente e herbicida para controle do mato. Os serviços da usina foram mal feitos, como a subsolação muito rasa, calcário preparado com metade do que precisava para corrigir a acidez, lugares que ficaram sem adubo, o corte foi atrasado em 45 dias e ninguém acompanhou a pesagem. Esses fatores, segundo ele, resultaram na renda, que fica muito aquém do necessário para a própria continuidade do plantio. Só que agora ele tem um contrato de mais quatro safras.

Em seu lote foram colhidas 596 toneladas de cana em 7 hectares (50% da área total), que valeram R\$ 35,00 cada, totalizando uma renda bruta de aproximadamente R\$ 21 mil

---

<sup>69</sup> Vale lembrar aqui a distinção entre espaço e lugar, conforme Martins (2009), segundo a qual o lugar é o espaço transformado por relações de afetividade.

(descontados os 50% dos custos da formação do canavial à usina). Depois, os custos de transporte (R\$ 5 mil), mão-de-obra para o corte (R\$ 3 mil) e insumos a colocar para a segunda safra (R\$ 5 mil) totalizam algo em torno de R\$ 13 mil. Então, em termos de renda líquida para os quase 20 meses de cana em seu lote, ele disse desde já que a trocaria por cereais (arroz e milho) e pasto. Sua renda com a cana nesses 20 meses foi abaixo dos R\$ 400,00 mensais. Ainda que se considere em boa situação na hora de colocar insumos para a safra seguinte, porque possui uma granja agroindustrial que lhe rende 25 toneladas de cama de frango a cada 60 dias. Isso representou uma economia de R\$ 4,8 mil no canavial, segundo ele. Então, conta com um forte fertilizante produzido no próprio lote e não precisa gastar muito com os industriais para a cana, como outros assentados que têm que adquirir. A cana agroindustrial é um sistema altamente dependente dos insumos externos, muito caros para os assentados e seus custos sobem a cada ano. Enquanto isso, o preço da tonelada nos últimos anos caiu vertiginosamente. (Caderno de campo, 24/09/2008).

Disse que na parceria com a usina Santa Luiza não tem muita certeza de que vai lucrar no final do contrato de cinco anos. Isso porque se fosse ele que comandasse a preparação da terra e os outros processos produtivos, aí sim daria certeza. Do jeito que foi feito, ele colheu 860 toneladas na primeira safra, tendo um rendimento líquido de R\$ 17 mil. Já na terceira safra colheu 760 toneladas de cana em seu lote, que lhe renderam R\$ 14 mil. Agora que está na quarta safra, ele espera colher 500 toneladas (disse: 'se der, está bom'). O problema, disse, é que a cana está valendo em torno de R\$ 28,00 a tonelada, ante os R\$ 60,00 que valia dois anos atrás. Justificou que a cana vai chegando às últimas safras mais fraca, rende bem menos, principalmente se não se teve os cuidados devidos nas primeiras etapas do plantio. (Caderno de campo, 23/09/2008).

Por último, o relato do assentado que conseguiu quebrar o contrato na justiça, começa justificando por que só o usineiro ganha com plantio de cana. Esse assentado também explicou que os efeitos da presença da cana são sentidos de qualquer maneira, pois os venenos chegam por avião, a fumaça e o próprio fogo das queimadas se espalham e, conforme nota à página 92, chegou a fazer uma vaca abortar nesse lote.

“Do plantio de cana, tudo vira renda para o usineiro – tudo na planta ou no processo produtivo se reverte em renda para eles – etanol. E para nós? – “Eta, nós”!

Precisa aplicar no canavial: máquina; 1200 kg de adubo por hectare; 1500 kg de calcário por hectare; 1000 kg de gesso por hectare; esterco de galinha; regente; pré-emergente; mata-mato; mata-formiga; transporte; mão-de-obra.

Resultado: assentado precisa pagar para plantar. E o investimento em outras culturas?”

Após esse relato do assentado, veio outro de época que ainda estava na parceria. Ele falou que na cidade se acorda com o despertador, hoje em dia é mais usado o celular para essa função. Mas na roça é o galo que canta, o burro ou o porco que grita. Então contou que um dia estava dormindo e acordou assustado com o barulho, não era nenhum animal gritando. Ele saiu logo para fora de casa juntamente com sua família. Eles viram várias máquinas grandes chegando, que nunca haviam visto, além de dois caminhões baú e uma caminhonete. Alguns homens vieram informar à família que eles estavam ali para preparar a terra para o plantio de cana. Tomaram posição e uma das máquinas abriu duas asas, uma para cada lado, uma envergadura de uns 20 metros de comprimento e de lá saía algo líquido, como se fossem chuveirinhos. O sr. Bellintani perguntou que água era aquela. Tratava-se de veneno para matar mato, capim e pragas. Todos ficaram horrorizados com a quantidade de veneno que saía da máquina, mas se sentiram amarrados, sem poder impedir, já que tudo isso havia sido estipulado em contrato. O sr. Bellintani disse que é muito triste ver uma coisa dessa em sua terra, na mesma terra onde anos atrás ele plantou milho que alimentou sua família, onde ele planejava em breve plantar outro cultivo alimentício (criar gado leiteiro). Sua preocupação imediata foi com a contaminação de outras áreas do seu lote e da sua família. Ele disse: “imagine a quantidade de veneno que está indo por aí. E nossos filhos e netos recebendo tudo isso? Os assentados não têm idéia da quantidade que está sendo despejada aqui no Monte Alegre”. Além de tudo, é um sistema que escraviza o cortador, enche o ar de poluição...

Após o trabalho dessa máquina, vieram alguns homens equipados com lança-chamas, dizendo que agora era hora de queimar os capins. Indignado, o assentado não permitiu que fossem queimados, alegando que para ele era melhor que fosse incorporado ao solo, não queimado. (Caderno de campo, 08/11/2007).

Existem opiniões favoráveis, de que a cana garante uma renda monetária capaz de tornar o lote produtivo – caso de assentados que obtiveram lucro e passaram a investir dinheiro ganho com a cana em outras atividades em seus lotes, inclusive em cultivos de autoconsumo, ou apenas serviu para quitar dívidas de projetos técnicos e financiamentos passados. No entanto, a parceria entre assentados e usineiros tem se dado a partir de grande

assimetria de informações, a começar pelo fato de que na portaria existe uma cláusula que obriga o projeto técnico, de responsabilidade da usina, prever o cultivo de alimentos em 30% da área remanescente. Na prática isto só acontece se o assentado tiver essa disposição.

Como vimos nas pesquisas empreendidas pelo Nupedor, nos trabalhos de campo de 2005 e 2006, bem como em 2008 e 2009, o autoconsumo se manteve alto nos lotes do assentamento Monte Alegre, mesmo levando-se em consideração que se trata dos primeiros períodos após a portaria 075 do Itesp. Uma coisa que de fato a cana industrial interfere no autoconsumo é que os lugares dos quais se retiram os alimentos acabam recebendo insumos químicos proveniente do canavial. De resto, sempre sobra espaço no lote, por menor que seja, para se construir um lugar de onde se retira alimentos. Já do assentamento Bela Vista do Chibarro, por outro lado, veio o relato de um assentado que coloca em dúvida a sobrevivência dessa produção a longo prazo. O assentado afirmou que com a cana estava conseguindo pagar mensalidade de curso superior ao filho na cidade, de forma que esse poderia arrumar emprego e não continuar na terra para acabar como o pai.

#### **4.8 O Lugar do Autoconsumo: questão de gênero**

O autoconsumo é algo de difícil quantificação, primeiro pelos pesquisadores, mas também pelo próprio assentado, que sempre é inquirido a responder pelas suas atividades a partir da produtividade e do lucro. É algo que lembra o trabalho invisível das mulheres, pouco valorizado, mas de suma importância na tessitura do modo de vida no assentamento rural.

O trabalho agrícola da mulher, quando mais voltado às necessidades de reprodução familiar, é planejado conforme as necessidades alimentares da família. Essa preocupação ocasiona a diversificação agrícola e outras práticas agroecológicas na terra, como consorciamentos, capina manual, adubação orgânica, integração animal/vegetal, dentre outras, que ocupam pequenos lugares. A alimentação da família envolve tanto uma cesta alimentar diversificada como a preocupação de ingerir alimentos “naturais”, levando-se

em conta o bem-estar da família e atingindo a esfera nutricional e a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais e mesmo proteínas animais, advindos das pequenas criações que toma conta. Essa relação com a terra pode ser considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, ou sítios, ou lugares do autoconsumo, que as mulheres têm a coordenar.

Para Woortmann (1993), homens e mulheres se ajudam e se complementam nas suas atividades de trabalho, em comunidades pesqueiras, como mostra a tabela a seguir. O homem, por exemplo, ajuda a mulher em suas atividades na terra como a preparação do solo, coleta de algas para adubá-la, enquanto a mulher prepara artefatos para a pesca, costura redes, faz a secagem e a salga dos peixes, dentre outras. O homem ajuda a mulher quando não está no mar exercendo seu trabalho, quando está em terra. A mulher ajuda o homem no preparo/confecção dos utensílios de trabalho e quando ele chega do mar com o pescado, pois o peixe é perecível e comercializável, tem valor de mercadoria. Mesmo havendo tal complementaridade, não se declara que mulher trabalha na pesca.

Tabela 31 – Divisão do trabalho nas comunidades pesqueiras.

Mar de fora – homens
Mar de dentro – homens e mulheres
Praia – mulheres e homens
Terra – mulheres

Fonte: Woortmann, 1993.

Na alimentação da família há outro exemplo de complementaridade, embora ocorra de forma muito desigual: o homem traz peixe para compor a dieta da família, enquanto a mulher produz ou coleta todos outros itens necessários à boa nutrição, além de transformar o alimento em comida. Nesse sentido, o trabalho da mulher pode ser colocado como mais importante para a regularidade da alimentação familiar, pois o pescado sofre fortes variações de

abundância e de escassez, enquanto a produção agrícola e a culinária são cotidianas.

Ainda segundo Woortmann (1993), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédio que elas mesmas fazem, novenas e orações para proteção do homem quando está ao mar, ou seja, uma outra dimensão do autoconsumo referente à produção de remédios caseiros cuja religiosidade e magia são fortes componentes. Além de tudo isso, é ela quem gesta e educa os filhos, tem maior convivência com eles principalmente nos primeiros anos de vida, retransmitindo seus conhecimentos e, portanto, responsável pela reprodução social. Seu trabalho, além de ser responsável pela construção do lugar, também é responsável por tecer importantes estruturas das redes sociais da comunidade pesqueira. Porém, a autora supracitada também explica que esse cotidiano de reprodutora social da mulher sofre alterações na modernidade, novos trabalhos lhe são impostos e com eles a obrigação de se ganhar dinheiro.

Para o caso das comunidades agrícolas, poderíamos adaptar a tabela de Ellen Woortmann – unicamente para fins de ilustrar a complementaridade entre trabalho de homens e mulheres na família camponesa e considerando que isso não implica em nenhuma rigidez conceitual – para o seguinte:

Tabela 32 – Divisão do trabalho nas comunidades agrícolas.

Trabalho agrícola assalariado – homens
-----
Roças comerciais – homens e mulheres
-----
Roças de autoconsumo – mulheres e homens
-----
Trabalho doméstico – mulheres

Fonte: Elaboração do autor.

Por sua vez, estudo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) constatou que a questão do trabalho feminino em atividades agropecuárias é repleto de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem

sem remuneração. Cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram de *status* de trabalhadoras, porque têm jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo (essas duas categorias não contavam como trabalho propriamente dito pelo PNAD/IBGE até 1992, quando houve uma reformulação do critério adotado). Suas atividades agropecuárias são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como sendo verdadeiramente o trabalho da mulher rural. Mesmo que exerça tais atividades, há uma tendência historicizada de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias é reduzida ou secundária, quando depois de suas obrigações domésticas ela ajuda ao homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela mulher rural. Ela tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa. Assim, ela mesma subestima sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

Segundo dados dessa mesma pesquisa, as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total da ocupação feminina e 8,9% da mão-de-obra masculina na agropecuária. “Em 2004 dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano” (BRASIL, 2006, p.54). Considerando-se a importância do autoconsumo no meio rural, pelo fato de que se trabalha sem remuneração e mesmo assim se tem acesso ao alimento, diferentemente da cidade, conclui-se que realmente se trata de uma questão de invisibilidades. Mesmo porque o trabalho em atividades de autoconsumo é também atividade agropecuária.

No assentamento rural Monte Alegre, uma diferença nas memórias masculina e feminina, conforme depoimentos coletados por Whitaker et al. (1994), pode ser expressa no fato de que a memória masculina prioriza a produção, os meios de produção da vida. Já a memória feminina prioriza os casamentos, a alimentação, os meios de reprodução da vida. Portanto, para

Whitaker et al. (1994), memórias femininas e a presença da mulher são fortes no trabalho da roça e da casa, da indústria doméstica – plantações e animais são produtos do seu trabalho, para a reprodução nutricional e social da família.

Silva (2004), em sua pesquisa junto às mulheres assentadas, explicita que elas são guardiãs da luta pela terra, pelo fato delas tirarem fotos dos momentos de luta e por guardarem tais fotos. Essa luta está representada nas fotos, tiradas de plantações e colheitas de alimentos, que são registradas junto às crianças pelas mulheres, ou seja, a memória da reprodução da vida. Já nos assentamento, aos poucos, o trabalho familiar imprime nova feição ao lugar, repleto de afetividades. Para a produção do autoconsumo, dentre famílias assentadas, a memória feminina adquire grande destaque porque a alimentação é a reprodução da vida.

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, por exemplo, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais. Quando trabalham apenas no lote, a autora também percebeu que as mulheres são responsáveis pela horta e pelo cuidado de pequenos animais.

As mulheres assentadas cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão-de-obra reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Por causa das tarefas domésticas e atividades que não geram renda diretamente, o trabalho da mulher se torna invisível. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social “convencional”, na qual o homem está sempre em posição

superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica<sup>70</sup>.

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Então, ainda conforme Brumer (2005), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, ao invés de cuidar de suas próprias casas. De igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANN, 1993).

Diante desse quadro, as mulheres rurais vêm se mobilizando em esferas política e produtiva em busca de sua auto-afirmação. Muitas delas partem para a busca de alternativas e, hoje em dia, já se percebe um forte movimento feminista que ocasiona grande demanda de trabalho voltado a elas.

Tomaremos como exemplo o próprio assentamento Monte Alegre, onde vem sendo percebida essa demanda. A recente criação de duas associações exclusivamente de mulheres, que lutam por alternativas de trabalho e renda através da agroindustrialização de seus produtos, ilustra essa luta por autonomia das mulheres. Elas vêm criando alternativas que lhes retornem financeiramente, buscando sua emancipação, dentro dessa lógica em que predomina o nexos monetário. Após um período de perda do valor de seus trabalhos (prioritariamente domésticos), elas estão se adaptando à racionalidade moderna, mas resgatando alguns pontos essenciais de seus papéis enquanto reprodutoras sociais.

---

<sup>70</sup> Para Bourdieu (1989), a violência simbólica é violência econômica. O trabalho rural familiar exercido pelas mulheres não é reconhecido porque é reprodutivo, enquanto do homem é produtivo e se reverte em dinheiro. Metaforicamente, Bourdieu exemplifica que a mão direita do Estado é a mão das finanças e a mão esquerda é de questões 'sociais'; assim, a direita subjuga a esquerda. Por conseguinte, o papel produtivo do homem se sobressai ao reprodutivo da mulher, porque ele gera renda.

As mulheres do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre já tinham uma organização informal para a produção de pães, baseada nos seus laços de amizade e vizinhança. A grande participação delas nos programas municipais foi decisiva para que houvesse, nesse momento, uma prioridade em se constituir nesse núcleo uma associação de moradores, que terá como um de seus principais objetivos a produção de pães e bolos como forma de gerar trabalho e renda às “mulheres do pão”.

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos desse grupo de mulheres em relação ao modo como eram e são produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo 6 utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em seus laços de sociabilidade, com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo, mas importante no âmbito da segurança alimentar.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganha novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa Direto do Campo, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de integração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda a sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivos para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Nesse programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira na região central da cidade. A produção de pães passou a contar com um espaço para venda que possibilitou, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, inclui-las socialmente ao município.

A atuação das mulheres do assentamento em âmbito municipal, nesse mesmo período, se deu ainda em outra frente. Elas começaram a participar massivamente dos fóruns do Orçamento Participativo, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, também em 2002, a prioridade sugerida por esse grupo foi a aquisição de equipamentos e a construção de uma padaria industrial no núcleo 6. Essa proposta entrou em disputa com outra de outro grupo de mulheres, do núcleo 3 do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da “disputa”, embora a prioridade da cozinha tenha sobressaído, as duas iniciativas foram contempladas nesse mesmo ano. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados<sup>71</sup>.

Da execução da obra ao funcionamento da cozinha e da padaria, vale lembrar, a organização das assentadas contou ainda com o apoio da prefeitura de Araraquara, através da Coordenação de Economia Solidária, como também com apoio do Itesp e de grupos de pesquisa universitários. Enquanto essa Coordenação atuou na mediação das verbas que garantiram às assentadas o cumprimento de suas demandas, a fim de que as atividades corressem normalmente, junto com um grupo de extensão universitária foi feito auxílio para elaboração dos estatutos das associações<sup>72</sup>.

Atualmente, as mulheres constituem dois núcleos como associações exclusivamente de mulheres, trabalhando em seus respectivos espaços produtivos, que foram construídos e equipados com verbas públicas municipais, contando também com a parceria de outras instituições públicas (Fundação Itesp, Unesp, dentre outras)<sup>73</sup>. No âmbito desse assentamento, esse tipo de iniciativa está representando uma inovação na forma de gerir o território, uma vez que as mulheres propõem produzir no lote agrícola as

---

<sup>71</sup> A prioridade pela aquisição da cozinha contou com o fato de que os doces estavam proibidos de serem comercializados no programa Direto do Campo, pelo fato da produção não se enquadrar às normas sanitárias.

<sup>72</sup> Trabalho desenvolvido dentro do projeto Costa (2008).

<sup>73</sup> Alguns equipamentos que as mulheres solicitaram e ganharam por meio do Orçamento Participativo de Araraquara são: liquidificador industrial, fogão e forno industrial, batedeira industrial, mesa de inox, seladora para os doces em pedaço, freezer, geladeira, cilindro, balança trifásica, batedor de massa, estufa para pães, panelas e formas especiais, dentre outros.

matérias-primas para sua própria agroindustrialização ou comprá-las de vizinhas(os), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a venda, tudo feito pelas mulheres, em parceria com o poder público e permeado por relações de vizinhança e de amizade – reforçando importantes laços comunitários.

Vale ressaltar que produzir pães, bolos e doces caseiros é uma atividade cujas receitas vêm de antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passa a ser um meio de gerar trabalho e renda às mulheres rurais. Elas estão se especializando nisso, contando com alta tecnologia e atingindo um público grande no mercado consumidor de Araraquara. Equipamentos de última geração para a fabricação desses produtos são usados para fazer as receitas de “bolo de fubá da vovó”, assim como elas mesmas definem.

O papel da mulher no trabalho do lote não mudou tanto, mesmo com atividades produtivas, como no caso da padaria do núcleo 6 do assentamento Monte Alegre. Conforme depoimento da Dna. Nice, ela continua responsável pelo trabalho doméstico e ainda ajuda o marido na roça, mesmo com suas novas obrigações na padaria.

Era uma quarta-feira e ela estava no lote cortando cana para dar ao gado que a família cria, ou seja, trabalhando na roça junto com o marido. Ela disse que tivemos sorte de chegar naquele horário (às 10:30hs), pois ela tinha acabado de parar com essa atividade e ido para casa fazer o almoço. Nos falou: “daqui a pouco chega o homem e o almoço tem que estar pronto”, por isso não podia parar para nos atender naquele momento. A Danuta (pesquisadora que estava junto a campo) perguntou em quais dias da semana ela estava na cidade para vender os produtos no terminal, e se ela podia responder algumas perguntas num outro momento, dna. Nice respondeu que às sextas-feiras ela está no terminal de integração e chega tarde em casa, só dá tempo de descansar um pouco. No sábado, ela acorda às 02:30hs e começa a preparar as mercadorias para ir à feira da praça Pedro de Toledo. Volta da feira por volta das 13:00hs e logo já precisa ir lavar a igreja, onde participa do grupo de orações e do coral. Só depois disso tudo vai dormir. Descansa no domingo, pois segunda-feira começa tudo outra vez. Bem, provavelmente no domingo ela também tem trabalho doméstico, portanto esse descanso é relativo. (Diário de Campo, 19/03/2009).

Essa assentada é uma das lideranças da associação da padaria, é ela que resolve todos os assuntos e mobiliza as mulheres, seu lote é o mais próximo da padaria. Mesmo com toda sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontra tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

A tabela a seguir, da pesquisa do Nupedor (FERRANTE, 2007b), informa quem cuida da produção agrícola de autoconsumo. Percebe-se que as respostas mais freqüentes envolvem a mão-de-obra da mulher, principalmente na linha 6, quando as respostas foram a participação do titular do lote e sua cônjuge. Somando-se as linhas 2, 6 e 7, cujas respostas envolvem a mão-de-obra da mulher, tem-se um total de 52,5%. A produção de autoconsumo é feita com mão-de-obra familiar, em apenas um caso (linha 5) isso não acontece.

Tabela 33 – Quem cuida da produção.

Autoconsumo quem cuida/freqüência de resposta %	Número de Respostas	%
1. Titular	10	12,50
2. Cônjuge	3	4,00
3. Filhos	1	1,00
4. Pais/sogros	1	1,00
5. Outro	1	1,00
6. Titular + cônjuge	29	35,00
7. Titular + cônjuge + filhos	11	13,50
8. Titular + filhos	11	13,50
9. Titular + outros (genro, sobrinho, 10. neto, amigo, vizinhos)	12	14,80
11. Todos da família	1	1,00
12. Total	81	Mais de 100%

Fonte: Pesquisa Nupedor 2008/2009.

Conforme mostrado em trecho da entrevista com representantes do Itesp (página 110), os principais itens de autoconsumo são aqueles tipicamente de responsabilidade das mulheres (pequenas criações e horta). Já nos depoimentos qualitativos, reunidos a seguir, comprova-se que na produção do autoconsumo, da atividade agrícola à culinária, há participação da mulher. Principalmente quando o processo vai chegando perto da atividade culinária, quando elas são as principais responsáveis. As atividades voltadas ao autoconsumo consideradas para a tomada desses depoimentos foram: (1) preparação da terra, (2) semeadura, (3) trato cotidiano, (4) colheita, (5) seleção de sementes, (6) seleção de alimentos e (7) culinária.

O Sr. Bellintani é o principal responsável pelas atividades agrícolas em seu lote. No entanto, desde as primeiras vezes em que o visitei, seus filhos sempre estão por perto ajudando. Nas primeiras visitas não via apenas o filho mais velho (Celso), porque ele já trabalhava em Matão, mas tanto o outro filho (André) como a filha (Célia) sempre estavam junto ao pai na condução das plantações do lote. Após algumas visitas começamos a notar a ausência do André, que também passou a trabalhar na cidade, embora os dois morem no lote do pai (o mais velho, inclusive, é casado e sua família vive no sítio). Desde então, a filha passou a ser o braço direito do pai na roça. Ele, mais experiente e com mais idade, fica mais como um coordenador das atividades, dizendo como tem que ser feita cada atividade, momentos que os filhos aprendem e demonstram preocupação do pai não fazer muita força.

Soubemos recentemente (maio de 2009) que sua filha se casou e foi morar no lote do sogro, junto com seu marido. Agora o Sr. Bellintani conta com a ajuda da esposa, dos filhos aos finais de semana e eventualmente de alguma pessoa do assentamento, mediante pagamento de diária. Mas na época da aplicação do questionário ele contava com a filha diariamente, a descrição que se segue respeita esse período. A diferença agora é a presença do diarista quando necessário. A divisão do trabalho nas atividades agrícolas voltadas a produção do autoconsumo é a seguinte: ele, a filha, a esposa e os dois filhos que trabalham fora fazem a (1) preparação da terra; apenas os três primeiros fazem a (2) semeadura e os (3) tratos cotidianos; os dois filhos voltam a trabalhar junto aos demais membros da família nas (4) colheitas; a (5) seleção de sementes e (6) de alimentos é feita por ele e sua filha; sua esposa e filha são responsáveis pela (7) culinária. Ele declarou que apenas a filha participa de todas as operações

voltadas a produção do autoconsumo, enquanto que ele só está de fora na culinária. (Caderno de campo, 09/09/2008).

O sr. Marcílio disse que ele, sua esposa e sua filha são os responsáveis pelo trabalho nos sistemas de produção de autoconsumo. Os três são responsáveis pelo cultivo de plantas leguminosas, horta e temperos, além da colheita de frutas, para o consumo direto. Para a plantação do milho e da mandioca ele declarou ser o único responsável. Provavelmente porque os cultivos de tais alimentos energéticos são feitos em espaços maiores e mais voltados à comercialização, são alimentos que eles consomem de forma direta apenas em parte. Ele declara que é mais responsável porque cuida dessas culturas, enquanto que ali elas (esposa e filha) não trabalham.

Por etapa de participação familiar na produção e preparação de alimentos, os três trabalham na (1) preparação da terra, (2) na semeadura, (3) nos tratos cotidianos e (4) na colheita. O filho (tratorista da usina) ajuda em todas elas em suas horas vagas. Nas (5) seleções de sementes e (6) de alimentos, dna. Sueli (sua esposa) é a responsável. Na (7) culinária, são responsáveis mãe e filha. (Caderno de campo, 24/09/2008)

Os principais responsáveis pela produção de autoconsumo são o sr. Geraldo, sua esposa e filho (que mora num lote de moradia vizinho ao do pai). Pai e filho fazem (1) a preparação da terra, (2) a semeadura e (3) os tratos cotidianos. Na (4) colheita, somam-se os netos e a esposa (dna. Cândida). A (5) seleção de sementes é com ele e a esposa e na (6) seleção e (7) preparação de alimentos apenas ela. (Caderno de campo, 23/09/2008).

Os principais responsáveis pelos produtos do roçado são sr. Terêncio, Valdomiro e Valdir (filhos), não necessariamente nesta ordem. Na produção de cereais e tuberosas (energéticas), foi declarado serem eles os únicos responsáveis. Da criação de gado também seria, se não fosse o trabalho das mulheres de processar o leite em casa. Todas as outras produções têm como responsável a família toda, da criação das galinhas às plantas medicinais.

Para me descrever o trabalho de cada membro da família por etapa de produção, o sr. Terêncio usou o exemplo do milho<sup>74</sup>: a (1) preparação da terra é a cargo de Valdomiro e Valdir; a (2) semeadura conta com ajuda do sr. Terêncio, assim como é nos (3) tratos cotidianos. Nas (4) colheitas todos ajudam. O Valdomiro faz a (5) seleção de sementes, sempre do meio da espiga. Na (6) seleção de alimentos (já abrangendo itens da alimentação toda, não só o milho) todos participam e na (7) culinária é a mãe e os filhos a ajudam, Silvani (filha) é responsável apenas aos finais de semana, quando não está

<sup>74</sup> Plantado praticamente todos os anos, tanto comercialmente no lote de produção, como para alimentação animal no lote de moradia.

trabalhando como agente de saúde. (Caderno de campo, 30/09/2008).

Percebe-se, com os relatos, a tendência dos filhos procurarem assalariamento urbano ou agrícola, de alguma forma saírem do lote em busca de trabalho, ou mesmo constituírem novos núcleos familiares, uns dentro e outros fora do lote dos pais. Em contrapartida, também existem aqueles que ficam e aqueles que têm empregos no próprio assentamento (como no caso da família que tem uma filha agente de saúde no assentamento, outros conseguem serviços como diaristas), ou de filhos que se casam e moram em lote próximo ou mesmo no lote dos pais. Enquanto estão todos por ali morando juntos, perto ou visitando com freqüência, continuam se alimentando em família<sup>75</sup> e ajudando; seja no trabalho agrícola, no escoamento da produção ou com recursos financeiros advindos dos salários que ganham (para a compra de outros itens para o consumo da família). Na produção de alimentos o trabalho familiar continua preponderando e as mulheres, por seu turno, continuam firmes na culinária (sendo as principais responsáveis), bem como participam das outras etapas.

---

<sup>75</sup> Segundo Woortmann e Woortmann (2005, p.13), “a palavra família se origina de *famulus*, quer dizer, famintos ao redor de um pote ou panela com comida, ou que, nos recenseamentos da Coroa Portuguesa, registravam-se os ‘fogos’, quer dizer, casas com famílias ao redor de um fogão (...). Para eles, produzir significa levar em conta as necessidades de alimentos de crianças, idosos e doentes, para aqueles membros que trabalham muito pesado etc.”.

## **5 CONCLUSÕES**

Não é fácil perceber a importância da produção do autoconsumo, das práticas agrícolas às culinárias, para as famílias rurais. Quando se busca uma abordagem sobre sua importância econômica, que inclui o autoconsumo como parte da renda monetária das pequenas propriedades familiares, pode-se cair num cálculo que deixa de fora dimensões de análises imprescindíveis, como o valor simbólico do alimento e o valor cultural da comida. O próprio cálculo econômico, além da renda monetária, deve incluir as redes de sociabilidade comunitária e as práticas agrícolas na dimensão econômica do autoconsumo, bem como a clivagem de gênero.

A abordagem que se pretendeu neste trabalho não é contra a valoração monetária do autoconsumo; pelo contrário, aceita-se que ela interfere na dimensão econômica da propriedade, pois representa capacidade de poupança da família agricultora com alimentos, insumos agrícolas e medicamentos. No entanto, preferiu-se adotar aqui outras dimensões de análise, que valorizam o autoconsumo na tessitura do modo de vida, através da pesquisa do cotidiano das famílias assentadas rurais.

Em meio a um contexto competitivo de agricultura modernizada, o agricultor familiar é obrigado a se especializar e tentar se desenvolver economicamente a partir de produções comerciais. Mas de sua parte, não deixa de haver outra concepção para construir seu território. Mesmo porque, ele tem pouco êxito nessa competição de mercado e precisa saber lidar com recursos escassos, sendo que o autoconsumo faz parte de estratégias para não se ter dispêndios financeiros. Percebeu-se que as famílias agricultoras, ao habitarem num determinado território, acabam por construir um local para viver bem e sem tão-só explorá-lo economicamente. Daí, as árvores que fornecem sombra e controlam a temperatura ao redor das casas, barram o vento, atraem passarinhos, rendem frutos e efetivamente aumentam a biodiversidade, compondo um lugar onde se tem maior qualidade de vida.

Nas propriedades familiares, o espaço das produções comerciais (denominado roçado) tem motivações sociais diferentes do lugar de moradia (ou sítio). Se no lugar de sítio está a maior parte daquilo que servirá como autoconsumo direto da família, considera-se que sua presença na propriedade está mais ligada ao bem-estar dos moradores e que, na construção desse lugar, existem relações de afetividade com a terra. Porém, o sítio não se dissocia do roçado enquanto que a propriedade, em seu conjunto, atende a demanda por alimentação familiar, na forma de autoconsumo direto e na forma de produtos que, vendidos, se transformam nos demais fundos monetários, permitindo o consumo de outros itens necessários à vida e mesmo de outros alimentos.

Acontece que a presença de cultivos voltados ao autoconsumo direto numa propriedade familiar aumenta a autonomia, tornando menor a

dependência de se comprar alimentos; assim, há menor vulnerabilidade frente aos instáveis mercados de preços dos alimentos. Por outro lado, a autonomia aqui refere-se a obter o produto desejado, de se alimentar especificamente daquela variedade pela qual se tem preferência e que não se encontra no mercado, como também refere-se a uma autonomia em como fazer (a prática agrícola) para obter tais alimentos. Determinar o que há cultivado e de que maneira isso, numa propriedade familiar, possibilita um cálculo de provisão que indica se ela tem soberania alimentar.

O fato de produzir seus próprios alimentos dá acesso ainda ao alimento pelo qual se tem segurança quanto à sua procedência, porque houve autonomia no modo de sua produção e não se usou, por exemplo, nenhum agrotóxico. Os alimentos disponíveis no sítio, colhidos na hora (e a qualquer hora), conferem às famílias agricultoras essa segurança quanto ao seu abastecimento e de que fome não haverá. É certo que a maior diversificação agrícola e diversificação da base genética garante melhores condições de acesso e disponibilidade a uma alimentação balanceada e nutricionalmente correta, que pode evitar uma série de doenças.

Se o prato de comida diversificado denota melhor nutrição familiar, na esfera da produção agrícola dos alimentos para o autoconsumo a diversificação e a formação de mosaicos são igualmente benéficas, pois aumentam a complexidade das relações ecológicas, diminuem o risco de surgimento de pragas e podem trazer muitos outros benefícios em termos de produção agrícola, como melhorar a qualidade do solo e dispensar o uso de insumos externos à propriedade.

Ao tomarmos o assentamento rural como referência, tais dimensões de análise não podem ficar de fora, ou seja, não se aceita avaliações somente pelo prisma econômico. O autoconsumo no assentamento rural é uma dimensão de qualidade de vida que não é mensurável pela produtividade, mas pelas preferências e gostos familiares, pelo querer dos assentados. A própria luta pela terra não se dá unicamente para que as famílias passem a gerar valores de troca, mas para que possam produzir alimentos e permitir que tenham sua reprodução social garantida.

Na medida em que no assentamento se recriam novos espaços e novas identidades sociais, o *habitus* das pessoas interfere nessa construção e tem por base as antigas práticas culturais, como determinado hábito alimentar, o trabalho familiar na terra e a sociabilidade comunitária. A partir do prato de comida da família assentada pode-se fazer uma leitura do seu arcabouço cultural, do trabalho de plantar, do conhecimento empírico do ecossistema, cultura que igualmente se manifesta na produção social do lugar, expressão do seu querer. O direito de acesso à terra, enquanto objetivo da luta social e da política de reforma agrária, traz a possibilidade de que tais práticas se relacionem à esfera do direito à alimentação, que no limite compete com a lógica de produtividade imposta pelos planos de desenvolvimento econômico do assentamento, especificamente o plantio de cana agroindustrial em nosso caso.

Foi verificado que as práticas de autoconsumo são bem freqüentes, em alguns casos correspondendo à maior parte do que uma família consome; portanto, elas podem representar alta capacidade de poupança. Os alimentos plantados para autoconsumo alimentar exercem um importante papel na sociabilidade e na reprodução social no interior dos assentamentos, através das trocas e doações de alimentos entre famílias, porque há uma transmissão de conhecimentos da cultura tradicional dos mais velhos para os mais novos. Quanto mais alimento plantado no assentamento, maiores as chances de que toda sua demanda alimentar seja suprida internamente e, a depender da vontade política, tal produção pode também suprir em boa medida a demanda municipal, como demonstrado a partir dos programas municipais em Araraquara.

Por isso, o autoconsumo foi entendido como algo que foge à análise dos assentamentos unicamente pelo prisma da integração às economias capitalistas regionais. Antes, é uma demonstração específica do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares nos assentamentos. O autoconsumo é visto como um elo, necessário para uma compreensão da construção dos modos de vida nos assentamentos, que se distancia de

abordagens que possam reduzi-los a indicadores de sucesso/fracasso das experiências de reforma agrária.

Como meio de desenvolvimento entre os assentados, no entanto, vem prevalecendo as propostas produtivas de integração em grandes cadeias produtivas no papel de fornecedores de matéria-prima agroindustrial, nas quais planta-se monocultura e há um contrato que lhes tira a autonomia produtiva. É certo que essas relações de “parcerias” são necessárias no presente, sobretudo pela situação econômica atual encontrada nos assentamentos. Mas elas não podem extinguir a característica de autonomia dos pequenos produtores assentados para determinar como são os processos de produção no interior de seus lotes agrícolas.

Os programas municipais, por sua vez, podem ser meios de se priorizar as necessidades e preferências das famílias como princípio gerador de desenvolvimento para elas. De uma produção que antes servia para o consumo próprio e para outras famílias ainda no interior dos assentamentos, seu excedente pode ir além, servindo tanto para a venda direta e mercado urbano (feiras, supermercados, quitandas, restaurantes etc.), como para utilização em projetos locais. São produções que, além de ter um papel no orçamento familiar de quem produz, gerar sociabilidade e cooperação na comunidade, podem estabelecer a inclusão social dessa população rural no município. Desse modo, o município passa a produzir mais os alimentos que consome, porque há um papel do poder local no encaminhamento de propostas de soberania alimentar.

A inserção dessas produções em projetos municipais coloca pontos importantes na investigação sobre uma alternativa de constituição de renda e de inclusão social para os assentados, o que pode chegar a ser um embrião para o desenvolvimento regional, com respeito à cultura tradicional. Tal modelo de desenvolvimento está a estender um benefício também à população urbana com alimentos a menores custos (com a venda direta) e com segurança alimentar na merenda escolar.

O autoconsumo foi avaliado como de difícil mensuração, pois os assentados, assim como os técnicos dos órgãos gestores, tendem a responder

pela produtividade agrícola. Por isso, se considerou aqui a necessidade da abordagem etnográfica para perceber as redes de invisibilidades que permeiam o autoconsumo. Tais redes podem ser exemplificadas na relação das pessoas com a terra como fonte de alimentos; nas trocas e doações de alimentos que envolvem a comunidade agrícola; na dimensão econômica do lote nas formas de rebaixar custos com a produção agrícola e com a alimentação; e, por último, mas não menos importante, no cotidiano doméstico da mulher assentada, que também produz invisibilidades no seu trabalho em atividades agropecuárias. Certamente, são fatores que exigem continuidade de novos estudos em torno do autoconsumo alimentar.

## 6 LITERATURA CITADA

ALMEIDA, L.M.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; PAULILLO, L.F. Segurança alimentar e agricultura familiar: um balanço de uma experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.11, Nupedor/Uniara, p.157-194, 2008.

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

ANJOS, F.S. dos; CALDAS, N.V.; GRISA, C.; NIDERLE, P.; SCHNEIDER, E. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. In: **Anais...**, Cuiabá, 2004.

ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.

BARAONA, R. Un Campesino por Dentro. **Conferência de abertura do IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**, Concepcion, Chile, dezembro, 1994. (Mimeo).

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade**: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 2002.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. “Os parceiros da cana”. Dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol. 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu/MG. In: **Anais...**, Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. 14ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANCO, M.T.C. **Os Jovens “Sem Terra”**: identidades em movimento. 1999, 201 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRANDÃO, C.R. **Diário de Campo**. A Antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C.R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, Campinas, n.1, p. 37-64, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006 (série NEAD Debate, n.9).

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, 2003.

COSTA, V.M.H. de M. et al. Trajetória de assentamentos: desempenho econômico e avaliação dos núcleos de Araraquara. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor, n.1, p.9-72, 1994.

COSTA, M.B.B. da. **Da Microbacia ao Agricultor Familiar**: uma releitura do agroecossistema. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2006.

COSTA, M.B.B. da. **Apoio à Construção de Processos de Geração de Ocupação, Renda e Sustentabilidade na Agricultura Familiar Paulista**. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2008.

CRAMPTON, J.W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111.

DA MATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, n.15(7), p.22-23, 1987.

D'AQUINO, T. et al. Nas terras de Promissão: da luta à construção do lugar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.183-247, 1994.

DUVAL, H.C. **Práticas Agroecológicas em Terras de Assentamentos Rurais**. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2005.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAO/INCRA. **Guia Metodológico**. Diagnóstico de sistemas agrários. Danilo Prado Garcia Filho (Org.). Brasília, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B. A Proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. **Inserção de Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais**: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente. Araraquara e o Pontal de Paranapanema. Projeto de Pesquisa, Auxílio-Integrado, CNPq, 1999.

FERRANTE, V.L.S.B.; QUEDA, O. Prefácio. In: SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003, p.15-20.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, 2004a.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa, Bolsa Produtividade, CNPq, 2004b.

FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Relatório Final de Bolsa Produtividade, CNPq, 2007a.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo). Projeto de Pesquisa, Bolsa Produtividade, CNPq, 2007b.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Ruris**, Campinas, v.3, p.10-34, 2009.

FIAMENGUE, E.C. **Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado**: imagens da infância em um assentamento de trabalhadores rurais. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1997.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

FOX, J.; SURIANATA, K.; HERSHOK, P.; PRAMONO, A.H. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, H. **Cartografia Social e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 71-84.

FUNDAÇÃO ITESP, portaria 077 de 2004.

GARCIA Jr., A.R. **Terra de Trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA Jr., A.R. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989). In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S.P. (Orgs.) **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes, 1994.

GARCIA JR, A.R.; MEDEIROS, L.S. de; GRZYNSZPAN, M.; LEITE, S.P. (Coords.) **Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada**: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental. Relatório Final, convênio REDES/Fundação Ford. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, CPDOC-FGV, CRBC-EHESS, UFF, 2003.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.89-122, 2007.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª Ed. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GRISA, C. **A Produção “Pro Gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KHATOUNIAN, C.A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

KURANAGA, A.A.; ALMEIDA, L.M.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o programa Direto do Campo do município de Araraquara, Estado de São Paulo, como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.37, n.11, p.1-14, 2007.

LEITE, S.P. **As Condições de Implantação e o Processo de Trabalho num Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais**: o caso de Araraquara-SP. 1986. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). FCL, Unesp, Araraquara, 1986.

LEITE, S.P. **Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar**: uma aproximação à experiência brasileira. Seminario de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina, 2003, Unicamp, Campinas-SP. Disponível em:  
<<http://www.fodepal.es/bibvirtual/semex/campina/doc/Sergio%20Leite.pdf>>. Acesso em: 30/05/2008.

MACIEL, M.C. **Entre o Céu e a Terra**: um estudo sobre a religiosidade no assentamento Bela Vista de Araraquara-SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 2003.

MALINOWSKI, B. **Um Diário no Sentido Estrito do Termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

MARTINS, J.S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, V.S. **Lugar da Morada**: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da reforma agrária. 2009, 218 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S.P. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.21, julho/agosto, p. 145-158, 2008.

NISHIKAWA, D.L.L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002, p.135-142.

NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento das Práticas Agrícolas Sustentáveis no Assentamento da Fazenda Monte Alegre Região de Araraquara/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.6, p.40-58, 1998.

PESSANHA, L.D.R. O sentido brasileiro da segurança alimentar. In: MOREIRA, R.; COSTA, L. (Orgs.) **Mundo Rural e Cultura**. São Paulo: Mauad, 2002, p.263-283.

ROY, G. **Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre**: qual construção para as experiências de reforma agrária? São Paulo, julho de 1991. (mimeo)

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003.

SILVA, M.A. de M.; LIMA, G. Assentados/Cadastrados: que categoria é essa? Algumas reflexões acerca dos assentados e papel do Estado nos

assentamentos de Silvânia e Tamoio. 41ª Reunião da SBPC, Fortaleza, julho de 1989. In: **Anais...**, Fortaleza, 1989.

SILVA, M.A. de M. **A Luta pela Terra: experiências e memória**. São Paulo: Unesp, 2004.

SILVA, M.A. de M. Terra: fonte de desenvolvimento com liberdade. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005, p.295-318.

VEIGA, J.E. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, p.333-353, 2006.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de reforma agrária: Araraquara, SP. In: AUBRÉE, M.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Dinâmica Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003, p.275-294.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema: reflexões a partir de um diálogo**. Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D.C.A. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: NEAD, 2008, p.323-340.

WOORTMANN, E.F. Da dependência à complementaridade. **Anuário Antropológico**, Brasília, n.79, UnB, 1993.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. da UNB, 1997.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. O significado do alimento na família camponesa. **Revista do Instituto Humanitas**, São Leopoldo, v.IV, n.163, UNISINOS, p.13-17, 2005. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/ihu\\_online/uploads/edicoes/1158347863.81pdf.pdf](http://www.unisinos.br/ihu_online/uploads/edicoes/1158347863.81pdf.pdf)> Acesso em 29/07/08.